

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANA CLÁUDIA FERNANDES NOGUEIRA

A SUBALTERNIDADE DOS SUJEITOS RURAIS NO BRASIL:
condição colonial dos assentamentos rurais no interior da Amazônia

Porto Alegre

2018

ANA CLÁUDIA FERNANDES NOGUEIRA

A SUBALTERNIDADE DOS SUJEITOS RURAIS NO BRASIL:
condição colonial dos assentamentos rurais no interior da Amazônia

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Sociologia.

Linha de pesquisa: Sociedade, Ruralidade e Ambiente

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos.

Porto Alegre

2018

N778

Nogueira, Ana Cláudia Fernandes.

A subalternidade dos sujeitos rurais no Brasil: condição colonial dos assentamentos rurais no interior da Amazônia / Ana Cláudia Fernandes Nogueira. — 2018.

197 f.; 30 cm.

Orientador: José Carlos Gomes dos Anjos.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, RS, 2018.

Referências: f. 183-191.

1. Assentamentos. 2. Questão agrária. 3. Amazônia. 4. Estado. 5. Subalternização. I. Anjos, José Carlos Gomes dos, orient. II. Título.

CDD 333.31

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA CLÁUDIA FERNANDES NOGUEIRA

A SUBALTERNIDADE DOS SUJEITOS RURAIS NO BRASIL:
condição colonial dos assentamentos rurais no interior da Amazônia

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Sociologia.

Aprovada em Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2018.

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos – Presidente

Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva - Membro Avaliador

Prof. Dr. Pablo Tibor Quintero Mansilla - Membro Avaliador

Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos - Membro Avaliador

Profa. Dra. Lorena Cândido Fleury- Membro Avaliador

Aos meus bisavôs e avôs
Aos meus pais
À irmã Angélica Toneta (In memorium)
Ao Doney Victor (In memorium)
Aos trabalhadores rurais que tombaram,
nenhum minuto de silêncio, mas
uma vida de luta

AGRADECIMENTOS

Vinda de uma família de operários, cujos pais são oriundos da área rural, a vida não foi fácil para eles e nossa família. A vida sempre se apresentou como um campo de batalhas. Desta forma, como nossos pais, meus irmãos e eu, muito cedo tivemos que trabalhar. Num cenário de grande concorrência meu ingresso na Universidade ocorreu após os vinte cinco anos de idade. Fui a primeira pessoa em toda a nossa genealogia a conquistar formação superior, e agora a possuir o título de doutora. Na condição de estudante trabalhadora deste os quatorze anos, ter ingressado na pós-graduação foi muito mais que uma conquista pessoal ou distinção no status social. Tudo isto para mim, representa a necessidade da ampliação das oportunidades e seu compartilhamento, bem como que a meritocracia é um mito. Porque mesmo sendo uma aluna capaz, minha condição material nunca permitiu que as conquistas fossem somente pelo mérito, mas pela luta, resistência, persistência.

Agradeço ao ensino público e toda(os) as(os) professoras(es) que cruzaram meus caminhos, que foram muitos. Sou um pouco de cada um(a) e com eles(as) aprendi a olhar o mundo a partir de suas cores reais.

Não consigo expressar com palavras o turbilhão de emoções que eclodem de dentro de mim. Aquela menina da zona leste de Manaus que denunciou a direção de sua escola aos dez anos num programa de televisão, não imaginaria em seus sonhos mais ambiciosos chegar até aqui. Ela tão-só queria conseguir um emprego no Distrito Industrial e quem sabe, se fosse possível, cursar Letras na Universidade Federal do Amazonas. Somente após os trinta anos de idade e a conclusão do curso de Ciências Sociais foi que, ela já adulta, percebeu que poderia ir mais longe.

Sou tão grata a vida, que várias reencarnações não dariam conta de expressar meu reconhecimento. Sempre pedi muito pouco, ter saúde e manter a fé já me eram o suficiente. Hoje compreendo que sonhar alto não é errado, que os não, nunca nos define. Quero seguir sonhando e lutando por dias melhores, com um país menos desigual e excludente, onde possamos, todas(os), termos as mesmas oportunidades e conquistar o que quisermos.

Esta tese possui dimensões além dos quatros anos do doutorado. É uma trilha que vem sendo percorrida desde 2010 e sua caminhada não tem sido feita sozinha. São muitos abraços e afagos, mãos que ajudaram a sentar cada tijolo desta construção, passos que percorreram estradas, trilhas e rios. Dessa forma ter gratidão

pelas pessoas e instituições que formam seu universo é um sentimento que não cabe em mim.

Quero agradecer a todas(os) assentadas(as) do interior da Amazônia em especial as(aos) moradoras(es) do PA Pacιά, São Francisco e PAE Botos em nome de Marilena, Pedro, Sebastião, Maria José, Antônio Sampaio, Maria Paulínia, Francisco, Maria, Roberta, Silvio, Nilo, Valdino, Rosa, Valdino, Antônio Paulino (In Memoriam). Sem cada um(a), nenhum esforço seria suficiente. Obrigada por me permitirem fazer parte das suas biografias e por fazerem parte da minha. Nunca conseguirei expressar a importância de vocês na minha vida pessoal e profissional, e o quanto aprendo com suas experiências.

Minha gratidão a Ana Paula e Andreza pelo companheirismo e trabalho conjunto, por estarem comigo realizando as entrevistas, por terem compartilhado do mesmo sonho. A contribuição de vocês foi vital para o trabalho de campo, grata também a Darlem. Gratidão a toda equipe do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia, alunas(os) e professoras(os). Obrigada pela partilha das informações e toda colaboração ao longo destes oito anos, em nome de Luciano, José, Marcia, Jéssica, Isis, Thiago, Aline, Juliane, Rose, Izabel.

Meu sincero reconhecimento aos colegas do INCRA e ICMBIO, Unidades de Humaitá, em nome do Lucas, Nã Batista e Leila. Agradecimento a Universidade Federal do Amazonas pelo incentivo à qualificação de seus servidores. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, representada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (técnicos administrativos, meus professores e colegas de curso) pela acolhida e os ensinamentos, em especial à Alessandra Rufino que dividiu comigo as primeiras inquietações do doutorado. Ao Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, em especial ao Colegiado de Pedagogia por todo o apoio. Meu profundo agradecimento a Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – Fapeam, por todo o apoio, e o financiamento desta pesquisa.

Agradeço a(aos) amiga(os) que sempre estiveram ao meu lado, compreendendo as ausências e entregas parciais. À vocês minha eterna gratidão em nome de Perla, Marcelo, Aldair, Elis, Sheila, Patrícia, Regiane, Lígia, Manoeliza, Ivete, Suzy. Ao André pelo companheirismo irrestrito, à Francimara pela atenção, amizade e afeto sempre, à Vilma por toda acolhida em Porto Alegre. Sem amigos a vida é um vazio.

O reconhecimento duradouro a meu orientador José Carlos Gomes dos Anjos. Gratidão por seu acolhimento, por ter oportunizado tantos momentos de reflexão e pelo deslocamento teórico que me mobilizou nos últimos quatro anos.

À minha família peço desculpa por ter perdido tantos momentos importantes. Sem ela não sou nada e meu amor por cada um(a) é incondicional. Não há, portanto, palavras que expressem quanto sou grata pela generosidade do amor que vocês têm por mim. Um amor que move barreiras. Obrigada aos meus pais, irmãs, irmão, sobrinhas(as) e cunhadas(os).

Não menos importante, agradeço a Deus. Minha fé é o que me move, sem ela, eu seria um corpo a vagar sem empatia, sem afetamentos.

*Neste tempo desolado
de sonhos subtraídos
e utopias amortalhadas
– ergo este canto para celebrar
a esperança entressonhada.*

*Neste tempo de partos sem flores
de silêncio e de almas violadas
– ergo este canto para celebrar
a semente que arde em luz.*

*Neste tempo de vidas fraturadas
de olhos imantados e corações ressecados
– ergo este canto para celebrar
a inocência e o brilho da infância.*

*Neste tempo de morte e de sombras
de guerras e de campos devastados
– ergo este canto para celebrar
a vida e os que tombam pela liberdade.*

*Contra toda desesperança.
Contra toda cegueira e emudecimento.
Contra toda indiferença.*

*– Ergo este canto para celebrar
a manhã, os rios,
as florestas e seus enigmas.*

*– Ergo este canto para celebrar
os pássaros – suas cores e cantos,
as flores, o ser humano e a utopia
e também os olhos da amada.*

*É para vós
este canto de esperança
– que mesmo sendo pranto –
se eleva como música luminosa.*

*É para vós
este canto de exaltação
– que floresça em vossos olhos
– que se faça verdade em vossas bocas
e nasça como verdade em nossas vidas*

(Tenório Telles, Canção da esperança)

RESUMO

Uma legião de homens e mulheres no Brasil trazem em sua trajetória de vida a marca da falta carregada desde suas ancestralidades, que nestes casos, assumem uma condição de destituídas. Num universo de incontáveis, estão as populações residentes em assentamentos rurais amazônicos, que são constituídos como ordenamentos territoriais instituídos pelo Estado brasileiro como instrumento de políticas de distribuição de terra e minimizadoras de problemas estruturais causadas pela concentração agrária e agrícola, presente no Brasil desde a colonização. Nesta medida, compreende-se que o caráter colonialista do Estado aprofunda, por meio de seus dispositivos de poder, a condição de subalternidade de populações originárias, mestiça, migrante, que passam a ser re-conhecidas como assentadas da reforma agrária. Assume-se, portanto, a existência de uma condição de subalternidade experienciada no cotidiano de milhares de famílias e que pode ser problematizada a partir de uma crítica epistemológica oriunda dos estudos subalternos, pós-coloniais e decoloniais, ancorada em intelectuais indianos, africanos e latino-americanos. Para a produção desta crítica propõem-se a subversão de uma narrativa baseada na perspectiva universalista, problematizando-se, assim, que a Amazônia ainda é um “Outro” a ser explorado, que os processos migratórios para a região são mobilizados a partir de dispositivos de poder que reforçaram e mantiveram a condição subalterna de grupos marginalizados, onde os assentamentos rurais representam um dos microcosmos das relações coloniais de domínio e exploração historicamente construídas. Desta forma, estudou-se três assentamentos rurais na mesorregião sul amazonense nas modalidades tradicional e ambientalmente diferenciado, onde por meio do método genealógico propõem-se trazer as experiências, as memórias e o saber dos assentados ao centro das interpretações através da observação participante, recolha de narrativas, verificação de dados secundários e análise documental. Em suma, a produção cotidiana da vida em assentamentos rurais amazônicos evidencia as contradições sociais e econômicas que caracterizam o Brasil e sua dimensão continental, desvelando como os espaços rurais da região são situados na nação, e quais são as estratégias de luta e resistência pela permanência na terra de homens e mulheres.

Palavras-chaves: Assentamentos. Questão agrária. Amazônia. Estado. Subalternização.

ABSTRACT

A legion of Brazilian men and women brings in their lives trajectory the mark of void from their ancestralities, which in this case, assumes a condition of destitution. In a wide universe, there is a population that lives in Amazon rural settlements, built as territorial ordinances instituted by the Brazilian State as an instrument of land distribution policies to minimize structural problems brought by agricultural concentration, present in Brazil since its colonization. To this extent, it is understood that the State colonialist bias deepens, through their mechanism of power, their subaltern condition of the original, mixed, migrant, population, labelled as settlers of the agrarian reform. So, we can assume the existence of a experienced subaltern condition in the daily lives of thousands of families, and that can be problematized from an epistemological critic based on subaltern, postcolonial and decolonial studies created by Indian, African and Latin American intellectuals. For the production of this critique, we propose to subvert the universalist perspective-based narrative, that the Amazon still is the "other" to be explored, that the migratory process for the region are mobilized from mechanisms of power that reinforces and maintains the subaltern condition of marginalized groups, and where rural settlements represents one of the microcosm of historically constructed colonial relationships of ruling and exploration. That way, three rural settlements of the south-Amazon mesoregion were studied in the traditional and ambient sense, using the genealogic method to bring the core of the experiences, memories and the knowledge of the settlers through participant observation, collection of narratives, secondary data and documental analysis. In sum, the daily life in Amazon rural settlements evidences the social and economical contradictions, so commonplace in Brazil and its continental area extension, unveiling how the region rural spaces are seen nationwide, and what are the strategies of resistance used by men and women to keep their land.

Keywords : Settlement. Agricultural issues. Amazonia. State. Subaltern.

Lista de Figuras

Figura 1 - Meso-região Sul Amazonense.....	21
Figura 2 - Cartazes criados pelo artista gráfico suíço Jean-Pierre Chabloz para.....	62
Figura 3 - Propaganda publicada em jornal de circulação nacional para promover a Amazônia como espaço de investimentos econômicos	67
Figura 4 - Valores do índice geral de qualidade de vida - QV em assentamentos rurais de 1995-2001.....	73
Figura 5 - Valores do índice de qualidade de vida-QV por indicadores em assentamentos rurais de 1995-2001 – Detalhamento.....	74
Figura 6 - Projeto de Assentamento São Francisco.....	89
Figura 7 - Imagens da Rodovia 319 (Porto Velho/Humaitá), via de acesso de migrantes a partir da década de 1970.....	90
Figura 8 - Projeto de Assentamento Pacιά.....	93
Figura 9 - Trechos da rodovia Transamazônica na década de 1970 e em 2016.....	94
Figura 10 - Acesso ao assentamento Pacιά durante o verão amazônico.....	95
Figura 11 - Característica da água utilizada para o consumo no assentamento Pacιά.....	99
Figura 12 - Meio de transporte utilizado durante todo o ano, porém mais requisitado durante o verão amazônico no assentamento Pacιά.....	100
Figura 13 - Projeto de Assentamento Agroextrativista Botos	101
Figura 14 - Pedro Onofre em reunião sobre o fortalecimento da associação do assentamento Botos.....	103
Figura 15 - Rabeta, meio de transporte comum para as populações do assentamento, auxilia na locomoção interna, no período da cheia, e externa para navegar no rio Madeira no assentamento Botos.....	105
Figura 16 - Áreas que durante a cheia são inundadas, formando lago e igarapé no assentamento Botos.....	106
Figura 17 - Organograma das Superintendências Regionais do INCRA nos Estados	111
Figura 18 - Cronograma de implantação das ações nos projetos de assentamento.....	114
Figura 19 - Linha do tempo dos assentamentos Botos, Pacιά e São Francisco.....	119

Figura 20 - Foto de barracas antes e depois de serem derrubadas no PAE Botos.....	136
Figura 21 - Assentado nas áreas de castanhais no PAE Botos.....	137
Figura 22 - Valdino e Marilena participando de reuniões para discutir os problemas do assentamento no PAE Botos.....	140
Figura 23 - Sebastião e Maria em um dia de trabalho no PA São Francisco.....	142
Figura 24 - Roberta participando de atividade de campo promovida pela UFAM.....	146
Figura 25 - Trecho dentro do assentamento Pacιά durante o inverno amazônica.....	156
Figura 26 - Maria e Antônio num dia de trabalho na casa de farinha no PA Pacιά..	158
Figura 27 - Foto de casas típicas do assentamento no PA Pacιά.....	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Formas de obtenção dos imóveis rurais à criação de projetos de assentamentos. Dados até 2014.....	22
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
QV	Índice de Qualidade de Vida
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NUPEAS	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia
OEA	Organização dos Estados Americanos
PDAM	Plano de Desenvolvimento da Amazônia Brasileira
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
SPVEA	Plano de Valorização Econômica da Amazônia Brasileira
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PND I	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
POLONOROESTE	Programa de Desenvolvimento do Noroeste
PIN	Programa de Integração Nacional
POLAMAZÔNIA BRASILEIRA	Programa de Pólos Agropecuários Agrominerais da Amazônia Brasileira
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras
PGC	Programa Grande Carajás

PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PA	Projeto de Assentamento Tradicional
PIC	Projetos Integrados de Colonização
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SUPRA	Superintendência de Reforma Agrária
SR	Superintendências Regionais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
UA	Unidade Avançada
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

Sumário

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 ÁREA DE PESQUISA	20
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
1.3 ORGANIZAÇÃO DA TESE.....	29
2 A QUESTÃO AGRÁRIA DO BRASIL PARA A AMAZÔNIA: UM BREVE HISTÓRICO	32
2.1 “REFORMA AGRÁRIA” NO BRASIL	32
2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZÔNIA....	41
3 ESTADO COMO AUTORIDADE COLONIAL	49
3.1 DOMÍNIO E EXPLORAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA ATÉ O FIM DO REGIME MILITAR	49
3.2 DINÂMICAS DAS RELAÇÕES COLONIAIS DE PODER EM ASSENTAMENTOS RURAIS AMAZÔNICOS A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	70
4 ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZÔNIA E A CONSTRUÇÃO DA CONDIÇÃO SUBALTERNA	86
4.1 UM OURIÇO DA CASTANHEIRA, UM CORTE NA SERINGUEIRA: ASSENTAMENTOS AMAZÔNICOS A PARTIR DO AMAZONAS.....	86
4.1.1 Projeto De Assentamento São Francisco: O Contorno Das Margens Que Nascem Da “Marcha Para O Oeste” Para O Norte.....	88
4.1.2 Projeto De Assentamento Pacia: O Contorno Das Margens Que Nascem Nos Seringais Da Região Do Purus.....	93
4.1.3 Projeto De Assentamento Agroextrativista Botos: O Contorno Das Margens Que Nascem Com A Ruptura Das Estruturas De Poder.....	100
4.2 A LINHA DA INVISIBILIDADE: COMO O ESTADO CONSTRÓI A CONDIÇÃO SUBALTERNA.....	109
5 DIMENSÕES DO ABANDONO COMO DISPOSITIVO DE UMA CONDIÇÃO SUBALTERNA	131
5.1 EVENTOS TRÁGICOS.....	133
5.1.1 Nenhuma castanheira a menos, nenhum patrão a mais: Marilena e Valdino.....	133

5.1.2 O abandono e a construção de afetos: Maria Aparecida.....	141
5.1.3 “Só te conto porque não vai ser contar só por contar”: Roberta.....	146
5.1.4 “Um sobreviver com a ajuda do Estado”: Alberto.....	153
5.1.5 Os filhos do seringal: Maria e Antônio Sampaio.....	157
5.2 AUSÊNCIA DO ESTADO E SUA COMPLEXIDADE.....	161
5.3 O QUE CONSIDERAR ÀS MARGENS DE UMA NAÇÃO? RESISTÊNCIAS E PRODUÇÃO DE VIDAS: QUAIS SÃO SEUS ESFORÇOS?.....	170
6 CONSIDERAÇÕES.....	179
REFERÊNCIAS.....	184
Apêndice A - Modelo do Termo de Consentimento livre esclarecido aos moradores do assentamento.....	193
Apêndice B - Termo de Anuência PAE Botos, Humaitá/AM.....	195
Apêndice C – Termo de Anuência PA São Francisco, Canutama/AM.....	196
Apêndice D - Termo de Anuência PA Pacιά, Lábrea/AM.....	197

1 INTRODUÇÃO

A cada parágrafo escrito nesta tese, vivi um reencontro com a minha ancestralidade. Fui afetada a todo instante enquanto procurava compreender certos momentos históricos que a Amazônia Brasileira¹ atravessou ao longo do tempo: na resistência indígena que buscou sobreviver à colonização e extermínio, nas vidas das populações negras que ocuparam espaços vitais na região, nos retirantes nordestinos que, na constante luta pela vida, estabeleceram itinerários ao longo da região.

Minha bisavó, Mãe Izabel, saiu direto do ventre de sua mãe, sem sabermos se teve o direito ao leite materno, viveu sob a tutela do “senhor” para habituar-se com novas formas de escravidão após a Lei do Ventre “Livre”; meu bisavô Manoel, filho de português, deixou o Rio Grande do Norte para trabalhar nos seringais do Acre, ainda no século XIX; até hoje não sabemos se foi no Nordeste que ele encontrou com Izabel, ou se o destino os uniu na Amazônia. Sinto falta do meu avô Roque, sua memória aguçada sempre possibilitou acessar uma parte da história de minha mãe que eu não conhecia, se ele ainda estivesse aqui, dissiparia tantas dúvidas. Roque deixou Pernambuco com um pouco mais de vinte anos, convocado para servir a pátria; eu destino foi o front dos seringais, transformou-se em “soldado”² da borracha e depois de uma breve passagem pelo Amazonas, é no Acre que iria sangrar a seringueira e construir sua família com a vovó Olindina, filha de Izabel e Manoel. Vô Roque era rezador, homem de ervas e benzeduras, seu passado antes de nós sempre povoou nosso imaginário, e talvez tenha sido para entrar mais profundamente no seu mundo que eu tenha escolhido o tema de minha monografia de graduação e de dissertação de mestrado, era o universo das curas, cultura e natureza que me aproximava dele.

Quando olho para trás e me permito ouvir as vozes da minha história, percebo como estamos ligados aos seringais, como ao seu redor tantas trajetórias tiveram

¹É importante esclarecer que os dados quantitativos aqui apresentados para debater a Amazônia Brasileira dizem respeito aos estados do Norte do país: Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, como representantes de toda a extensão que administrativamente diz respeito à região. Isto se deve às dificuldades encontradas em identificar dados específicos sobre toda a área da Amazônia Brasileira, uma vez que não encontramos disponibilizados dados específicos referentes aos territórios do Maranhão e Mato Grosso que estão incluídos na região.

²No segundo ciclo da economia gomífera para a Amazônia, houve no período de 1943-1945 o incentivo de migrantes para trabalharem nos seringais como parte dos acordos com os Estados Unidos. Os homens que vieram neste período transportados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA, eram nominados pelo Estado de soldados da borracha.

início. Meus avós Temístocles e Matilde, filhos do Madeira, não lembravam nada que fosse anterior a trabalhar cortando seringa, e quando já não era mais possível viver da borracha se dedicaram exclusivamente à agricultura, mas o seringal sempre esteve lá, distante alguns quilômetros, esperando para se tornar importante novamente. Vovó Matilde dizia que seu pai era cearense, mas sua mãe havia nascido no Amazonas. Sinto não ter conseguido aproveitar mais as histórias dela, não ter prestado atenção em cada lembrança que guardava. Ela viveu até os 102 anos sonhando em voltar para o “interior”³ e fazer um roçado. Foi uma mulher além do seu tempo, divorciou-se cedo, criou os filhos e filhas, sua pele manchada pelo sol e seus cabelos alvos contavam muito da sua história.

Hoje, além de três primos paternos, não temos mais parentes vivendo em áreas rurais, nem no Acre, nem no Amazonas. Nossos pais e mães foram os primeiros a, devagar, ir abandonando a roça e o seringal em busca de uma outra vida, fosse em Manaus ou em Rio Branco. Um rural que devido às condições precárias não lhes possibilitou estudar, e muito menos construir uma carreira. Que os expulsou para a cidade e os transformou em “meros” números na massa de migrantes, cada um no seu tempo, cada um no seu espaço geográfico. Assim, meus pais Wilson (saído do rio Madeira) e Lourença (saída do rio Branco) se conheceram e construíram nossa família, eles não conseguiram estudar como planejaram, é verdade. As urgências da vida e a pobreza traçaram para eles outros planos.

Acredito que sou a multiplicidade das minhas ancestralidades que foram submetidas a um poder colonizante que contribuiu com a condição subalterna à que os povos da e na Amazônia foram e são relegados. À medida que encontrei cada história nos assentamentos, também reencontrei a minha, sendo diversamente mobilizada. Impossível permanecer no mesmo lugar, impossível apresentar esta tese sem citar nomes, sem rememorar cheiros e sabores, sem falar dos que vieram antes e depois. Dos que não trazem em seus corpos a marca do “mesmo sangue”, mas que formaram na minha alma os parentes que a vida me deu. Os que me apresentaram um território muito mais profundo e complexo, e do qual eu não poderia escapar.

³Esta expressão é costumeiramente acionada no Amazonas quando se refere ao que está fora do que se considera como urbano ou cidade.

A Amazônia a ser discutida e mobilizada nesta tese é um fragmento do todo, do que de fato ela representa. Uma de suas dimensões, que podem se conectar ou não, e que é atravessada pela miscigenação de sua gente. Nesta ordem, a Amazônia aqui anunciada, diz respeito àquela que foi construída nos espaços rurais (estradas, águas e florestas) por populações nativas e migrantes, forjadas em ordenamentos territoriais criados pelo Estado⁴ e que possuem um passado marcado pela trajetória da falta. Estes territórios instituídos como assentamentos rurais desvelam uma parte da região cuja história pode ser contada a partir do seu processo de colonização, dos fluxos migratórios dirigidos ou espontâneos e das políticas orquestradas para “desenvolvê-la”.

Quando tive o primeiro contato com assentamentos no ano de 2003, percebi o quão complexa era sua constituição, mas é na chegada ao sul do Amazonas, em 2010⁵, que ocorre em mim o deslocamento necessário para que em um giro político e epistemológico aprendesse a escutar melhor, a olhar a partir de dentro, e sendo afetada por todos os lados não pudesse mais ser indiferente. Quando Irmã Angélica Toneta (In Memoriam) levou-me pelas mãos à realidade dos assentamentos, compreendi que nada poderia ser pela metade, a imersão deveria ser legítima. Conhecer pessoas com Marilena, Pedro Onofre, Sebastião, Maria José, Antônio, Maria Paulínia, Francisco, Maria, Roberta, Silvio, Nilo, Valdino, e tantas outras, possibilitou a construção de um mosaico de lutas, resistências, subjetivações que estão em constante movimento, cada uma no seu tempo de esperar e avançar, no seu protagonismo, na sua estratégia e trajetória:

Quando se trabalha, a solidão é, inevitavelmente, absoluta [...]. Só que é uma solidão extremamente povoada. Não povoada de sonhos, de fantasmas nem de projetos, mas de encontros [...]. É do fundo dessa solidão que se pode dar qualquer encontro. Encontram-se pessoas (e

⁴Não é nossa pretensão defender uma tese sobre o Estado, mas mobilizá-lo enquanto uma “instância central” que atravessa a vida das populações. Desta forma, concordamos com o debate suscitado de Santiago Castro-Gomez ao colocar que “*O Estado é entendido como a esfera em que todos os interesses encontrados na sociedade podem chegar a uma “síntese”, isto é, como o locus capaz de formular metas coletivas, válidas para todos. Para isso se exige a aplicação estrita de “critérios racionais” que permitam ao Estado canalizar os desejos, os interesses e as emoções dos cidadãos em direção às metas definidas por ele mesmo. Isto significa que o Estado moderno não somente adquire o monopólio da violência, mas que usa dela para “dirigir” racionalmente as atividades dos cidadãos, de acordo com critérios estabelecidos cientificamente de antemão*” (In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, 2005).

⁵Neste ano passei no concurso para professora efetiva na Universidade Federal do Amazonas, campus de Humaitá, e passei a desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão em comunidades ribeirinhas e assentamentos rurais em cinco municípios da região.

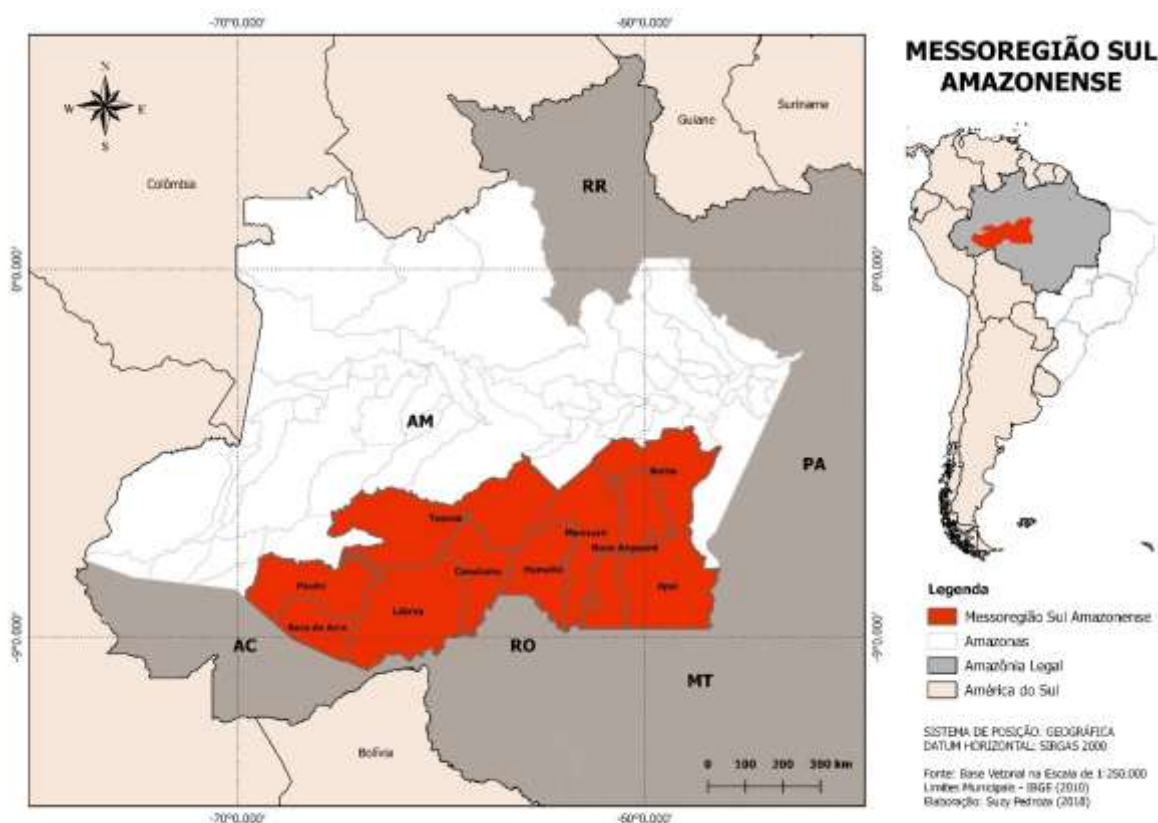
por vezes sem as conhecer nem as ter jamais visto), mas também movimentos, ideias, acontecimentos, entidades. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 14).

Estes encontros, que tiveram início há oito anos, povoaram a solidão do fazer a escrita desta tese, e do apresentar nela territórios carregados de contradições, seu processo nunca foi solitário. Assim, ao realizar esta pesquisa nos assentamentos e junto aos assentados(as), intentei reconhecer formas normalizadas de poder fora do seu centro, captando-as em suas margens, nas formas locais de institucionalização do poder e do ser sobre as condições de vida em assentamentos rurais. O objetivo principal desta pesquisa, foi portanto, explicar a condição de subalternidade de beneficiários de políticas fundiárias no interior da Amazônia e como foram construídas as relações coloniais que atravessam a vida destes sujeitos, como podemos identificá-las na luta cotidiana para se manter na terra.

1.1 ÁREA DE PESQUISA

Administrativamente, esta região onde a pesquisa é localizada, é identificada como mesorregião do sul amazonense (Figura 1). Com aproximadamente 476.097,8 km², é composta pelos municípios de Canutama, Lábrea, Boca do Acre, Apuí, Manicoré, Novo Aripuanã, Humaitá, Borba, Pauini e Tapauá. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014) sua população é de 313.343 habitantes, possuindo trinta e sete assentamentos rurais criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o que corresponde a aproximadamente 25% do total de assentamentos do Estado. Esta região pode ser considerada estratégica para a articulação das ações de desenvolvimento no Amazonas por meio do fortalecimento das cadeias de comercialização, em função de sua localização dispor de acessos tanto fluviais quanto rodoviários, através das BRs 319 e 230 (Transamazônica), o que facilitaria a logística junto aos demais municípios e Estados. Em decorrência das precárias condições de suas rodovias o tráfego por estradas, quando ocorre, é sazonalizado devido ao inverno amazônico, que corresponde aos meses com maior intensidade de chuvas (dezembro-maio).

Figura 1: Mesorregião sul amazonense



Fonte: Elaborado por PEDROSA, 2017.

Na mesorregião sul amazonense como em todo o Estado, grande parte dos assentamentos rurais criados pelo INCRA foram implementados por meio de processos de regularização fundiária, e não por desapropriação (Tabela 1). Esta condição por si só, já se configura como um tema de pesquisa, uma vez que parte da discussão sobre a reforma da estrutura fundiária no Brasil gira em torno de uma disputa política/econômica entre “regularização x desapropriação”, vendo a primeira não com um instrumento de reforma agrária de fato, pois está pautada no uso de terras públicas.

Tabela 1 - Formas de obtenção dos imóveis rurais à criação de projetos de assentamentos. Dados até 2014

INSTRUMENTO LEGAL		TOTAL
Desapropriação	Desapropriação	15
	Adjudicação	1
Regularização	Discriminação	19
	Arrecadação	60
	Reconhecimento	36
Outras	Compra e venda	2
	Doação	8
	Em obtenção	3
Total		144

Fonte: SIPRA.

Caracterizada também como área de transição entre espaços de alta intensidade de desmatamento, como é o caso de parte significativa dos Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Pará, com que fazem fronteira, destaca-se por ter sido alvo de programas e planejamentos de expansão da fronteira agropecuária acarretando um caráter “atrativo” nas décadas de 1970, 1980 e 1990, principalmente em virtude da construção de suas rodovias. Alguns exemplos da ação do Estado para promover o fluxo migratório à Amazônia, assim como minimizar problemas de regularização fundiária e do latifúndio nesta parte do Amazonas, são os assentamentos Rio Juma em Apuí (1982), Antimary em Boca do Acre (1988), Puxurizal em Borba (1992) e Umari em Lábrea (1996). Mas em virtude da ausência do próprio Estado e das condições de abandono vivenciadas nos assentamentos reconhece-se que “a questão agrária tem sua própria temporalidade [...] A questão agrária hoje é um conjunto de pontas desatadas desse longo e inacabado processo histórico” (MARTINS, 1999, p. 99-100).

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo por referencial teóricos como Gayatri Chakravorty Spivak (2008, 2010), Silvia Rivera Cusicanqui (1986, 2010), Walter Mignolo (2003), Franz Fanon (1968), Anibal Quijano (1998, 2005, 2014), Santiago Castro-Gomez (2005), Enrique Dussel

(1973), Veena Das (1989, 1995), Pablo González Casanova (1967, 1995, 2015), Antonio Garcia (1973), Roberto Santos (1980), Marilena Corrêa Silva (2000, 2012), Otavio Ianni (1978, 1979), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988, 1990), entre outros enquanto um conjunto analítico para a construção de uma crítica epistemológica, a proposta deste trabalho ancorou-se na compreensão e análise do mundo de dentro para fora em uma tentativa de subverter o que foi convencionalmente reconhecido como história universal (MIGNOLO, 2003).

Nesta ordem, propomos a busca por pontos de partida alternativos para pensar e compreender condições de vida no rural amazônico que podem ser: 1- o reconhecimento de que a região ainda é um “Outro” (DUSSEL, 1973, 1994) a ser explorado ao criar o subalterno; 2- que os fluxos migratórios contribuíram para a manutenção de grupos subalternizados; 3- que assentamentos rurais representam um dos microcosmos onde as ancestralidades destituídas (negros, índios, brancos, pardos) não conseguem romper com a herança das relações coloniais de domínio e exploração historicamente construídas.

A condição subalterna dos assentados rurais no interior da Amazônia, é, portanto, o foco desta pesquisa, compreendendo que seu problema sociológico é o Estado enquanto autoridade colonial, que ao criar ordenamentos territoriais para minimizar a concentração fundiária acaba constituindo sujeitos subalternos e à margem, que como definem Das e Poole (2008, p. 15) são “sitios que no están fuera del estado sino que, como los ríos, atraviesan todo su cuerpo”. Neste sentido, as questões investigativas da pesquisa estavam relacionadas aos tipos de ausência do Estado e sua relação à condição de abandono; ao colonialismo interno como dispositivo de poder presente nas políticas de colonização e distribuição de terra na e para a região; na colonialidade do poder que criam a condição de subalternidade.

A construção desta tese não se limitou ao tempo do doutorado, por isso, em virtude da complexidade do problema sociológico que vislumbrávamos desenhar, demos início no segundo semestre de 2012 a dois projetos de pesquisa que visavam recolher dados sobre a criação e implantação de assentamentos na mesorregião sul amazonense, bem como mapear conflitos relacionados ao uso de produtos extrativistas não madeireiros. Para isso, três assentamentos na região foram

selecionados a compor a pesquisa: Pacιά em Lábrea⁶, São Francisco⁷, em Canutama e Botos⁸ em Humaitá, avaliando que juntos representariam um conjunto heterogêneo da população que compõe estes espaços (nativa e migrantes), apresentavam modalidades diferenciadas (tradicional e ambientalmente diferenciado), possuíam diferentes espaços geográficos (rodovias e rio) e possibilitavam o acesso de forma mais facilitada para a execução do trabalho de campo. Estes ordenamentos representam assentamentos que foram criados por meio de regularização fundiária.

Suas modalidades se diferenciam com base em suas características e objetivos, onde, de acordo com a legislação, um Projeto de Assentamento Tradicional (PA) deve possuir “ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário”⁹; enquanto que um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), por ser ambientalmente diferenciado, deve se destinar “à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações oriundas de comunidades extrativistas”¹⁰.

Dividida em duas etapas, a primeira fase da pesquisa de campo foi a realização de quarenta e nove entrevistas abertas, em que o critério de inclusão era de ser morador(a) residente há mais de cinco anos em cada assentamento, tivessem como principal atividade econômica a agricultura ou o extrativismo, com idade superior a dezoito anos. Esta regra de tempo foi pensada pelo interesse no cotidiano e na trajetória de vida dos sujeitos rurais naquele espaço, suas redes de relações, suas estratégias de resistência, as formas de relação com os agentes do governo e organizações mediadoras. Esta primeira etapa consistiu na apresentação do projeto às comunidades a fim de esboçar o interesse em compreender melhor a vida no assentamento e poder contar com a parceria delas em sua realização.

⁶Com 5.221,00 hectares, o assentamento foi criado pela Portaria 80 de outubro de 1999, sua capacidade é de 305 famílias.

⁷Com 18.120,00 hectares, o assentamento foi criado pela Resolução 0019 de 29 de abril de 1993, sua capacidade é de 298 famílias.

⁸Com 101.397,00 hectares o assentamento foi criado pela Portaria 008 de 23 de abril de 2004, sua capacidade é de 300 famílias.

⁹Instrução Normativa N° 15, de 30 de março de 2004 (art.3°).

¹⁰Portaria/INCRA/P/N° 268 DE 23 de outubro de 1996.

O resultado desta etapa foi a recolha de entrevistas que foram analisadas tendo como questões norteadoras: 1- as ações dos agentes do Estado, onde podem ser identificados traços de relações de domínio e exploração, como agiam os órgãos, como as políticas chegavam ao assentamento; 2- como a vida nos assentamentos rurais evidenciava a presença ou ausência do Estado: condições de vida, dependência, promessas, sonhos; 3- quais eram as formas objetivas dos assentados se inscreverem em um projeto de nação considerando formas de resistência e seus processos criativos. Para Chizzotti (2006), há muitas formas de analisar uma mensagem, e uma multiplicidade de técnicas disponíveis dependendo da opção do investigador e de seus objetivos, onde “um texto contém sentidos e significados, patentes ou ocultos, que podem ser apreendidos por um leitor que interpreta a mensagem contida nele por meio de técnicas sistemáticas e apropriadas” (2006, p.115).

Todas as entrevistas foram recolhidas no período de 2013, com várias inserções em campo que permitiram não somente realiza-las, mas participar da vida cotidiana das pessoas envolvidas diretamente e da comunidade, já que desenvolvia paralelamente projetos de extensão relacionados ao fortalecimento da organização social nos assentamentos. Organizadas num quadro analítico de acordo com as questões apontadas acima, as entrevistas foram fundamentais para a continuidade da pesquisa a partir de 2014. Desta forma, o resultado desta primeira permitiu o acesso a memórias e a percepção sobre a resignificação dada pelos envolvidos à sua condição de vida, uma vez que ao falar do passado e do presente a realidade pode ser reconstruída, e seus construtores elaborar novas ordens de acordo com a interpretação de suas experiências.

Depois de dois anos, no segundo semestre de 2015 foram reiniciadas as imersões em campo, que ocorreram até o segundo semestre de 2016. No primeiro momento visitamos os assentamentos para informar que daríamos continuidade à pesquisa que estávamos (eu e eles) desenvolvendo. Consequentemente buscamos reconectarmos às pessoas e ficando a par dos acontecimentos que haviam transcorrido. Nesta fase, com bases epistemológicas mais definidas voltamo-nos ao quadro analítico e as entrevistas, procurando estabelecer novas leituras e perceber memórias que não havíamos conseguido capturar anteriormente. Com a proposta de uma pesquisa participante era necessária antes a releitura das entrevistas, o diálogo sobre seu conteúdo com alguns participantes e a atualização dos eventos que tinham

transcorrido. Em razão de conflitos ocorridos em alguns assentamentos e as relações com órgãos como INCRA, as entrevistas foram identificadas por números, como havia sido acordado com os entrevistados(as).

No trabalho de campo reiniciado submergimos na vida cotidiana de seis famílias assentadas, abraçando outras histórias que foram eclodindo no seu interior. Um dos objetivos era acessar dimensões mais íntimas e familiares que permitissem uma análise do cotidiano por meio do método genealógico, como proposta de colocar as experiências, a memória, e o saber no centro da interpretação, explorando-os, já que *a priori* estão inscritos no interior de uma história normatizada e sistematizada. A este conjunto de conhecimento, nominado por Foucault (2000) de saberes sujeitados, compreendemos tratar de “blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pôde fazer reaparecer pelos meios (...) da erudição” (FOUCAULT, 2000, p.11).

Buscou-se o uso da genealogia para captar nos discursos dos assentados e dos documentos¹¹ - fornecidos pela Unidade Avançada - U.A. do INCRA em Humaitá, pelos próprios assentados, e acessados em plataformas online -: 1- as relações de poder que estão presentes nas trajetórias de vida e de luta pela permanência na terra; 2- as relações de poder estabelecidas com os assentados por meios dos órgãos públicos; 3- a defesa da colonização e ocupação da Amazônia mobilizada nas políticas públicas para a região. Tendo no horizonte que nos acontecimentos que

¹¹Portaria de arrecadação da terra devoluta Acarazinho, Diagnóstico Técnico da Gleba Acarazinho, Memorial Descritivo da Gleba Acarazinho, Relatório socioeconômico produzido pelos moradores dos Botos para subsidiar a criação do assentamento, Registro no cartório da criação da associação de trabalhadores do PAE Botos, Atas de reuniões da associação de trabalhadores do PAE Botos, Relatório de viagem de funcionários do INCRA sobre o processo de implementação do PAE Botos, Ata de legitimação dos nomes dos moradores da gleba Acarazinho como beneficiários do INCRA, Mandado de reintegração de posse da presidência da associação de trabalhadores do PAE Botos a Pedro Onofre, Boletins de ocorrência registrados na polícia civil contra assentados do PAE Botos, Mandados de intimação contra moradores do PAE Botos, Notificações da Unidade do INCRA em Humaitá aos assentados do PAE Botos proibindo benfeitorias e coleta de castanha, Carta denúncia ao Ministério Público Federal movida pela Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Humaitá contra os conflitos no PAE Botos, Processos do Ministério Público Federal movidos por assentados do PAE Botos, Relatório do I Encontro de Assentados de PAE de Humaitá e Manicoré, Portaria que aprova a metodologia de implantação de PAEs, Memorial descritivo da área C-2 onde foi implementado o PA São Francisco, Ofícios e memorandos ao INCRA, ministros e deputados federais solicitando a criação do PA São Francisco, Sinopse do projeto do PA São Francisco, Proposta Simplificada de Criação do PA São Francisco, Proposta Preliminar do PA São Francisco, Relação dos moradores que já residiam na área onde foi implementado o PA São Francisco, Relatório da Acompanhamento do PA Pacιά, Lista de beneficiários dos assentamentos Botos, São Francisco e Pacιά, Portaria de criação dos assentamentos Botos, São Francisco e Pacιά, I e II Plano Nacional de Reforma Agrária, Decretos, Portaria, Leis, Normas de Execução.

formam o conjunto dos discursos é preciso “reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos” (FOUCAULT, 2006, p. 15).

A compreensão, a partir da genealogia, de que a construção da subalternidade é um processo histórico em movimento e jamais acabado, aliada a um quadro analítico que problematizasse as categorias colonialismo, colonialidade e abandono, criou perspectivas outras para o debate sobre as condições de vida dos assentados rurais na Amazônia, evidenciando, assim, as redes de tessituras que compõem os discursos e a capacidade de articulá-los e transformá-los.

Não buscar uma “consciência geral” (SPIVAK, 2008), foi a vigilância epistemológica que exigiu estar atento à que não há um saber livre e sem interesse, e que é preciso a busca das correlações de força que movem e formam os discursos, e que estes são múltiplos, sendo necessárias estratégias diferentes para sua compreensão (FOUCAULT, 1988). É importante ressaltar que esta técnica foi mobilizada também na releitura das entrevistas que já haviam sido coletadas, não se procurou separar uma etapa da outra, mas travar um diálogo entre as trajetórias que haviam sido contadas anteriormente e as novas histórias que foram escutadas posteriormente na pesquisa.

Como afirmar Tobar e Yalour (2002), a pesquisa em Ciências Sociais é também definida como uma trajetória entre a teoria e os dados e vice-versa, em uma relação que não é linear nem mecânica. É um processo interativo de pensamento, reflexões, condutas, guiadas por regras (método) flexíveis e suscetíveis de modificação, conduzida por marcos teóricos e conceituais. Desta forma, com o desenvolver da pesquisa e o reconhecimento de que alguns dos participantes tinham outras histórias para contar e que estes concordavam em ter seus nomes publicitados no texto, a tese traz histórias identificadas de acordo com a pessoa que a contou. É importante informar que nos textos que identificam os assentados houve a discussão com cada um - na sua versão final - para a confirmação do que se manteria ou do que faltava, de acordo com o que haviam descrito.

Em virtude do número de famílias em cada assentamento ser superior a cem, optamos por fazer uso de dados secundários coletados pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia-NUPEAS, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Unidade de Humaitá, e dados do número de beneficiários fornecidos pelo INCRA. Assim constatamos que nos PAs São Francisco e Pacιά e o PAE Botos mais de trezentas famílias vivem da agricultura familiar e do

extrativismo de recursos não-madeireiros: cultivo de mandioca, banana, hortaliças, abacaxi, guaraná; extrativismo da castanha, do cedro e da andiroba. A capacidade de ocupação dos assentamentos é maior que a quantidade de pessoas que efetivamente moram nos lotes, percebendo-se tanto uma relativa rotatividade em relação a novos moradores, quanto àqueles que vão para as cidades e retornam anos ou meses depois aos seus lotes.

Os dados disponibilizados pelo Núcleo contavam com um universo de setenta e cinco entrevistas, coletadas em forma de questionários nos três assentamentos no período de 2012 e 2013. Estes questionários possibilitaram tanto traçar um perfil socioeconômico dos assentados, quanto estabelecer uma visão geral sobre as condições estruturais dos mesmos, sendo possível verificarmos que a renda mensal prevalente nos assentamentos não ultrapassava dois salários mínimos, onde 56% dos entrevistados afirmaram possuir renda de até um salário mínimo oriunda em 70% da agricultura e do extrativismo.

A média de idade dos(as) chefes de família apontou que 53% possuem mais de 40 anos com grau de instrução do ensino fundamental incompleto (47%), e um percentual elevado de pessoas (26%) que se identificam como analfabetas. Índices que se estendem as crianças onde parte (56%) delas estava fora da idade escolar e estudava em salas multisseriadas¹². Mais de 70% das famílias são do tipo nuclear, onde adultos e crianças dividiam os trabalhos domésticos e da agricultura.

Em relação aos serviços de saneamento básico, os dados apresentaram que 82% das residências fazia uso de valas a céu aberto e fossa negra, demonstrando um alto nível de carência estrutural que se somava a 93% não ter acesso a água tratada, sendo esta oriunda de poços rasos ou igarapés.

O acesso a estes questionários contribuiu, ainda, no reconhecimento de que os assentamentos como espaços de vida inserem-se num constante reconstruir de suas condições, uma vez que as informações revelaram que a qualidade de margem nestas áreas pode ser identificada na ausência de serviços básicos como pavimentação, energia, educação, saúde, segurança, acesso a crédito e acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural. O conjunto dos dados recolhidos subsidiaram a

¹²Salas onde o professor ministra aula para alunos de faixas etárias e séries diferentes no mesmo turno e espaço.

compreensão do que constitui as práticas discursivas – trajetória, título definitivo ou termo de concessão de uso, agências de governo, estratégias de sobrevivência cotidiana, políticas públicas.

Como propõem Goldman (2003), quando se está no campo é preciso perder as esperanças de encontrar ou receber informações prontas e acabadas, desta forma, é preciso reunir (catar) pacientemente ao longo da pesquisa os “detalhes que se recolhe aqui e ali (folhas)” (Idem, p 455), por isso atentou-se procurar mobilizar a prática de campo como um exercício contínuo de atenção e interação. Defendendo-se, assim, que uma boa pesquisa participante deve nos impedir de cometer generalizações sobre o conhecimento e manter uma historiografia oficial.

Scott (2002, 2005) contribui com esta perspectiva à medida que sua leitura auxiliou na reflexão sobre como conhecimento, entendimento e práticas locais estão enraizados no espaço e no tempo. A inserção no cotidiano dos sujeitos com quem trabalhamos precisa atentar às construções pré-elaboradas para que estas não turvem a atenção ao conhecimento prático e local dos nossos interlocutores. A apropriação do discurso é inevitável, mas o exercício constante, de que não há uma compreensão plena das experiências do passado a ponto de reconstituí-las, precisa ser assumido como compromisso (GUHA, 2002). Enquanto apropriação do discurso, esta pesquisa procurou não tratar os assentados como destituídos, mas como sujeitos históricos, com realidade política (FASSIN, 2009).

1.3 ORGANIZAÇÃO DA TESE

Diante do exposto até aqui, apresentamos que a discussão dos resultados desta tese é compartilhada em quatro seções que procuram demonstrar como a condição de subalternidade dos assentamentos amazônicos relaciona-se diretamente com a história de colonização da região e com a autoridade colonial do Estado brasileiro. Na seção 2, “A questão agrária do Brasil para a Amazônia: um breve histórico”, contextualizamos como as políticas de distribuição de terra são construídas no Brasil e quais suas consequências na região, em que pese que, as políticas de regularização fundiária jamais configuraram-se como uma reforma agrária estrutural. Deste modo, a terra não foi política de Estado, mas instrumento que manteve as populações mais pobres submetidas a uma relação de domínio e exploração, onde o

incentivo a fluxos migratórios estabeleceu-se enquanto colonização metamorfoseada de desenvolvimento.

Na seção 3, “O Estado como autoridade colonial”, intentamos apresentar como se processa e caracteriza a autoridade colonial do Estado, utilizando-nos das categorias colonialismo e colonialidade para problematizar a autoridade que se fez coeva em diversos momentos históricos da região amazônica. Assim, as práticas autoritárias, como dispositivo de poder, por meio de políticas de migração e desenvolvimento estavam diretamente ligadas a práticas coloniais que visaram manter a relação domínio-exploração presentes desde o Tratado de Madri até a ditadura militar. Propomos ainda, debater que após a redemocratização do Brasil, os avanços que poderiam ser garantidos na Constituição Cidadão não foram capazes de romper o padrão de poder dos grupos hegemônicos, ocasionando que os planos nacionais de reforma agrária não se constituíssem em políticas de Estado, e leis como a 13.465/2017 fossem sancionadas, mesmo diante das mobilizações sociais que a refutavam. A diferença colonial como consequência da autoridade colonial do Estado é, portanto, reconhecida nas ações de fora para dentro que, baseadas em valores universais, transformam diversidades em totalidades. Para corroborar tais afirmativas, utilizamos nesta seção sentenças elaboradas pelos assentados que, como regimes próprios de verdades, trazem à superfície a autoridade colonial do Estado brasileiro.

Ancorados neste cenário, a seção 4, “Assentamentos na Amazônia rural e a construção da condição subalterna”, estabelecemos uma linha do tempo em que a invisibilidade e tensões demonstram mecanismo de disciplinamento da vida. Assim, apresentamos a história de criação e implantação de três assentamentos contadas pelos seus protagonistas, buscando comparar suas narrativas ao discurso oficial do Estado na tentativa de demonstrar que a invisibilidade destes territórios é confirmada na ausência de infraestrutura e serviços básicos, como educação e saúde, o que contribui para que a subalternidade seja mantida e reforçada.

Finalmente, na seção 5, “Dimensões do abandono como dispositivo de uma condição subalterna”, por meio de seis histórias que nomeamos de eventos trágicos procuramos evidenciar o dia-a-dia nos assentamentos, onde os sentimentos mobilizados são de pessoas reais que tiveram suas vidas transformadas por cada evento. Não pretendemos esgotar o inexaurível sofrimento e dor a que são submetidos homens e mulheres, mas propomos apresentá-los como o materializável que expõe as diversas dimensões do abandono. As trajetórias emergidas nestas

histórias apresentam o itinerário da falta e as ancestralidades destituídas que os acompanham na luta pela permanência na terra e suas formas de resistência frente a um Estado que os põe à margem.

A construção desta tese não foi uma tarefa fácil, como não é nenhuma outra, sua complexidade esteve em mobilizar uma crítica epistemológica por meio de quadros analíticos que ainda encontram barreiras acadêmicas no Brasil. Termos dialogado com intelectuais latino-americanos, indianos e africanos provocou o mesmo deslocamento que fui obrigada a fazer quando passei a conviver com a Amazônia dos assentamentos rurais na mesorregião sul amazonense. Este aprofundamento contribuiu para que o ouvir, sentir e pensar não somente buscasse a crítica à condição subalterna das populações rurais assentadas, mas também atentássemos as formas de resistir e produzir vida desta população.

Assim, ao longo de todo o texto há a tentativa de apresentar formas de resistência, fossem eles relacionados à exteriorização sempre que possível de dores, ao fortalecimento de ações cotidianas de enfrentamento, à disposição de contestar as dificuldades impostas. Talvez assim, como anuncia Guha (2002, p. 20) em sua crítica sobre uma historiografia estatizada na Índia, possamos

sobre todo, cultivar la disposición para oír estas voces e interactuar com ellas. Porque tienen muchas historias que contarnos —historias que por su complejidad tienen poco que ver con el discurso estatista y que son por completo opuestas a sus modos abstractos y simplificadores.

Continuemos a acreditar que sim, pode o subalterno falar; cabe a nós, no entanto, não sermos mais um instrumento de colonialidade, sendo urgente que enquanto ocupantes de um lugar também subalternizado nos deixemos afetar, tenhamos um compromisso irreduzível (SPIVAK, 2008) e construamos juntos teorias que partam de dentro para fora, teorias coletivizadas.

2 - A QUESTÃO AGRÁRIA DO BRASIL PARA A AMAZÔNIA: UM BREVE HISTÓRICO

Apresentar uma linha do tempo específica entre tantas que contemplariam a história da Amazônia pode sugerir interpretações que divirjam dos objetivos desta tese. Mas não seria possível a dedicação necessária à análise da condição subalterna dos assentamentos na região, se tentássemos dar conta de contextualizar todas as linhas que formam o tecido histórico amazônico. A trilha a ser percorrida, portanto, parte dos dispositivos de poder articulados desde o fim do século XVIII com vista a colonizar e integrar a região ao país, a partir de uma visão que a considera distante e desconhecida. Esta estratégia utilizou-se de processos migratórios e políticas de “desenvolvimento” que culminaram na criação de assentamentos rurais como ordenamentos territoriais criados pelo Estado para dar conta do déficit fundiário inter e intrarregional. Não é um debate sobre desenvolvimento ou progresso, mas como discursos em sua defesa foram mobilizados nos diferentes contextos históricos.

2.1 “REFORMA AGRÁRIA” NO BRASIL

Nas Américas, como nos demais continentes colonizados, a questão agrária é fruto do próprio processo de colonização. Na América Latina em particular, a luta pela distribuição simétrica da terra perpassa historicamente por modificações e substituições nos sistemas políticos e econômicos que mantêm uma cadeia tradicional de poder. No livro *Sociología de la Reforma Agraria en América Latina* (1973), Antonio Garcia apresenta as tipologias e dificuldades da reforma agrária presente na região, trazendo ao debate não somente a questão colonizadora latino-americana, mas também, como na maior parte dos países, a questão agrária está atrelada à expansão do capitalismo e do neoliberalismo:

La problemática varía, desde luego, en los países latinoamericanos para los que la reforma agraria es la puerta de entrada a los primeros estadios de la industrialización y del sistema nacional de mercado y en los países para los que la industrialización es la puerta de entrada a la reforma agraria, ya que en los primeros la fuerza motora es la presión campesina sobre la tierra y en los segundos el núcleo dinámico se transfiere a la presión nacional sobre la tierra, más exactamente, a las fuerzas sociales articuladas con los procesos de urbanización,

metropolización, industrialización y expansión del Estado. (GARCIA, 1973, p. 77).

A reflexão proposta por Antonio Garcia (1973) incita-nos a problematizar que para o Brasil, é complexa uma análise da reforma agrária¹³ como uma política estruturante que tenha criado bases para mudanças sociais e econômicas. Na contramão de outros países latino-americanos como o México, Bolívia e a Costa Rica, o que foi realizado no Brasil, desde meados de 1800, diz respeito às políticas compensatórias e regionalizadas, esta última não em virtude de sua dimensão continental e diversidade étnica. Este pressuposto é um dos obstáculos das pesquisas em assentamentos rurais na Amazônia, pois a ordem política nacional não executou nenhum tipo de reforma agrária nesta parte do território brasileiro. No entanto, a região nunca esteve desvinculada dos projetos nacionais, sendo preciso estar atento a como estes afetaram a vida de sua população.

Destaca-se desta forma, que nas ciências sociais, os processos de mudanças econômicas, culturais e sociais suscitados pela reforma agrária podem ser analisados por diferentes prismas: econômico, sociológico, antropológico, político (GARCIA, 1973). Assim, do ponto de vista sociológico, infere-se que no Brasil a reforma agrária não promoveu abertura a um novo tipo de sociedade, com mudanças profundas nas estruturas econômicas e sociais, o que reforçou a pobreza no mundo rural.

No país, é desde sua primeira organização político-administrativa, as Capitânicas Hereditárias (1534), que a “tarefa de administrar a colônia mostrava-se extremamente difícil [...] já que o país não priorizava seus setores mais produtivos” (AZEVEDO E SERIACOPI, 2005, s/p). Como este modelo não atendeu às expectativas econômicas da Coroa Portuguesa (LARANJEIRAS, 1983), é indiscutível que a concentração de terra não é um novo fenômeno e sua utilização:

Continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população. (PRADO JUNIOR, 2000, p. 50).

¹³O autor propõe para a América Latina três categorias históricas que possibilitam a avaliação sobre o papel da reforma agrária nos processos sociais da região: reformas agrárias estruturais, reformas agrárias convencionais e reformas agrárias marginais ou contrarreformas.

Como havia sido feito nas ilhas do Atlântico, a colônia portuguesa brasileira foi dividida em doze capitanias ou donatárias¹⁴, que eram faixas fixas de terra. Estas foram entregues a particulares para que as administrassem e explorassem economicamente. A falta de recursos dos donatários na maioria das capitanias acarretou resultados medíocres, impedindo, entre outras coisas, a sua exploração lucrativa. Como estes não eram isentos de impostos, insere-se nas capitanias o regime de Sesmarias¹⁵ que consistia na “doação de grandes extensões de terra a particulares” (SILVA, 1985, p. 25), e que “calculadas em léguas [...] foram-se assentando as propriedades. Difundiram-se os latifúndios, base em que se firmou o sistema colonial, pelo aspecto fundiário” (LARANJEIRAS, 1983, p. 6). Conformando-se na primeira tentativa de repartição de terras - mesmo não sendo justa socialmente e expropriando do direito à terra as populações originárias, uma vez que só era beneficiário aquele que possuía relações com os nobres portugueses em Portugal - seu objetivo era doar as terras a determinados donatários a fim de colonizar e dar produtividade à mesma, para que assim a Coroa tivesse lucros.

Todavia, em 1822, início do século XIX, foram suspensas as concessões da Carta de Sesmarias. Vale a pena lembrar que os colonos que tinham a posse legítima de uma sesmaria muitas vezes não conseguiam cumprir com todas as exigências estabelecidas no contrato da terra, como manter sua produtividade. Estes colonos então arrendavam suas terras a pequenos lavradores que, não tendo a posse da mesma, produziam e pagavam pelo seu uso, dando origem à figura do posseiro¹⁶. Com a extinção do contrato de sesmarias alguns posseiros acabaram sendo beneficiados, passando a ter legitimamente a posse da terra em que trabalhavam.

Somente em 1850 o Império edita a Lei de Terras¹⁷, que inscreveu nova forma de aquisição de terra, ou seja, “primeiro o agente entra na propriedade, pública ou

¹⁴No sistema de capitanias hereditárias (1534) a terra era considerada uma capitania, então cada uma possuía um responsável, ou seja, um donatário que era escolhido pelo rei de Portugal. Os donatários eram pessoas escolhidas com o intuito de fiscalizar e cuidar da terra, sendo assim recebiam terras através de doação feitas por Dom João III e tinham como objetivo permitir o acesso dos colonos (ligado ao dono da terra por meio de um contrato) a terra. Os colonos trabalhando na terra poderiam torná-las produtivas, gerando assim o crescimento da agricultura. Fonte: (<http://www.dicio.com.br/donatario/>).

¹⁵O regime de Sesmarias “se convertaram no primeiro Instituto de Direito Agrário no Brasil, como instrumento jurídico de implantação da propriedade privada no país” (LARANJEIRAS, 1983, p. 6).

¹⁶O que está de posse de uma terra devoluta (vago/desocupado). Disponível em: (<http://www.dicio.com.br/donatario/>).

¹⁷Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850: “Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por

privada, cultiva-a, realiza melhorias e somente então seu título é reconhecido” (LARANJEIRAS, 1983, p. 38). Contudo, um de seus dispositivos – proibindo a ocupação de áreas públicas e determinando que a aquisição de terras só pudesse ocorrer mediante pagamento em dinheiro – reforçou o latifúndio ao tornar ilegais as posses de pequenos produtores e excluindo da possibilidade do acesso à terra os negros libertos. A terra foi reforçada enquanto mercadoria, contribuindo para o aumento da desigualdade social ao estabelecer a compra como a única forma legal de sua obtenção.

Neste mesmo período o Brasil ainda possuía como principal mão-de-obra o trabalho escravo, mas com as cobranças internacionais e o movimento interno absolutista neste cenário é promulgada a Lei Eusébio de Queiroz¹⁸, que proibia o tráfico negreiro. Como a escravidão não havia sido abolida, “o Império cuidou para que trabalhadores, nacionais ou imigrantes, não tivessem acesso à propriedade e se sujeitassem ao trabalho em terras alheias” (CARVALHO, 2008, p. 35). Os escravos “livres” estavam sujeitos a trabalhar em fazendas e lavouras de café: “de um lado, restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. De outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista” (SILVA, 1985, p.25).

Com a proclamação da República, em 1889, pouca coisa mudou no que tange ao uso social da terra, mantendo-a como “um fator de status e poder [...] permitindo o poder absoluto dos proprietários de terras para com os despossuídos” (LIBERATO, 2008, p. 49). Caso o proprietário perdesse a sua terra, ele teria o direito de reavê-la

simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara”. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm

¹⁸Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850: “Dom Pedro, por Graça de Deus, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembleia Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte. Art. 1º As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriaes do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação he prohibida pela Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e hum, ou havendo-os desembarcado, serão apprehendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos. Aquellas que não tiverem escravos a bordo, nem os houverem proximamente desembarcado, porém que se encontrarem com os signaes de se empregarem no trafico de escravos, serão igualmente apprehendidas, e consideradas em tentativa de importação de escravos (...)”. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1m/L1M581.htm.

de qualquer pessoa que tenha tomado posse da mesma sem sua autorização, reforçando-a como “um direito sagrado e inviolável” ((LIBERATO, 2008, p.48).

A abolição da escravatura (1888) e a mudança do Império à República (1889) torna mais evidente a intranquilidade social causada principalmente pela dívida com as populações escravizadas e o crescimento de latifúndios, o que se evidencia a partir da década de 1930 que marca o início da Nova República. Não havia garantia de correção das desigualdades ocasionadas por anos de escravidão, a preocupação se concentrava na modernização da economia onde a industrialização seria gerada a partir da substituição de importação, e a agricultura brasileira deveria abastecer os principais centros urbanos. O trabalhador rural continuava inserido num contínuo de exploração e a terra, como mercadoria, estava longe de cumprir sua função social.

Em paralelo à instabilidade da garantia da função social da terra, na letra da Lei, fermentavam cenários de revoltas. Neste período entre os anos de 1934 e 1937 ocorrem avanços e retrocessos nas constituições federais, até que na Constituição de 1946 é garantida a função social da terra e a sua desapropriação por interesse social, condicionando a propriedade ao bem-estar social, a fim de “promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos” (BRASIL, 1946, Art. 141, § 16). É percebido, portanto, um novo conceito sobre o termo “propriedade” que vai além do direito individual, introduzindo o significado de propriedade também como direito coletivo de todos àqueles que nela habitam, e não o direito somente do proprietário, o que durante décadas não passará de letra morta. Mas isto não significou a construção de uma política agrária. Com a intensificação de uma política urbano-industrial e o enfraquecimento de oligarquias rurais, os movimentos sociais do campo tornam-se mais organizados.

A questão agrária, nos anos de 1950, começa a se configurar enquanto pauta política e social, uma vez que na década anterior já haviam grupos engajados a promover leis para uma política nacional de reforma agrária, onde os movimentos sociais do campo reforçaram suas agendas enquanto espaços de luta e resistência, é um exemplo a criação de Ligas Camponesas em 1945. Por outro lado, o governo de Juscelino Kubitschek (1951-1956) estava voltado à industrialização e modernização dos modos de produção no país, em uma perspectiva nacional-desenvolvimentista, pouco atrelada aos problemas agrários. Na avaliação dos nacionalistas econômicos da Revista Brasiliense, a grande crítica se dava a ações que não vislumbravam:

Promover o desenvolvimento econômico através de uma industrialização planejada, capaz de incorporar a população ao sistema econômico com uma efetiva elevação do padrão de vida. Duas questões fundamentais balizavam esse projeto: a necessidade de combater o "imperialismo" e de realizar um conjunto de reformas nas estruturas sociais, políticas e econômicas, especialmente a reforma agrária (MOREIRA, 1998, s/p).

Nas décadas de 1950 até 1960 existiu uma ampla mobilização social na busca pela reforma agrária, na contestação das desigualdades sociais e concentração fundiária existente no Brasil. Esses movimentos ganham mais forças a partir do momento em que João Goulart (1961-1964) se torna presidente. As “chamadas reformas de base (agrária, urbana, bancária e universitária) eram consideradas essenciais pelo governo, para o desenvolvimento econômico e social do país” (LIBERATO, 2008, p. 71), mas não haviam sido implementadas. É no governo Goulart que a reforma agrária se torna pauta nacional, os movimentos civis rurais se fortalecem em sindicatos e federações, os direitos trabalhistas são estendidos aos trabalhadores rurais por meio do Estatuto do Trabalhador Rural¹⁹ e é criada a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA). No entanto, a posição do governo em relação a reformas estruturais no Brasil ocasiona o rompimento com grupos políticos do centro, o que abriu caminho para o golpe militar.

Segundo Leite e Ávila (2007), a reforma agrária não é apenas uma distribuição de ativos fundiários, mas também o acesso aos recursos naturais que são a terra, a água, financiamento à tecnologia e a distribuição do poder político. Podemos considerá-la uma forma de promover melhor a distribuição da terra, dando à população mais oportunidade de produzir, de gerar renda e uma melhor condição de sobrevivência no seu pedaço de terra. No entanto, não se conseguiu estabelecer formas equitativas de divisão de terras no Brasil, pois as polêmicas sempre estiveram voltadas às formas de conduzir o processo de modernização do país, em especial a partir do impulso industrial ocorrido em 1937, com o advento do Estado Novo, debate que se manteve até o golpe militar em 1964.

¹⁹ Lei nº 4.214 - de 2 de março de 1963 - DOU de 22/3/63. Revogado pela Lei nº 5889, de 08/06/1973.

O déficit por terra é um problema social que não sofre grande influências nem durante os principais processos de êxodo rural. Para Medina (1971), o êxodo provocado em toda América Latina pela abertura de estradas que passaram a unir os setores primários ao industrial, mais as condições de pobreza no campo promoveram seu esvaziamento, aumentando as disputas pelo mercado de terra e o latifúndio. Esse fenômeno é observável no Brasil principalmente durante o governo de Juscelino Kubitschek. O inchaço dos centros urbanos e a proletarização da população rural não diminuiu o déficit de terra, que no início dos anos de 1970 era de 1,3 milhões de famílias demandantes somente no Nordeste brasileiro (CARDOSO; MULLER, 1978 apud TOURNEAU; BURSZTYN, 2010).

Do ponto de vista institucional, os “avanços” que se sucederam no Brasil em relação a uma política fundiária foram estabelecidos nos anos de Ditadura Militar e dizem respeito à criação, em 30 de novembro de 1964, da Lei 4.504, chamada de Estatuto da Terra; em 04 de novembro de 1966, pelo Decreto nº. 59.456, do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária que, no entanto, não saiu do papel; e a criação em 09 de julho de 1970, por meio do Decreto nº. 1.110, do INCRA, resultado da fusão do IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e do INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, ambos criados em 1964 em substituição ao SUPRA. Sobre o Estatuto da Terra, Bergamasco (1997, p. 37) avalia que:

Letra morta para a resolução dos problemas agrários do país, o Estatuto da Terra respaldou um longo processo de colonização, em especial na região Norte e Centro-Oeste, por meio da implantação de assentamentos de colonos do Sudoeste e do Sul.

O Regime Militar impôs para o país a priorização de uma política fundiária voltada a “minimizar” as tensões agrárias no Nordeste e promover a colonização do centro-norte do país com continuação da Marcha para o Oeste²⁰ e a criação da Operação Amazônia²¹. Alicerçadas pela burguesia, eram a antítese dos anseios populares pela terra. Este regime, por meio de uma estrutura violenta desarticula e reprime a sociedade civil organizada, difundindo pelos meios de comunicação uma

²⁰ Realizada pelo governo de Getúlio Vargas a fim de incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste, foi influenciada pelo modelo de expansão territorial norte-americano. Objetivava “quebrar” os desequilíbrios regionais por meio do incentivo à migração.

²¹ Inaugurada em 1966, esta política consistiu na distribuição de incentivos fiscais, mas também estava relacionada à ocupação da região e a garantia da “soberania” nacional no território.

narrativa embasada numa identidade pioneira, fruto de uma tese de ocupação das fronteiras e da segurança nacional:

A antítese histórica desses ideais políticos e das proposições à favor da reforma agrária de interesse popular foi a persistente proposta das classes dominantes, desde a década de 50 do século passado, de modernização agrícola sem reforma agrária, conforme a compreensão que essas classes possuíam e possuem das funções da agricultura no âmbito do pensamento funcionalista norte-americano, proposta essa que se materializou nas sucessivas modernizações tecnológicas de ampla parcela dos estabelecimentos rurais implantadas de cima para baixo com o apoio irrestrito dos organismos do Estado, desde o fomento agrícola pelo crédito rural massivamente desencadeado a partir de meados da década de sessenta do século passado até as recentes reformas macroeconômicas e políticas neoliberais a favor do capital multinacional e a aprovação da lei de biosegurança que consagra, ora direta ora indiretamente, os organismos geneticamente modificados e o caráter oligopolista das empresas multinacionais na oferta de insumos. (CARVALHO, 2004, p. 115).

A herança deixada pelo regime militar ao debate para a questão agrária manteve sua marca após a redemocratização do país. Passado este período, em 1985, o então Presidente José Sarney assina em 1985 o I Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA, que tinha como objetivo geral desempenhar uma “distribuição de terra adequada” (BRASIL, 1985) ao país, diminuindo assim o latifúndio, para que fosse possível atender os direitos dos trabalhadores rurais, dando-lhes uma melhor produtividade e uma melhor condição de vida (BRASIL, 1985). A aprovação deste plano e todo seu conteúdo foi objeto de conflitos políticos no governo Sarney. A primeira versão do plano foi rejeitada, sendo submetida a uma comissão de revisão pertencente ao Conselho Nacional de Segurança (ligado às Forças Armadas), que tinha entre seus membros representantes ruralistas.

A previsão inicial do I PNRA de assentar 1,4 milhões de famílias até 1989 fora reduzida a 250 mil famílias, onde foram assentadas 21.367 até 1987. As tensões criadas durante o governo Sarney, após a abertura democrática, deixam em evidência que a política agrária no Brasil foi cerceada por uma rede de interesses latifundistas, que de todas as maneiras procurou inviabilizar a discussão sobre uma reforma agrária justa na nova Constituição de 1988, dando força à criação da “extinta” União Democrática Ruralista (UDR), que se mantém no poder.

A apresentação do II PNRA, 18 anos após o primeiro, foi realizada na Conferência da Terra, ocorrida em Brasília no ano de 2003, contando com a participação de servidores, técnicos e dos movimentos sociais. Apesar de ter metas

mais ambiciosas, possuía semelhanças com o antigo, como: desdobramento em planos regionais; definição de áreas prioritárias para efeitos de reforma agrária; obtenção de terras em áreas de conflito, onde haja concentração de acampamentos de sem-terra; assentamento dos trabalhadores preferencialmente nas áreas onde se encontram; reformulação do aparato jurídico; primazia absoluta à desapropriação como forma de obter terras; valorização do cooperativismo e do associativismo rural; recuperação de assentamentos antigos; fortalecimento do INCRA; e amplo envolvimento dos movimentos sociais (BRASIL, 2005).

Mas o II PNRA propunha uma nova visão sobre a Reforma Agrária, expressando que através de uma política justa e equitativa poderia ser modificada a estrutura agrária existente no Brasil, sendo necessária a:

[...] Democratização do acesso à terra, desconcentrando a estrutura fundiária, e ações dirigidas a impulsionar uma nova estrutura produtiva, fortalecendo os assentados da Reforma Agrária, a agricultura familiar, as comunidades rurais adicionais e superando a desigualdade de gênero. Esta profunda mudança no padrão de vida e de trabalho no meio rural envolve a garantia do crédito, do seguro agrícola, da assistência técnica e extensão rural, de políticas de comercialização, de agroindustrialização, de recuperação e preservação ambiental e de promoção da igualdade. (BRASIL, 2005, p. 08).

Neste contexto, reconhecendo o papel do INCRA atualmente, vemos que a missão prioritária do principal órgão responsável pela política agrária no país pouco se reformulou após a redemocratização e a aprovação de dois planos nacionais, continuando a ser a de “realizar” a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Mas o que ocorre é que, a concepção de reforma agrária na letra da Lei e dos Decretos é a mesma estabelecida no Estatuto da Terra, que regula sua execução e da política agrícola desde a década de 1960:

O Projeto de Lei sobre o Estatuto da Terra foi encaminhado ao Congresso pela Mensagem nº 33, que definia a Lei a ser aprovada, como uma “*Lei de desenvolvimento rural*”, antes de tudo. O problema agrário, no enquadramento teórico do desenvolvimento rural, seria atendido por uma reforma agrária distributivista, nos limites estritos dos Projetos de colonização e para o problema da “*distorção fundiária*”, a solução seria a opção pela “*empresa rural*”, em oposição retórica à ideia de latifúndio, potencializando, sobretudo para o norte do país, a indisfarçável estratégia de reconcentração fundiária na mão de empresários e principalmente especuladores imobiliários. Mantinha-se intocável a secular e desigual estrutura fundiária do país.

Em outras palavras, ajeitava-se politicamente a “*tensão social*”, como problema social enfrentado no cenário nacional e de outro lado amoldava-se o interesse da burguesia agrária e patronal (CHAGAS, 2012, p. 83, grifos do autor).

Para a Amazônia o Estatuto da Terra foi o dispositivo jurídico que balizou, a partir de 1970, todo processo de colonização na região, e justificou os projetos de integração que estavam atrelados a um modelo de contrarreforma agrária (GARCIA, 1973) do governo militar, confirmando que a política fundiária à brasileira sempre partiu da premissa de “distribuir algumas terras, para não distribuir a terra” (IANNI, 1979). Conforme Silva (1985, p. 12), “a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira na década de sessenta e setenta foi ainda muito mais acelerada do que em períodos anteriores. E essa expansão destruiu outros milhares de pequenas unidades de produção”. Neste sentido, no cenário nacional, o que se viu foi o agravamento da má qualidade de vida da população envolvida em todo esse processo e o aumento das disputas por terra.

2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZÔNIA

No desdobramento da biografia dos assentamentos amazônicos – que nesta tese inclui os processos históricos de ocupação e colonização que datam do final do século XVIII ao início do século XX, a Guerra da Borracha, o Golpe Militar de 1964, a aprovação do Estatuto da Terra, a criação do INCRA, a Política de Colonização, a promulgação da Constituição de 1988 (Artigo Reforma Agrária) e a aprovação/execução do I PNRA – as trilhas percorridas parecem confluir para um mesmo destino, formando o mosaico da realidade cotidiana de luta, resistência e invisibilidade atrelados direta e indiretamente com os fluxos migratórios para a região.

Tais fluxos incentivados para a Amazônia são dinâmicas importantes nos processos de ocupação e colonização e profundamente relevantes para a compreensão das políticas fundiárias para a região e sua relação com a condição de vida nos assentamentos. O primeiro pode ser representado nos ciclos da borracha, que caracterizado em dois períodos, se identifica por meio do incentivo à migração, principalmente de nordestinos aproveitados como meios de ocupação dirigida e espontânea. Estes migrantes tem a saga iniciada em meados do século XVIII e

intensificada nos séculos XIX e XX, assim excluídos e expulsos por questões naturais (seca) e sociais (fundiária), levas de homens viam na floresta uma alternativa à fome e a possibilidade de possuir um “pedaço de terra”. Tornam-se “trabalhadores” da borracha, somam-se a milhares de despossuídos que já tinham a Amazônia como morada, principalmente indígenas e mestiços, ajudando-os mais tarde a estruturar parte de sua população. Como afirmou José Veríssimo (1892, apud SANTOS, 1980, p. 63), “de 1878 em diante os seringais foram invadidos pelos “retirantes” cearenses, acossados pela seca [...] Hoje são tapuios e os seus descendentes e o cearense que fazem esta extração”.

Na fase mais pungente deste ciclo migratório (1877-1912), a vinda para a Amazônia consistia no trabalho de extração do látex para a crescente indústria automobilística na Europa e na América do Norte e teve seu declínio com o contrabando de sementes por ingleses, que transformaram a produção nativa do látex em um comércio mais produtivo e com menor custo na Malásia, Ceilão e África tropical. Sobre as condições de vida nos seringais e sua relação com a indústria da borracha, causa impacto o depoimento do Presidente da Província do Pará em 1854, senhor Sebastião do Lago Barros:

[...] os lucros avultadíssimos dessa indústria, que absolve e aniquila todas as outras, longe de atenderem à criação da pequena propriedade, com a sua permanência e as suas vantagens, e à divisão da riqueza, só dão em último resultado acumularem esta em poucas mãos, e pela maior parte estrangeira, acarretando a miséria à grande massa daqueles que atrás dela abandonaram seus lares [...] para se entregarem a uma vida de incerteza e privações e na qual o ganho da véspera se evapora no dia seguinte (Ibid, p. 163-164).

Relatos como este trazem à superfície a realidade de que a Amazônia sempre esteve inserida nas dinâmicas nacionais e internacionais de domínio e exploração à revelia de suas populações originárias, negros escravizados, grande parte dos nordestinos que para ela migraram e populações mestiças; construindo padrões de relação às custas da força de trabalho nos seringais e das toneladas de látex neles produzidas, caracterizando parte do que hoje é cunhado como populações tradicionais, ribeirinhas, que sem garantias fundiárias continuariam submetidas a relações de servidão.

Com a crise e o colapso da borracha há mudanças econômicas e políticas significativas na região, acarretando no deslocamento de famílias que viviam da

exploração gomífera, sob o regime de aviamento²², para o uso mais sistemático de outros recursos naturais como a castanha, a madeira, o ouro, e algumas atividades agropecuárias; todavia, o aviamento era mantido na organização econômica e social local como dispositivo de controle das relações de poder. Este sistema de juros e espoliação, praticado para a manutenção do poder econômico e político de grupos nacionais e estrangeiros, foi o principal responsável pela concentração de renda nas principais capitais da Amazônia e o empobrecimento das populações rurais.

Os conflitos e tensões gerados pela II Guerra Mundial tornam a região novamente visível no cenário nacional e internacional, ressaltando o que era avaliado como seu antigo “potencial produtor” de látex, por meio principalmente de incentivos norte-americanos e o apoio do Governo Getúlio Vargas, que se utiliza dos Acordos de Washington para ajudar os norte-americanos a “intensificar a produção de borracha, a ponto de suprir a necessidade bélica dos aliados, comprometida com o domínio do Japão sobre as regiões produtoras na Malásia” (MARTINELLO, 1985, p. 96) e, também, estreitar relações políticas e econômicas com os Estados Unidos da América.

Em meados de 1941, homens, novamente em especial os nordestinos, são estimulados a migrarem para a Amazônia (período chamado de II Ciclo da Borracha), especialmente porque suas condições em nada diferiam das do final do século XIX:

Para viabilizar o cumprimento do acordo, o governo brasileiro tomou duas medidas de impacto. A primeira foi a criação do Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia Brasileira (Semta), a fim de organizar e incentivar a vida de um novo contingente de migrantes nordestinos para a região. Uma das estratégias utilizadas foi oferecer-lhes o alistamento como voluntários de guerra para atuar numa frente diferente: a extração da borracha. A segunda medida foi a criação do Banco de Crédito da Borracha e o estabelecimento do monopólio estatal desse produto através do decreto-lei 4.451/09/07/1942. Este decreto fixou algumas regras para a regulação das relações de trabalho nos seringais, como condições para a efetivação do contrato-padrão, que assegurava ao seringueiro determinados direitos e obrigações [...]. **Dentre os direitos** garantia-se um hectare de terra para o plantio, além da pesca, caça e venda de peles de animais. (ANDRADE, 2009, p. 236, grifo nosso).

²²Sistema pré-capitalista, já identificado na região no período colonial. Consistia no adiantamento de mercadorias a crédito, tornou-se mais marcado enquanto sistema de comercialização, com o advento da extração do látex já no século XVIII. Para maior aprofundamento ver: Formação econômica na Amazônia Brasileira (SANTOS, 1980).

A meta era “alistar”²³ pelo menos cem mil homens para aumentar de dezoito mil para sessenta mil toneladas a produção da borracha. Foram mais de cinquenta mil migrantes do Nordeste para a Amazônia (MARTINELLO, 1985). Com o fim da Guerra e a vitória dos Aliados, o comércio da borracha é restaurado e novamente a extração do látex entra em declínio. Como o Governo não cumpriu o acordado e não reconduziu os que nominou de “soldados” da borracha à sua terra, os milhares que não morreram de doenças tropicais e exaustão, permaneceram ou permanecem na região. Este tipo de migração dirigida dificultou o que intelectuais como André Araújo nomeavam como um processo de “ocupação orientado pela geopolítica” da região:

A Amazônia Brasileira é a maior bacia fluvial do mundo, e, entretanto, o homem aqui é tão escasso que representaria um ponto vago na imensidade da planície. Verdadeiramente, ela não tem atraído como era de se esperar, o homem para aqui viver. A ambição sobre ela paira, entretanto, no ar. Mas é tudo uma questão de geopolítica. Um trabalho verdadeiramente eficiente de imigração, organizado, nunca tivemos. Ora, são os rigores da miséria e da fome que tangem para a Amazônia Brasileira os pobres retirantes nordestinos na seca de 1877 e nas outras que forçaram a marcha para os seringais (ARAÚJO, 2003, p.101).

Para André Araújo, qualquer tentativa de ocupação da Amazônia deveria estar pautada em “realizar inquérito através de técnicos já existentes na Amazônia Brasileira, órgãos, organizações, sociedades culturais e compará-los depois, estudá-los detalhadamente. Só assim é que poderá organizar, tecnicamente, a imigração para a Amazônia Brasileira” (ARAÚJO, 2003, p. 103). Pois “povoar” não era “lançar, numa região, massas humanas desordenadas, desprotegidas, sem métodos de escolha e capacidades de adaptação e acomodação” (ARAÚJO, 2003).

Neste quadro duas questões são importantes: a manutenção de uma narrativa do vazio geográfico, e que os ciclos migratórios reinventam uma Amazônia com novas sociedades, e outra sócio-geografia. O que reforça a perspectiva racializada dos projetos nacionais para a região, como avalia Santos em relação aos resultados do segundo ciclo da borracha:

²³Cada migrante assinava um contrato com o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores-SEMTA, que previa um pequeno salário para o trabalhador durante a viagem até a Amazônia Brasileira. Após a chegada, receberiam uma remuneração de 60% de todo capital que fosse obtido com a borracha.

Fortaleceu-se a convicção, aliás bem fundamentada, de que a União mais uma vez faltara aos seus compromissos constitucionais com os Estados do Norte. O povo brasileiro absorveu em seu espírito a exclusão da Amazônia Brasileira enquanto unidade viva da Nação. O silêncio oficial se transformou em silêncio popular. Esse silêncio, esse longo silêncio nacional [...] como se parodiasse a esmagadora vitória da borracha oriental, constituiu numa inadmissível feição de massacre (SANTOS, 1980, p. 225).

O segundo importante fluxo migratório para a Amazônia Brasileira contribuiu para a ocupação e o fortalecimento dos instrumentos de colonização da região, ocorrendo a partir das políticas de incentivo à migração na Era Vargas (1930-1954) com a visão de uma região estratégica para o Brasil e a nova configuração da Amazônia (Decreto 36.600/1953), e se intensificou durante o regime militar (1964-1984). Este último fortalece a narrativa nacionalista pautada na discursividade do “Integrar para não entregar”, como justificativas a “proteção da floresta” e a “soberania nacional”. Entre 1964 a 1984 tem-se a construção de grandes obras, principalmente rodovias; subsídios a empresas que quisessem investir na região; cria-se em 1966 a “Operação Amazônia” a fim de implementar um “conjunto de medidas legais e institucionais [...] que tinha finalidade de reformular e transformar a economia regional” (ANDRADE, 2009, p. 238).

Neste período são “inauguradas” as rodovias Transamazônica, Belém-Brasília, Cuiabá-Belém, Manaus-Boa Vista. O Plano de Colonização elaborado para “incentivar” agricultores familiares de diversas regiões num processo de ocupação dirigida preocupava-se com o massivo “preenchimento” do que o regime apontava como vazio demográfico. A política agrária seria então uma política fundiária vinculada ao um projeto de Governo que, como um dispositivo de poder, objetivava garantir o controle de grupos populacionais e a soberania sobre a Amazônia a qualquer preço.

A presença de agentes estatais dirigindo e mapeando como e onde seria alocada a massa de despossuídos garantia que a chamada “integração” ocorreria sob intenso controle do Estado. Esta presença, sua relação com a política de distribuição de terra por meio da implantação de colônia e a criação de assentamentos rurais podem ser reconhecidas nos planos de desenvolvimento como: o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I); o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDAM); o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA); o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); o Programa Grande Carajás (PGC); o Programa de Desenvolvimento do Noroeste (POLONOROESTE),

entre outros (IANNI, 1979). Este conjunto de ações justificadas por narrativas desenvolvimentistas e de segurança nacional cria sujeitos sociais que passam a ser beneficiários de políticas governamentais e parte de um novo ordenamento territorial, os assentados rurais, mas que continuavam sendo alijados de seus direitos básicos.

Os hoje, assentamentos rurais são fruto de inúmeras políticas públicas que se tornaram mais marcadas a partir do Estado Novo (1937-1945), com ações voltadas à chamada integração da Amazônia ao resto do Brasil, e no primeiro momento estavam voltadas ao incentivo à migração. Mas, paralelo a todo esse processo as populações nativas também demandavam por terra, e apesar de sua invisibilidade, são sujeitas a projetos econômicos e políticos para a região durante toda sua história (CHAVES; PENA, 2013). O papel e a condição que a região ocupou desde o Brasil Colônia (1530-1815) mostram que:

A Amazônia Brasileira no período colonial viveu experiências históricas que foram determinantes para conferir à região a posição que passaria a ocupar posteriormente na constituição do Estado-nação, e da identidade nacional. Do ponto de vista do Estado-nação, a participação do Estado foi marcada pela condição a ela atribuída de território distante dominado pela floresta, enorme bacia fluvial e inúmeras populações indígenas, portanto, de exploração e integração econômica e política mais difícil do que as demais parcelas do território nacional. (PINTO, 2006, p. 227).

Após a proclamação da República, no período de oitenta anos (1900-1980), a população amazônica cresceu 973,55%, e em quarenta anos (1950-1990) os domicílios em áreas rurais passaram de 1.441.532 para 4.107.982²⁴, um aumento de 284,94%. Parte deste contingente populacional foi instalado em áreas como os seringais, e nas denominadas de colônias. Estes últimos tiveram sua condição fundiária regularizada após a democratização do país, e sua denominação é utilizada pela primeira vez de acordo com documentos analisados na Lei 90.607/1984, assim:

De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso

²⁴ Dados Censo IBGE. Fonte: www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse.

da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária. (BERGAMASCO; NORDER, 2001, p. 7-8).

Os assentamentos sobre a responsabilidade do INCRA começaram a ser instalados por meio da chamada colonização dirigida. No entanto, como já fora assinalado, a demanda pela terra na Amazônia existe desde os primeiros processos de colonização, tornando-se maior a cada século em virtude da insegurança fundiária a que as populações nativas já eram submetidas e que passaram a ser os migrantes que nela se instalaram.

Objetivando novas formas de arranjo no uso da terra, a organização do espaço destinado à política agrícola e fundiária por meio de assentamentos é muito mais que “*uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo*” (Ibid, p.9). Esta problematização habilita o debate sobre o papel destes espaços, juridicamente instituídos na constituição do Estado brasileiro e no desenvolvimento do país. Inúmeros são os trabalhos no campo das ciências sociais que têm posto as condições dos assentamentos rurais no Brasil em destaque (SCHMIDT; MARINHO; ROSA, 1998; MEDEIROS; LEITE, 1999, 2004; LEITE, et al., 2004; MARTINS, 2003; MARTINS, et al., 2009; entre outros).

Os sujeitos rurais assentados no Brasil compartilham de pelo menos duas características em comum: baixa renda e não-acesso à propriedade privada²⁵, o que deveria se tornar uma condição pretérita; mas é possível encontrar nos assentamentos famílias com características socioeconômicas que variam de situações de miséria²⁶ a pobreza²⁷, e mesmo sendo beneficiárias de políticas públicas específicas, suas condições pouco se alteraram, o que não corresponde à finalidade de políticas criadas para distribuir terra e melhorar as condições de renda e vida dos sujeitos rurais²⁸.

²⁵Perfil dos beneficiários do programa de reforma agrária: ter baixa renda, não ser detentor de outra propriedade rural, praticar o cultivo da lavoura e/ou do extrativismo (e outras atividades de acordo com as características produtivas da área), não ter sido beneficiado anteriormente pela reforma agrária e não ser funcionário público em nenhuma das esferas ou possuir membros na família que trabalhem como funcionários públicos.

²⁶Indivíduo que vive com até R\$ 70,00 por mês (ONU).

²⁷Renda de até 1 salário mínimo.

²⁸Pela sua importância e abrangência a Reforma Agrária é assumida como Programa de Governo, exigindo para a consecução de seus objetivos uma forte integração interinstitucional dos diversos ministérios e órgãos federais, a garantia dos recursos orçamentários e financeiros, a combinação das políticas de segurança alimentar e nutricional, de combate à pobreza rural, de consolidação da agricultura familiar, acrescidas daquelas voltadas para compor uma rede de proteção social e de acesso

Desta forma, as trajetórias de vida dos assentados rurais da reforma agrária na Amazônia e sua condição de subalternidade trazem ao debate conceitual a construção de paradigmas explicativos revestidos de conteúdos históricos que possuem em seu registro a condição da autoridade colonial do Estado, os dispositivos coloniais que marcam o colonialismo interno e a colonialidade do poder e do ser, e as formas de resistência a esta autoridade colonial. A visibilidade destes saberes que ora aparecem na superfície explicativa, normatizados e sistematizados, é importante e necessária à construção de um pensamento social diferente sobre a Amazônia e contribui na constituição das políticas de reforma agrária que poderiam ser pensadas a partir da região.

a direitos, entre as quais, política de habitação, educação, saúde, cultura, infraestrutura (estradas, energia, pontes, água, saneamento, comunicação) e segurança pública (BRASIL, II Plano Nacional de Reforma Agrária, 2005).

3 - ESTADO COMO AUTORIDADE COLONIAL

Durante a construção desta tese, provavelmente o maior desafio teórico tenha sido o de mobilizar a complexidade de categorias macro históricas como colonialismo e colonialidade – categorias que não se equivalem, mas auxiliam na compreensão ampliada das relações coloniais - na tentativa de explicar a construção e manutenção da vida em áreas de assentamentos rurais amazônicos a partir dos processos de domínio e exploração a que foram submetidas e que historicamente são construídas. Para além, explicar também por que estas áreas podem ser compreendidas como espaços assimétricos que espelham características de uma autoridade colonial que o Estado brasileiro mantém em relação a Amazônia e que não foram rompidas nem com a proclamação da república, nem com o fim do Estado Novo, nem com a promulgação da Constituição de 1988.

Como o imaginário mundial inventou um Brasil a partir de narrativas e imagens, a região amazônica tem sido reinventada nacional e internacionalmente desde a Amazônia indígena, lusitana e brasileira. Nesta dinâmica, as heranças deixadas a partir da matriz de poder lusitana foram a expropriação das populações originárias, o uso destas populações como coisas a serem experimentadas, o isolamento das populações que sobreviveram e as que passaram a se constituir na região, a construção de um distanciamento social com o Estado brasileiro, o racismo. A grosso modo, esta matriz causou marcas profundas e perversas que foram complexificadas nos discursos de integração, soberania e unidade nacional (SILVA, 2000;2004).

A invenção da Amazônia e suas reinvenções são, sobretudo, relações de poder. Assim, os dispositivos de opressão e despossessão que atuam na vida da população que habita a região ao longo de suas estradas, rios e floresta, dão aos assentamentos amazônicos um caráter peculiar em face aos demais no país.

3.1 DOMÍNIO E EXPLORAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA ATÉ O FIM DO REGIME MILITAR

Os processos de colonialismo – relações de domínio e exploração – não desapareceram no Brasil até meados de 1980, mas foram metamorfoseados

internamente, sendo a Amazônia seu principal *locus* de atuação. Esta metamorfose não causou modificações nas relações internas de poder e o Estado continuou a desempenhar o papel de autoridade colonial interna a serviço, também, de interesses internacionais que mantêm a lógica da acumulação primitiva para o desenvolvimento do capitalismo. Este colonialismo configura-se, assim, como uma categoria analítica que permite a compreensão dos conflitos e relações de exploração, possibilitando reconhecer a construção de uma condição de subalternidade dos assentamentos rurais amazônicos:

es evidente que dos de los problemas más característicos de la personalidad colonialista consisten en una complicada riqueza de actitudes adscritas al trato con los individuos, según el lugar que ocupan en la escala social, y en la *deshumanización* del colonizado (CASANOVA, 2006b, p. 196).

Dito isto, a experiência colonial vivida pelas populações originárias, negra, mestiça e migrante pobre na região foi continuada aos seus descendentes sob forma de exploração dos recursos naturais, expulsão de territórios nativos e ocupação indiscriminada por meio de uma política fundiária de segregação racial, espacial e econômica: a exploração com ênfase na expropriação territorial. Muitas vezes velada, esta expropriação se desenvolve embasada em estratégias não de exclusão radical, mas de limitação de acesso a bens naturais e públicos, equilibrando-se em uma delicada relação internacional que, ao mesmo tempo em que realiza exigências vinculadas aos direitos humanos, não deixa de policiar agendas econômicas globais que devem ser levadas a cabo no interior da nação. Como maior floresta tropical do mundo, a Amazônia Brasileira não poderia ser excluída destas contradições típicas do sistema capitalista e executadas por meio de políticas colonizadoras, sendo importante, portanto, perceber que os “problemas do colonialismo interno não são entendidos, se antes não se observam suas relações concretas com a burguesia, o imperialismo e o capitalismo transnacional ou global” (CASANOVA, 2002, p. 210).

Em virtude da diversidade étnica da região amazônica, anterior e posterior a sua colonização, é complexo pensar no debate sobre os mecanismos de colonialismo interno tomando somente as questões raciais ou somente a condição de classe – sem sua devida conexão – pois o domínio e exploração de uma população sobre outra – a coisificação do humano (CASANOVA, 1967; CÉSAIRE, 1978) – em decorrência de sua origem étnica, social e territorial é historicamente verificável. Seria um equívoco,

desta forma, não reconhecer nos agentes estatais – mesmo socialistas – “que el Estado-nación que dirigen, o al que sirven, mantiene y renueva muchas de las estructuras coloniales internas que prevalecían durante el dominio colonial o burgués” (CASANOVA, 2006a, p. 410).

Em se tratando de condições materiais de existência, são os assentamentos rurais localizados no interior da Amazônia os que mais possuem “carências” físicas e estruturais, como será demonstrado. É também na região que há a maior incidência de violência e mortes relacionadas a conflitos agrários no país²⁹, corroborando à compreensão de que pensar a vida das populações rurais amazônicas é olhar além das narrativas dos “grandes projetos nacionais” que foram criados ao longo de toda sua ocupação.

Destarte a produção sobre as condições de desigualdade social e econômica, mobiliza-nos problematizar que são as relações de exploração (CASANOVA, 2015) no Brasil que regulam e mantêm as estruturas desiguais que submergem milhares de pessoas à condição de abandono, sendo os assentamentos rurais criados pelo INCRA na Amazônia o microcosmo para a sustentação desta tese. O debate se alicerça, portanto, no vislumbamento de que o Estado brasileiro não eliminou seu pretérito colonial, forjado por meio da escravidão, concentração fundiária, monocultura e meritocracia. Dito de outra maneira, a questão é que:

Quanto mais a Amazônia é vista como um espaço geopolítico, um paraíso fiscal, um patrimônio da humanidade, uma zona econômica emergente, um banco genético planetário, mais as contradições pretéritas e presentes dos ciclos históricos da acumulação originária do capitalismo internacional, da economia mundial, ganham complexidade no plano local (SILVA, 2000, s/p.).

Como foi apresentado na seção 2, os grandes empreendimentos para a região datam de meados do século XVIII com auge na era Pombalina (1750-1780). De acordo com Santos (1980), podemos agrupar em cinco as principais fases econômicas que atravessaram a Amazônia até a década de 1970, entre elas a expansão gomífera e seu declínio em 1910, e a nova tentativa de sua reestruturação durante a segunda guerra mundial. Mas para Loureiro (1985), a exploração comercial da borracha

²⁹Comissão da Pastoral da Terra em <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/3-cadernoconflitos?Itemid=-1>

introduz a Amazônia de maneira mais sistemática ao mercado internacional destacando três períodos importantes: a fase das utilidades (1873/1882), com o uso da goma elástica na fabricação de utensílio; fase dos fios condutores (1876 a 1888), onde a goma elástica passa a ser usada também no isolamento e cabeamento de fios; a fase dos pneumáticos, em que a borracha é usada em pneus de bicicletas e na indústria automobilística a partir de 1885, sendo nesta etapa que “situa-se o verdadeiro tempo áureo da borracha amazônica, sem concorrentes e com uma escassez constante, determinada pelo grande consumo de utilidades, fios e pneus” [...] (LOUREIRO, 1985, p. 14).

Historicamente os movimentos argumentativos constroem narrativas que se “justificam” em seu contexto temporal, mas que desaguam num mesmo viés colonialista: políticas de incentivo à marcha migratória para a Amazônia. Assim, durante os ciclos econômicos foi consolidada na região a veia de política colonial onde a emergência da ocupação caracteriza as políticas de “fora para dentro”, inseridas em paradigmas como a “integração nacional”, o “desenvolvimento” e a “soberania nacional”. Este mecanismo reforça a tese de que “quando as colônias conseguem sua independência, sua estrutura internacional e interna não muda subitamente. [...] As novas nações conservam, sobretudo, o caráter dual da sociedade e um tipo de relação similar à da sociedade colonial” (CASANOVA, 2002, p. 98),

O caráter colonizador das primeiras ações do Estado brasileiro em vista de uma regularização fundiária no país é datado, mas seu caráter de conservadorismo agrário é mantido por meio de uma reforma agrária marginal (GARCIA, 1973), pautada ciclicamente em políticas de colonização que parcelaram áreas insignificantes do ponto de vista da estrutura agrária (LARANJEIRAS, 1983). Historicamente na Amazônia, este processo foi baseado na concentração fundiária das terras com mais aptidão agrícola e com a regularização fundiária que distribuiu terras de baixa qualidade produtiva, encarcerando a espaços sem condições estruturais o pobre rural, mantendo-o em uma condição de abandono, mas ao mesmo tempo garantido o povoamento da região por meio de políticas públicas.

Focar nos projetos de colonização – como o incentivo a fluxos migratórios da região – tendo como enfoque somente a década de 1970 é não problematizar que a questão sempre foi a colonização sistêmica da Amazônia, desde a anexação da região ao país, como pode ser verificado no discurso do senador Antonio Pedro da Costa Ferreira, o barão de Pindaré, em 1847, na tribuna do Senado do Império, em

discussão da comissão que avaliava o que seria, três anos depois, a Lei de Terras. Já naquela sessão um dos grandes impasses dizia respeito a conservar ou não os direitos dos sesmeiros que por mais de vinte anos não haviam cultivado as terras, mas que parecendo estarem representados pelo Barão de Pindaré, queriam conservar sua posse, em detrimento dos posseiros que nela residiam e cultivavam. Na região Amazônica, de acordo com o próprio relato do senador, já se evidenciava processos de acumulação de terras, onde o mesmo sesmeiro era detentor de mais de uma sesmaria com tamanho maior do que previa a legislação. Mesmo que nas palavras do senador estes sesmeiros estivessem sem contribuir com o desenvolvimento de lavouras e com um projeto de colonização, ainda assim, para o legislador seu direito de posse deveria ser garantido:

não pode haver **verdadeira colonização** sem terras disponíveis onde os colonos se estabeleçam; e não há de haver terras disponíveis enquanto por uma lei não se fixar verdadeiramente **quais são as terras da nação** [...] Relativamente às sesmarias que são ocupadas por indígenas, sempre me pareceu que se devia fazer algum artigo excepcional, porque, a falar a verdade, se elas são ocupadas por selvagens indígenas, **seus donos**, durante este impedimento **não podem perder o seu direito**. Se o nobre senador oferecer uma emenda neste sentido, ela há de ser por mim defendida; mas sempre é necessário que seja acompanhada de alguma circunstância que mostre que tais **terras foram adquiridas com justo título**. (BRASIL, Barão de Pindaré, 1847, p. 149-150, grifo nosso).

Esta duplicidade do discurso – manter a posse e distribuir a terra – não é estranha ao perfil do debate político no Brasil, uma vez que, de acordo com Nunes (2012), o senador em destaque havia administrado a província do Maranhão (1835-1837) e também seria proprietário de terras ao longo do vale do Pindaré, na mesma província. Seguiam naquele século esforços das autoridades locais da região em empreender projetos que tornassem “atrativos” à vinda dos migrantes europeus e americanos para áreas selecionadas para eles nas províncias, mesmo que estas já estivessem ocupadas, o importante era a “modernização” das “práticas atrasadas” de produção da população local. Desta forma, quando Nunes (2012) verifica o processo de implantação da Lei de Terras no estado do Pará e a vinda de migrantes não nacionais, avalia que:

a necessidade de se estabelecer núcleos agrícolas tinha o propósito de promover o desenvolvimento da agricultura, sem deixar de lado a necessidade urgente de exploração de riquezas disponíveis nas matas

da região. [...] as características a que deviam estar sujeitas as áreas de implantação dos núcleos coloniais estavam pautadas de indicativos quanto a excelência de terrenos para agricultura e de que a região fosse formada também por ricas madeiras e outros produtos florestais existentes no interior de suas matas. (NUNES, 2012, p. 103).

Por detrás dos ciclos migratórios submergem narrativas que apontam as características das cadeias de dominação que marcavam as relações do Brasil com a Amazônia, e das elites locais em relação a estas populações, demonstrando a dissimetria dessa relação e seu caráter colonialista. A duplicidade do discurso está exatamente na tese do povoamento onde encontra-se imanente o modelo de exploração, que no caso da região, se reproduz em relações verticalizadas de poder. Ou o que Casanova (2002, p. 129) chama de caráter constitutivo da relação social de exploração:

A relação é constitutiva, porque apresenta uma gênese e uma configuração histórica, inseparável da expropriação e das forças de produção, [...] registra as relações históricas como centro das categorias concretas e dos processos históricos reais. Estas categorias consistem na exploração de uns por outros e se encontram na base – histórica e humana – que constitui a estrutura das relações humanas mais significativas [...] e de sua configuração e processos concretos. Estes consistem na necessidade de exploração enquanto exista a propriedade privada dos meios de produção.

Este caráter constitutivo deixou marcas no processo de ocupação da Amazônia, construindo a condição de marginalidade a que as populações rurais estão submetidas, estabelecendo a narrativa contraditória do discurso oficial que sempre atravessou as práticas políticas e econômicas na região. Fosse no que os grupos hegemônicos acreditavam ser o “insucesso do desenvolvimento” de práticas agrícolas a ser promovido por não-nacionais como início no século XIX, que não acostumados com as condições geográficas, pouco ofereceram à implantação de “novas tecnologias” na agricultura; na consolidação de sistemas paralelos de mercado, como o aviamento que empobreceu e reforçou relações de poder, transformando os seringais em espaços de subordinação e precarização da vida humana; na tentativa de “revigorar a exploração” de recursos naturais como a seringa, novamente durante a Segunda Guerra Mundial, manobrando o déficit fundiário no Nordeste ao transformar homens em soldados nos *front* da floresta; na política de colonização pautada na garantia da soberania nacional e no desenvolvimento durante o regime militar; o que

sempre esteve em jogo foi o congelamento do tempo histórico e político em uma região a qual o Brasil anexou, mas não incorporou como parte constituinte da nação, ou como afirma Fernandes (2008) ao problematizar as diferentes idades sociais e históricas do Brasil segundo suas regiões e graus de desenvolvimento: “presente, pasado y futuro se entrecruzan y se confunden de tal manera que se puede pasar de un período histórico a otro a través del médio más simple: el desplazamiento en el espacio”(p. 81).

Após a vinda da Família Real para o Brasil e a Abertura dos Portos em 1808 teve início uma mudança no “processo colonizacional”, que aparentava “deixar de ter” um caráter de exploração para ser o de povoamento (LARANJEIRAS, 1983). Mas as diversas tentativas de usos da mão-de-obra não nacional, em detrimento da nacional, revelaram formas outras de exploração relacionadas também à construção de “privilégios”, que não eram possíveis de serem acessados pelas populações postas à escravidão e condenadas a subordinação de uma elite que seria construída e outra que seria reafirmada, nesta ordem:

Quanto aos povos aqui encontrados, seja pela fé ou pela razão, serão preconcebidos na condição de inferiores. Tal justificação os tornará extermináveis ou então será fundamento para um ardiloso processo de criminalização contra qualquer esboço de resistência ou articulação para reivindicação de direitos. Tais direitos coletivos, originários, seja no período do colonialismo do século XVI, seja na independência e ainda na República, foram negados, omitidos. Tal ausência ou omissão não se trata de mera lacuna jurídica, mas de uma opção clara dos Estados contemporâneos e de seu arcabouço jurídico que definia a nova nação como fundada sob uma única cultura, celebrando o individualismo ocidental ou ocidentalizado como única via de acesso ou reconhecimento de qualquer direito, inclusive a liberdade e a igualdade. (CHAGAS, 2012, p. 41).

No século XIX, a expansão gomífera na região já estava atrelada ao incentivo migratório que a Lei de Terras poderia pautar. Os migrantes nacionais (em sua maioria nordestinos) contribuiriam na exploração do látex, enquanto os migrantes não nacionais abririam caminho para o “incremento de novas tecnologias agrícolas”, eliminando o modo de produção “primitivo” praticado pelas populações locais, pelo menos este era o plano dos grupos políticos locais. Não estaríamos, portanto, falando somente da substituição da mão-de-obra escrava pela livre, mas de uma pedagogia higienizante ligada a um modelo civilizatório étnico e moral, uma vez que “el racismo

y la discriminación corresponden a la psicología y la política típicamente coloniales” (CASANOVA, 2006b, p. 195).

O discurso do presidente da província do Pará em 1854 (Sebastiao do Rego Barros) sobre as condições de vida nos seringais já fazia alusão às primeiras consequências para a vida da população pobre que migrou para a Amazônia e da população nativa, sobre o caráter exploratório que estava por detrás dos primeiros projetos de colonização:

[...] os lucros avultadísimos dessa indústria, que absorve e aniquila todas as outras, longe de atenderem à criação da pequena propriedade, com a sua permanência e as suas vantagens, e a divisão da riqueza, só dão em último resultado acumularem esta em poucas mãos, e pela maior parte estrangeiras, acarretando a miséria à grande massa daqueles que atrás dela abandonaram seus lares, os seus pequenos estabelecimentos, e talvez, as suas famílias para se integrarem a uma vida de incertezas e privações e na qual os ganhos da véspera se evaporam no dia seguinte. (apud SANTOS, 1980, p. 163).

As condições de desigualdade criadas nas brenhas da floresta amazônica durante a expansão gomífera ocorreram não porque esta atividade extrativista não estava inserida no modo de produção capitalista mundial – que começava a se espalhar pelo mundo – uma vez que a Amazônia não estava desconectada da Revolução Industrial e do seu significado para a mudança da economia mundial, muito pelo contrário. O Brasil foi até o início do século XX o principal produtor de borracha do mundo, saindo de 460 toneladas em 1840 para 3,7 mil toneladas em 1870, o que abasteceu a indústria automobilística norte-americana e europeia (FURTADO, 2000).

Contraditoriamente, esta situação pouco significou para a melhoria da vida dos que viviam da e na floresta, uma vez que o processo de exploração que cria as condições de desigualdade está na gênese das relações sociais inter e intrarregionais no Brasil. O que desnuda a condição de trabalho e vida nos seringais é sobretudo a forma perversa de fazer parte do sistema mundial econômico a partir de meios de produção que são ressignificados localmente em espaços onde as populações são tornadas invisíveis, e o aviamento é um exemplo disso.

O incentivo à mão-de-obra não nacional para a modernização agrícola e da mão-de-obra nacional para o trabalho extrativista do látex são dinâmicas diretamente relacionadas ao colonialismo promovido pela Lei de Terras e a expansão gomífera na Amazônia. Desta forma, a Revolução Industrial reverberou na mata e a expansão da

indústria automobilística encontrou o ouro branco no meio da floresta, internacionalizando sua produção e contribuindo à imersão perversa no sistema capitalista.

As populações trabalhadoras dos seringais não enriqueceram, as cidades do interior da Amazônia pouco se desenvolveram (SANTOS, 1980), mas Belém e Manaus cresceram rapidamente em um processo de urbanização e modernização semelhante a cidades prósperas à época; prédios públicos e privados foram construídos segundo a arquitetura europeia (TOCANTINS, 1982; LOUREIRO, 1985), vivendo, ambas, seus momentos de Belle Époque e consolidando suas elites:

Era como a globalização afetando a região, *avant la lettre*. Enquanto, no ermo da floresta, seringueiros desde a madrugada percorriam suas “estradas”, ferindo a *hevea brasiliensis* e dela extraíndo a valiosa seiva, outros agentes desempenhavam papel indispensável à configuração desse novo modo de produção. Os aviadores intermediavam os negócios, de tal sorte que lhes cabia fornecer aos homens da floresta os gêneros de primeira necessidade, em troca de certa quantidade de seringa. Em contrapartida, recebiam o resultado da faina diária e cansativa dos seringueiros, que repassavam às casas exportadoras. [...] Aos que controlavam o setor cumpria estabelecer os nexos com os importadores dos outros países. Bancos e casas aviadoras, assim, ganharam relevo antes impossível. [...] Aos seringueiros restavam dívidas crescentes, a cada nova safra. Por isso, foram poucos os que fugiram à condição de devedores vitalícios dos seringalistas e aviadores. (SERÁFICO, 2009, p. 38).

Um mundo fundamentado nas relações de exploração confirma as características do colonialismo que foram acionadas no interior da economia gomífera na Amazônia, tonando possível a dinâmica da comunhão do aviamento com as casas exportadoras e o mercado internacional, o que demonstra as diversas faces que as contradições do capital podem assumir. Mesmo que para alguns as relações dentro dos seringais não tenham se configurado como servis ou escravistas, é impossível não reconhecer a herança do Brasil colonial e as teias de dominação que foram estabelecidas entre os donos de seringais e os seringueiros, que a força de trabalho não era na maioria das vezes paga em dinheiro, já que os seringueiros estavam inseridos num ciclo de dívidas que não se esgotava, além de viverem jornadas de trabalho exaustivas e em precárias condições de vida.

O ambiente do trabalho nos seringais não era somente desumanizante para aqueles que tinham pouca relação com as condições ambientais da floresta, como era o caso dos migrantes nordestinos. Nesta ordem, os seringueiros (de todas as origens)

e seu trabalho claramente não foram beneficiados pelos processos de modernização implantados às custas da sua força, sangue e suor. O que restou a eles foi permanecer na condição de marginalizados:

Nenhuma condição humana é talvez mais miserável que a desses seringueiros, isolados nas suas cabanas dispersas pela mata, trabalhando de estrela a estrela, maltrapilhos, subnutridos, enfermos e analfabetos e, sobretudo, desenganados da vida, que não lhes oferece qualquer esperança de libertação. (RIBEIRO, 1995, p..328).

Quando a economia mundial de produção da borracha, graças à biopirataria, não encontrou mais na região o custo-benefício que a fazia ser atrativa, o declínio do surto econômico tornou explícito que as condições de desigualdades que foram criadas ocultavam relações de exploração econômicas, sociais e raciais (CASANOVA, 1967, 2002, 2015), onde mais uma vez é possível reconhecer que os processos de desigualdade estão relacionados a jogos de poder em que:

o marginalismo e a não-participação no crescimento do país, a sociedade dual ou plural, a heterogeneidade cultural, econômica, e política que divide o país em dois ou mais mundos com características inversas, acham-se essencialmente ligados entre si e ligados por sua vez, a um fenômeno muito mais profundo que é o colonialismo interno, ou o domínio e exploração de uns grupos culturais por outros. (CASANOVA, 1967, p. 78).

Compreende-se que na história da Amazônia sempre houve uma gramática pronta para justificar um certo imaginário sobre as formas de exploração que pairam no uso dos seus recursos e sua população, e que constantes “ciclos de desenvolvimento” apontam para a relação complexa da região com o Brasil. O que restou no fim do primeiro ciclo da borracha aos seus trabalhadores? Esta não era a resposta que parecia estar em jogo, e sim a garantia de que a região estivesse sempre “disponível” para as políticas que a reconhecem como uma “arquitetura inacabada” e com uma “população incapaz” de fazer jus às suas possibilidades econômicas. Foi assim em “À margem de história” de Euclides da Cunha, onde Gondim (1994) constata que,

Ele descarta o nativo, acena, porém para os estrangeiros. Na realidade não está atrás de explicações novas, mas segue a trilha de tantos outros que percorreram a região, portadores de uma visão etnocêntrica e de uma capacidade invulgar de ver a região com os olhos de desbravadores e conquistadores intrépidos [...] Escrita [...],

durante o expansionismo da borracha, a obra aponta defeitos de um povoamento feito às pressas e sugere a criação de leis reguladoras dos direitos dos trabalhadores dos seringais, justiça austera e um tipo de reforma agrária que poderia se assemelhar ao modelo norte-americano, o *homestead*³⁰. (p. 226-227).

Para Santos (1980), no conjunto desta expansão gomífera – de maneira dirigida ou espontânea, para trabalhar em colônias agrícolas, seringais ou obras de infraestrutura como a estrada de Ferro Madeira/Mamoré – populações etnicamente distintas foram trazidas para a região por grupos responsáveis pelo incentivo à migração, dentre eles: Barão de Mauá com a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1854); grupos norte-americanos (1866-1867); grupos franceses (1875); grupos açorianos (1886); grupos luso-espanhóis (1896-1900); poder público e grupos privados (incentivo a migrantes nordestinos a partir de 1877). Em certa medida, para o autor, o saldo deste fluxo “dirigido” resultou que

a borracha pôde dispor dos braços de que necessitava para expandir sua produção, dentro dos limites do capital disponível na região. Enquanto isso, a agricultura passava por maus momentos. Em determinadas culturas, o braço servil que permanecia era velho ou feminino, não produzindo tanto quanto o dos que deslocavam para as zonas extrativistas da borracha. (SANTOS, 1980, p. 118).

Com o declínio da economia gomífera o governo cria o Plano de Defesa da Borracha (Lei 2543/1912), que consistia basicamente em atender a sete setores básicos³¹, criando uma Superintendência da Borracha com sede no Rio de Janeiro. Para Santos (1980), os diversos equívocos desse plano iam desde a desconsideração do governo federal com a proposta que havia sido apresentada pelos Estados do Amazonas e Pará – em forma de convênio entre os Estados – à ausência de compromissos reais daquele com a região Norte, o que fortaleceu a ausência de interesse e sentido de pertencimento que o Estado brasileiro pudesse ter com a região: “o povo brasileiro absorveu em seu espírito a exclusão da Amazônia enquanto unidade viva da nação. O silêncio oficial se transformou em silêncio popular” (SANTOS, 1980, p. 256). O fracasso do plano esteve relacionado basicamente aos baixos investimentos nas suas ações, a distância e falta de pessoas para trabalhar na

³⁰ Lei de Terras Norte-Americana de 1862.

³¹ Heverculutura e extração da borracha, imigração, saúde, transporte, produção agrícola e pesca (SANTOS, 1980).

Superintendência; assim não parece recente pensar que as políticas da região nascem com ideias megalomaniacas, de cima para baixo e sem prévio conhecimento sobre a realidade local.

O insucesso do Plano de Defesa da Borracha demonstra que pouco foi feito às populações que permaneceram na região, muitas ainda submetidas a relações de servidão nos seringais consolidadas pelo regime de aviamento. Apesar de ter havido certa mobilidade para extração de outros recursos, como a castanha do Brasil, a madeira, e atividades como a agropecuária, não foram quebradas as cadeias de poder criadas por aquele regime (SANTOS, 1980). Foi neste cenário que tiveram início os Acordos de Washington, contextualizados anteriormente, onde mais uma vez, projetos nacionais acomodam-se a interesses internacionais em nome de um pretenso desenvolvimento da região. A floresta continuava a ser tratada como lugar de negócio em nova tentativa de expansão do capital internacional e manutenção da ideologia utilitarista dos recursos naturais presentes na Amazônia, onde dispositivos colonialistas internos reforçaram o latifúndio no Nordeste e a ocupação da região por meio da narrativa sempre presente do “vazio demográfico”.

Após o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), há o incentivo a um novo ciclo da borracha, camuflado pela justificativa de recuperar a economia da produção gomífera. Três questões parecem importantes neste cenário e sua dinâmica contribuiu para manter o status de pobreza e abandono na vida das populações residentes na região naquele momento, e dos assentamentos rurais que seriam implementados décadas depois: o insucesso de políticas públicas para os primeiros seringueiros (na verdade para a borracha), o interesse internacional novamente em voga e a manutenção das estratégias de incentivo à migração nordestina.

Estas questões revelam a continuação de um “projeto civilizatório” hierarquizado, como foi defendido por Getúlio Vargas no Discurso do Rio Amazonas em 1940, assumindo ser “tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. [...] O Amazonas deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra [...] tornar-se-á um capítulo da história da civilização” (p. 4-5, 1942); mantendo o mesmo discurso histórico de ocupação metamorfoseado em políticas que sustentaram, em sua gênese, a mesma gramática colonial de exploração como foi a coleta de drogas do sertão, a era Pombalina, a economia gomífera.

A formação das Ligas Camponesas a partir de 1945, principalmente do Nordeste, evidenciou a tensão agrária já em ebulição e carente de uma pauta nacional

sobre a reforma agrária no Brasil, reafirmando assim a estratégia política de distensionamento dos conflitos fundiários que assolavam o país. Desta forma, a região amazônica continua a ser o lugar para onde se direcionam os sujeitos da falta que o Estado não quer assumir, e o espaço que “precisa ser gerido” e “mantida a soberania nacional”. Há claramente uma preocupação com a migração de nacionais nesta nova política de colonização onde visava-se “atender os trabalhadores nacionais; responder política e ideologicamente às lutas sociais; efetivar a ocupação controlada de novas terras” (MIRANDA, 1987, p. 33).

Não é por acaso que a população da região Norte salta de 695.112 em 1900, para 1.627.608 na década de 1940³², uma década antes da criação da nova divisão administrativa da Amazônia. Deste total, mais de 60% vivia em áreas rurais; Manaus e Belém, por exemplo, possuíam 106.399 e 206.331 habitantes respectivamente, no mesmo período. Não era somente cresci e “multiplicai-vos” o que ocorria com o aumento demográfico na região. O aumento populacional já apontava para a manutenção da população migrante do século anterior nas áreas de floresta. Assim, o segundo ciclo da borracha contou também com a mão-de-obra remanescente do primeiro, mais os novos migrantes que foram deslocados em diferentes períodos da década de 1940 vindos não somente de áreas afetadas por conflitos fundiários no Nordeste, mas também de centros urbanos. O perfil migratório se expandiu para a vinda não somente de homens sozinhos, mas de famílias, e em meio a este contingente existiram os que vieram com ou sem o incentivo do poder público (MARTINELLO, 1985).

Em relação aos migrantes oriundos do Nordeste, os acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos da América criaram regras de recrutamento que pretendiam estabelecer relações de trabalho com garantias desde o lugar de saída de cada homem. Estes viriam como trabalhadores que serviriam a Pátria como “soldados” da borracha, com direito ao transporte, alojamento, alimentação, atenção à saúde, contrato de trabalho e garantia de retorno após dois anos de trabalho. Para dar suporte e organizar o recrutamento foram criados os seguintes órgãos: Banco de Crédito da Borracha, Departamento Nacional de Imigração, Comissão de Controle dos Acordos de Washington, Superintendência para o Abastecimento do Vale Amazônico,

³² Fonte: www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse

Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia Brasileira, Serviço Especial de Saúde Pública, Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará. Havia, inclusive, termos de compromisso que eram assinados entre o trabalhador-soldado e o Estado, e na chegada ao seringal entre este e o seringalista. Tudo movido por uma campanha midiática (Figura 2), promovida pelo então presidente Getúlio Vargas, que pretendia “aflorar o sentimento patriótico” e apresentar a floresta como um “paraíso a ser explorado”. Assim foram promovidas as campanhas amplamente difundidas tanto no Nordeste quanto na própria região amazônica.

Figura 2 - Cartazes criados pelo artista gráfico suíço Jean-Pierre Chabloz para promover o alistamento de homens nos seringais da Amazônia durante a II Guerra Mundial



Fonte: <<http://desimbloglio.blogspot.com.br/2012/10/publicidade-e-imagem-idealizada-da.html>>.

Entretanto, toda tentativa de organização não obteve o sucesso esperado por várias razões, como não haver recurso financeiro suficiente para arcar com as garantias que haviam sido prometidas, bem como a falta de conhecimento sobre o deslocamento para os seringais e o período do ano em que se realizava o processo de coleta do látex; ocasionando, com isso, aglomerados de pessoas em alojamentos nas cidades de Manaus, Rio Branco e Belém. Tais ocorrências enfatizam o

desconhecimento da dinâmica regional e um distanciamento muito mais que geográfico, mas socialmente construído sobre uma Amazônia que,

Situa-se no mapa do Brasil com imensa geografia e surpreendente história. [...]. É assim que a Amazônia passa a fazer parte do mapa do mundo: como realidade geográfica e histórica. E também se constitui como fabulação mítica. (IANNI apud SILVA, 2004, s/p).

A guerra chega ao fim com a vitória dos aliados e com uma nova reconfiguração geopolítica mundial. O mercado asiático de fornecimento da borracha é retomado, a seringa nativa já cumpriu sua função. Os seringueiros trabalhadores-soldados, muito provavelmente sem saber, contribuíram para uma nova conformação de poder global, enquanto seguia a “política civilizatória nacional” que se negava a resolver os problemas de ordem estrutural do país, marginalizando os grupos sociais que historicamente foram/são explorados.

Este “processo civilizatório” agregou fortemente componentes raciais e de classe. Talvez seus sobreviventes sejam a lembrança de um projeto ocidentalizado que não vingou. Mas as características étnicas dos povos originários estampam o autorretrato, e a floresta também enegreceu (SAMPAIO, 2007). De uma forma ou de outra as estratégias de governabilidade foram regurgitadas em forma de sobrevivência, miséria, silenciamento:

Sin duda, las diversas situaciones humanas posibles ponen a la luz, en su conjunto, los diferentes patrones de integración sociocultural de la *sociedad brasileña*, a lo largo de su formación y de su evolución en el tiempo y en el espacio. Pero cada una de ellas, de por sí, sólo puede ser comprendida y explicada por el propio patrón de integración sociocultural y por el modo en que se vincula con las tendencias involucradas de modernización de dicha sociedad. (FERNANDES, 2008, p. 82).

É possível pensar que estes padrões de integração relacionados a um ideal de modernização são, na verdade, dispositivos de poder que mantêm clara e nitidamente uma segregação que não deseja ser assumida publicamente, mas que não poupa esforços para, por exemplo, contribuir na manutenção da pobreza rural na Amazônia, onde - somando-se aos que ainda vivos estavam no interior da floresta, sobrevivendo e reconfigurando suas vidas; aos povos originários que perdiam seus territórios ou se aculturavam; aos descendentes da primeira geração de migrantes que herdaram a natividade local - estavam agora os trabalhadores-soldados da borracha, que

abandonados pelo Estado e sem recursos para fazerem a trajetória de volta, passaram a ocupar os espaços da floresta tão eloquentemente chamados de vazios.

A desumanização deste colonizado (Casanova, 2006b) é atravessada por processos de exploração numa cadeia discursiva onde a duplicidade do Estado mantém as características da sociedade colonial. A dinâmica dos distintos estágios que o Brasil – enquanto nação – vivenciou não parece se desvincular das formas pré-capitalistas de exploração, significando que a chamada “modernização ou progresso” coexiste com a coisificação do outro, principalmente se este outro tem no corpo a marca étnica do diferente (exterioridade), uma vez que:

Colocar a questão colonial significa ter em conta que a representação problemática da diferença cultural e racial não pode ser simplesmente lida a partir de sinais e desenhos da autoridade social que se produzem nas análises de diferenciação de classe e gênero. (BHABHA, 1991, p. 177).

A estrutura interna de domínio, que separa e mantém o outro, permanece a construir agendas políticas com total ausência de medidas reformistas, como a que foi levada a cabo durante o regime militar na continuidade de uma política de colonização para a Amazônia. Desta forma, as personagens até são diferentes no tempo histórico, mas no estatuto argumentativo se preserva sempre o mesmo paradigma:

[...] no mundo de amanhã, não nos bastará explicar as causas ou dificuldades que nos tenham barrado o **passo na obra do desenvolvimento da Amazônia Brasileira** [...] Cumpre assinalar que já é tempo de **adotarmos** para esta região alguma **estratégia**. E esta não poderá ser outra senão aquela que visa **integrá-la verdadeiramente no Brasil, abrindo-a para o mundo**, como já acontece com as demais regiões do país [...]. (BRASIL, 1965, Presidente Humberto Alencar Castelo Branco. Discurso proferido no Palácio Lauro Sodré em Belém/PA, 1965, grifo nosso).
A ocupação da Amazônia Brasileira [...] deverá caber inicialmente aos nacionais da própria área, **do Nordeste** ou de outras regiões do Brasil. Após, então, deverão ser estabelecidas as **correntes imigratórias que mais convenham aos nossos interesses** (Manchete: General Afonso Augusto de Albuquerque Lima³³ garante Amazônia Brasileira para os brasileiros. Correio da Manhã, 1968, grifo nosso).

³³ Ministro do Interior no Governo Costa e Silva no período de 5 de março de 1967 a 27 de janeiro de 1969.

O afronte dos discursos se equivale a uma anedota, a “obra do desenvolvimento” parecia nunca vingar na Amazônia, uma vez que jamais uma região esteve tão “aberta para o mundo” quanto esta, que o Estado brasileiro, de tempos em tempos, esquece de já haver incorporado à República Federativa do Brasil pelo Tratado de Madri, e que insistentemente forjava integrar e ocupar. A região como território a integrar e ocupar foi reforçada no projeto de país que estava em jogo durante o regime militar, o que gerou um incremento populacional no final da década de 1970 da ordem de 300% – de acordo com Cardoso e Muller (2008), até esta década 30,5% da população amazônica era de migrantes nacionais – acrescentando ainda que a taxa média geométrica³⁴ foi elevada de 2,33% entre 1940/1950, para 5,03% entre 1970/1980, acima da média nacional e de qualquer outra região (CEM, 1986).

Arriscaríamos dizer que a política fundiária do regime militar institucionalizou a subalternidade dos sujeitos rurais amazônicos, onde todas as tentativas de inscrever a região na história do Brasil pareciam não romper com os estágios de “dominação política, exploração econômica, missionação, as três vertentes da colonização” (FIGUEIREDO, 2010, p. 65).

Ao depor o presidente Joao Goulart (1961-1964), o regime militar golpeou um projeto que vinha sendo construído com a participação dos movimentos ligados aos trabalhadores rurais, objetivando retornar ao seu lugar o projeto de continuar a responder às demandas das elites e seus grupos hegemônicos. Para isso, as tensões fundiárias no campo continuavam a ser encobertas. Mas esta sempre foi uma das estratégias por detrás da implementação do capitalismo no campo, da expansão do mercado interno, da internacionalização dos recursos naturais, do pacto neoliberal gerido pelos Estados Unidos da América para toda a América Latina, como ficou evidente na VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos-OEA, realizada no Uruguai em 1962.

A posição do Brasil em relação aos perigos da violação à soberania de qualquer Estado e sua defesa pela não-intervenção em Cuba, e a estratégia da delegação norte-americana de apresentar que o resultado daquele encontro poderia alterar o convenio dos países membros com as verbas do programa Aliança para o Progresso,

³⁴O que indica o ritmo de crescimento populacional, sendo influenciada pela dinâmica da natalidade, da mortalidade e das migrações.

deixaram evidentes as diferenças nas estratégias da política internacional do Brasil e dos Estados Unidos da América, antes do golpe:

[...] o que levou Goulart à beira de um “Estado quase revolucionário”, [...], foi principalmente o fato de que Kennedy, com as promessas de reformas da Nova Fronteira e da Aliança para o Progresso, reagiu, diante de algumas nacionalizações (que nada tinham de socialistas e, sim, visavam à expansão nacional do capitalismo), bem como dos esforços do Brasil para manter maior independência em suas políticas interna e externa, do mesmo modo que Eisenhower em face das primeiras mudanças empreendidas por Castro. Assim, as lutas sociais, das quais, no Brasil, a comunidade empresarial norte-americana participava como significativo segmento de suas classes dominantes, condicionaram, em larga medida, o comportamento de Kennedy e a forte hostilidade dos Estados Unidos a Goulart; porquanto àquela época as corporações multinacionais, em busca de fatores mais baratos de produção, não podiam tolerar nos new industrializing countries nenhum governo de corte social-democrático que, sob influência dos sindicatos, favorecesse a valorização da força de trabalho. (BANDEIRA, 2014. p. 114-115).

O golpe de 1964 tornou real as ambições de manter para a Amazônia o modelo de aparelhamento geopolítico, “refinando”, digamos assim, a continuidade de sua colonização, taticamente orquestrada como operação de guerra. Áreas do Maranhão, Mato Grosso e o que é hoje o estado de Tocantins são incorporados à região visando o controle das fronteiras de transição de biomas onde havia, de acordo com as estratégias do regime, um “grande potencial” de produção agrícola e de fácil escoamento para as demais regiões do país.

Na parte Norte da região, a estratégia era a exploração de recursos madeireiros e minerais, e o discurso de segurança nacional (Figura 3) em detrimento dos “nômades sem lei” – como eram chamadas as populações amazônicas pelo general Golbery do Couto Silva – fortaleceriam esta tática de guerra:

No arco a noroeste distendido, de Corumbá – ou mesmo mais ao sul – até a comarca distante do Amapá, pelos territórios do Guaporé (Rondônia) e do Acre, todo o ocidente amazônico do Juruá, do Javari, do Japurá e do Uaupés, Rio Branco e a província guianense, sucedem-se as “marcas” semi-desertas, instáveis ainda, quase de todo abandonadas, abertas a penetrações de grupos sem bandeira definida e a correrias de nômades sem lei e onde, em torno de um arremedo de organização política pouco adequado, e um rudimentar sistema de guarnições militares tão esparsas como débeis, se cristalizam nódulos de população ativa, desprevenidos inteiramente do grande, do enorme, do vital papel que de fato lhes incumbe, e incumbirá por longo tempo, de colônias de povoamento pioneiro mas,

igualmente, de postos dinâmicos e agrestes de defesa. (SILVA, 1955, p. 108-109).

Figura 3 - Propaganda publicada em jornal de circulação nacional para promover a Amazônia como espaço de investimentos econômicos

**DOIS ESCLARECIMENTOS
SOBRE ESTE ANÚNCIO
DA SUDAM.
FAÇA COMO A
LUNARDELLI**

Este anúncio está sendo publicado neste mesmo jornal, e propõe um negócio interessantíssimo: investimento na Amazônia. Entretanto, convém lembrar dois aspectos importantes:

- 1** Dentro da imensa Amazônia, você tem várias opções. A Lunardelli, por exemplo, optou pelo Sul do Pará, uma das zonas mais férteis do país.
- 2** NICOBAN é o nome da empresa formada pelos Lunardelli para orientar e administrar os empreendimentos agrários do grupo e de terceiros, na região.

EXPLORE A REGIÃO MAIS RICA DO MUNDO.

Com a reprodução da Sudam e 100 mil hectares de terras, você pode ter um grande negócio. Com a ajuda do Governo, da Sudam, do Banco e de outros órgãos, você pode ter um grande negócio. Com a reprodução da Sudam e 100 mil hectares de terras, você pode ter um grande negócio. Com a ajuda do Governo, da Sudam, do Banco e de outros órgãos, você pode ter um grande negócio.

NICOBAN
ADMINISTRAÇÃO AGRICULTURA
E COMÉRCIO LTDA

01427 - Rua Estados Unidos, 117 - 20.5
Tel. 282-3583 - 282-3740 e 81-8974
01004 - São Paulo

Agora opte Sudam,
mas opte Sul do Pará.
Faça como a Lunardelli,
ou seja, como a NICOBAN.

Fonte: Jornal do Brasil, 1º. Caderno, 12/12/72.

Como afirma Casanova (2002), “os problemas do colonialismo interno não são entendidos, se antes não se observam suas relações concretas com a burguesia, o imperialismo e o capitalismo transnacional ou global” (p. 210), o que vincula fortemente a condução das políticas e a manutenção das estruturas que encarceram as populações pobres a contínuos lugares que vão sendo constituídos na condição da falta. Este ciclo de exploração transmutado pelo tempo histórico cria uma falsa percepção de “igualdade, liberdade e fraternidade” que só é acessível às elites que foram forjadas no seio das perversas políticas de desenvolvimento. Desta forma, a

função social da propriedade – que traz a letra das Constituições de 1946, 1967 e 1969 – é negada pelo Estado aos povos rurais amazônicos, já que a colonização é a renúncia de um projeto de reforma agrária reformador (IANNI, 1979).

A farsa histórica da reforma agrária no regime militar (OLIVEIRA, 1988) forjou a distribuição de terras ou a sua regularização aos povos do campo, das florestas e das águas sem lhes garantir qualidade de vida por meio do direito a bens e serviços, a comercializar sua produção, a manter-se na terra e até mesmo sua posse, inviabilizando o caráter de qualquer política agrária reformista. E esta foi a propaganda mais enganosa que o regime militar poderia ter feito. Com uma política de internacionalização da Amazônia imbricada em política de colonização agrária, muitos chamados “desbravadores” da região foram expulsos para áreas menos propícias à produção agrícola, os indígenas foram expropriados, os extrativistas desterritorializados, e os novos migrantes pobres submetidos a lugares inóspitos. Ter acesso à terra nunca foi garantia de acesso a direitos, tornando-se, no caso particular da região, uma luta contra relações de exploração, uma vez que “o Estado autoritário tinha a geopolítica como estratégia para todo o tipo de ocupação na Amazônia Brasileira, tentava-se, pois, incorporar ao plano de ocupação a estratégia do controle social” (OLIVEIRA, 1988, p. 78).

O ciclo migratório promovido de 1964 a 1984 constitui-se como principal responsável pela manutenção das situações de miséria no interior da Amazônia, onde o “progresso” somente foi vivido pelos migrantes com capital e pelos donos de “grandes empreendimentos agropecuários”, madeireiros ou minerais. Assim, mantém-se o status quo dos “estados de origen colonial e imperialista y sus clases dominantes rehacen y conservan las relaciones coloniales con las minorías y las etnias colonizadas que se encuentran en el interior de sus fronteras políticas” (CASANOVA, 2006a, p. 416), mantem-se.

Fluxos foram incentivados por um dispositivo colonialista onde instrumentos como o Estatuto da Terra, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia Brasileira (SPVEA), o Programa de Integração Nacional (PIN), a criação do INCRA, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e a federalização das terras devolutas (Decreto-lei nº 1.164/1971) reforçaram a característica dual do Estado colonial, onde a região continuava a ser utilizada como escape para a concentração fundiária do país, e como “lugar onde não havia mão-de-obra suficiente” para atuar nos “grandes

empreendimentos econômicos” (internacionais e transnacionais) instalados na região (OLIVEIRA, 1990).

O projeto de colonização imposto pelo regime militar trouxe o disciplinamento dos desejos e corpos, regulando quais espaços poderiam ser ocupados, as formas de uso e apropriação dos recursos naturais. Assim, as colonizações dirigidas (públicas ou privadas) que visavam a implantação de colônias agrícolas (principalmente no final da década de 1970) ao longo das rodovias (principalmente no Pará, Rondônia e na Amazônia Mato-Grossense) foram ocupadas por migrantes do Sul do país, que como os não-nacionais do final do século XIX, eram incentivados por se acreditar em seu “potencial” de “modernizar os modos de produção” local, e por possuir algum tipo de capital; enquanto grande parte dos nordestinos incentivados a migrar era vista como mão-de-obra para os grandes empreendimentos (Plano de Integração Nacional).

Este deslocamento de trabalhadores sem-terra para a região, categorizados de acordo com a sua origem e a sua cor, perpassa todo do regime militar na defesa de estratégias de ocupação e “posse” da região para “inundar de civilização a Hiléia amazônica” (SILVA, 1955, p. 132). Esta estratégia que vinha sendo consolidada ano após ano, antes do golpe, torna ainda mais invisíveis milhares de famílias herdeiras de expropriações de territórios nativos e despossessões, conformando uma composição étnica e social.

O rural amazônico como o “lugar da miscigenação”, por meio dos projetos de colonização de 1964-1984, iria produzir mais protagonistas para as novas e sangrentas lutas que seriam travadas após o processo de redemocratização do Brasil. Seu território, como construções impostas, será marcado por um processo de colonização que “como política do Estado representa uma técnica social que utiliza meios de seleção social e de controle social, tanto dos homens como dos espaços, para reproduzir a dominação de classe sobre as populações rurais brasileiras” (SANTOS, 1993, p. 55).

A inserção dos denominados colonos ao longo da rodovia Transamazônica em Projetos Integrados de Colonização-PIC ilustra a tática de ocupação de pontos estratégicos que não concorreriam com os “grandes projetos” econômicos, mas garantiriam que fosse forjado esse novo ator social “capaz, austero, habilidoso”, o colono do Sul. Todavia, entre 1973-1985 o déficit por terra demandado por migrantes que já estavam na Amazônia era de 100.000 famílias, mas o INCRA só havia alojado oficialmente 30.000. Muitas foram distribuídas na região Norte em onze PICs

localizados nos estados do Pará (03), Rondônia (05), Amazonas (01) (OLIVEIRA, 1988).

A reprodução interna no Brasil das relações globais de exploração é evidenciada nas condições de desigualdade, dissimetria e desenvolvimento perverso (CASANOVA, 2002), onde as políticas de colonização para a região amazônica, bem como a condição humana de sua população rural, a tornam flagrantes. Como avalia Silva (2000), “as relações mundiais contemporâneas impõem outras circunstâncias históricas de inserção da Amazônia na dinâmica global, de onde a região reemerge com feições e paradoxos acentuados” (s/p).

3.2 DIMENSÕES DAS RELAÇÕES COLONIAIS DE PODER EM ASSENTAMENTO RURAIS AMAZÔNICOS A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Os assentamentos rurais amazônicos como ordenamentos territoriais criados pelo Estado refletem as malhas de poder presentes em esferas macrossociais, o que permite reconhecer neles dinâmicas das relações sociais de exploração e dominação. Os assentamentos constituem-se, assim, como escala possível para operacionalizar o debate sobre os atravessamentos das relações de poder que indicam níveis locais onde a colonialidade é operada. Desta forma, partimos da premissa que estes assentamentos foram implementados ao longo do processo de colonização e ocupação da Amazônia tendo como principais “beneficiários”, em sua ocupação, a população nativa e migrante que ao largo da história tiveram uma identidade forjada – assentado – em espaços de abandono e esquecimento.

Para Quijano (2010), o fim dos regimes oligárquicos na América Latina não conseguiu produzir Estados livres das relações globais de poder, nem incapazes de reproduzir internamente os fenômenos de dominação e exploração. Diante desta tese, é possível exercitar uma análise crítica de que as condições históricas promoveram a Amazônia a uma zona de povoamento com o discurso de “distribuir terras” “a quem não tinha”, demonstrando que os assentamentos foram transformados em espaços de velhas práticas coloniais – reforçadas durante a Ditadura Militar e mantidas no século XXI. Estas práticas se multiplicaram e modernizaram-se, e o regime de tentativas de silenciamento e a manutenção do mito do atraso cultural e despovoamento na região continuaram condenando milhares de pessoas:

De modo breve, se podría decir que en América Latina el resultado principal fue la remoción del “Estado Oligárquico” y de algunas de sus instancias en la existencia social de la población de estos países. Pero ni su dependencia histórico/estructural en la Colonialidad Global de Poder, ni los modos de explotación y de dominación inherentes a este patrón de poder, fueron erradicados o alterados suficientemente como para dar lugar a una producción y gestión democráticas del Estado, ni de los recursos de producción, ni de la distribución y apropiación del produto. (QUIJANO, 2010, p.2).

A criação do INCRA reforçou uma política de colonização promovida pelo Regime Militar que objetivava a ocupação estratégica do território nacional, sobretudo a Amazônia. As políticas de criação das colônias em um primeiro momento, e após 1980 dos assentamentos rurais, durante e pós-regime militar parecem ter sido compensatórias ao tentar minimizar os conflitos agrários, não alterando a estrutura de concentração fundiária. A reforma agrária brasileira e a política fundiária, ao longo das narrativas oficiais, se apresentam de acordo com o alinhamento político vigente, não se configurando como políticas de Estado.

Isto implica problematizar a tese de que a criação de assentamentos rurais amazônicos, que poderia ser um dos instrumentos jurídicos para a democratização da terra, se perpetua como dispositivo carregado de autoridade colonial que corteja com ações permanentes de colonialidade para a região, enquanto “terra despovoada”, “não desenvolvida” e “terra a ser colonizada”. Neste sentido, corroboramos com o pensamento de Caio Prado Júnior, que uma década antes da criação do INCRA pontuava que:

[...] nos projetos e planos de reforma agrária que têm sido propostos, o pensamento é de um departamento administrativo federal centralizado e essencialmente burocrático. Parece-me ilusão supor que um órgão deste seja capaz de levar a tempo, ou sequer dar impulso sério à reforma. A imensidade do país, a variedade e a complexidade das situações que se apresentam no campo brasileiro, tornam imprescindível uma larga descentralização e grande flexibilidade dos aparelhos administrativos incumbidos de aplicar a reforma e realizar seus objetivos. (PRADO JUNIOR, 2000, p. 124).

Com a Constituição de 1988 (BRASIL, 2013), os avanços na letra da lei apontavam para caminhos que pareceriam promover a melhoria das condições sociais alicerçadas nas relações de poder que reforçavam as desigualdades sociais e econômicas das populações rurais. Se cumprida, tudo levaria a crer que num futuro próximo as relações regionais se baseariam em princípios mais equitativos.

Para grande parcela da população sem-terra, esta Constituição poderia garantir a execução de políticas fundiárias e da própria reforma agrária (art. 187), num momento em que o déficit agrário era de 1.400.000 famílias de acordo com as metas do I PNRA da Nova República³⁵ para o quadriênio 1985/1989. Mas as forças políticas que movimentavam o jogo do poder não mediram esforços para desarticular qualquer perspectiva progressista que de fato tornasse a questão agrária uma política de Estado:

No longo e acalorado debate sobre cada dispositivo da constituição, os oponentes da agenda progressista empregaram seus amplos recursos num esforço concentrado para enfraquecer os artigos que tratavam do setor agrário. O documento final [...] tanto limitou a base legal para expropriação de terra quanto, efetivamente, pôs fim a qualquer esperança de mudança significativa na posse da terra. (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 164).

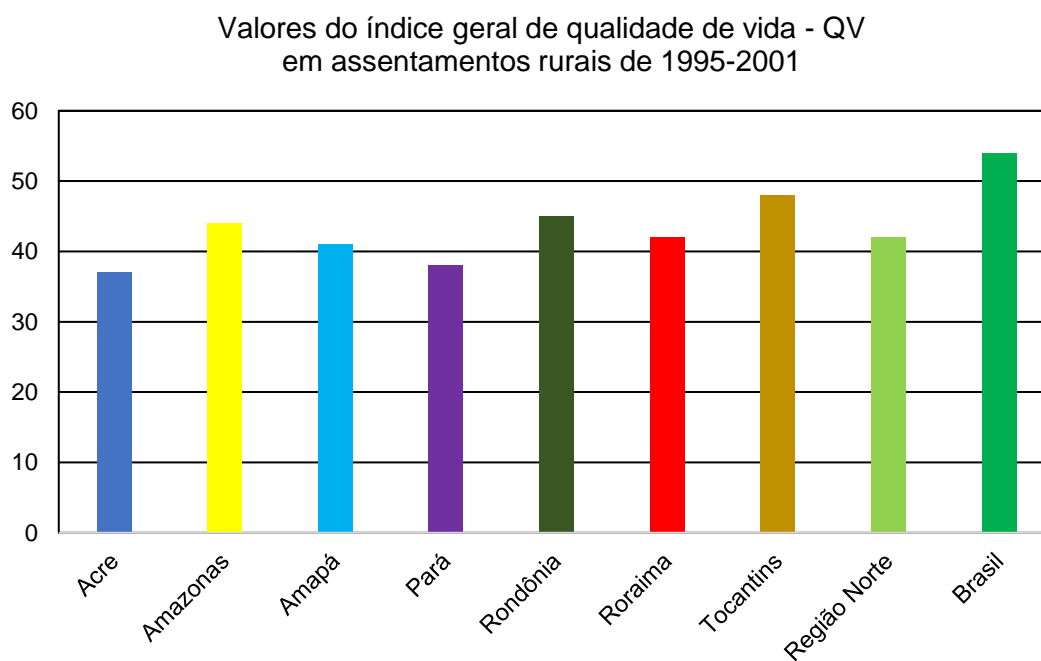
Após vinte anos, com base no censo demográfico de 2000, estimava-se no II PNRA que 5 milhões de famílias eram potenciais demandantes de políticas de distribuição de terra (BRASIL, 2005). Sete governos eleitos democraticamente depois, a estrutura fundiária não chegou perto de ser alterada, e mesmo com 9.000 projetos de assentamentos rurais criados e 1.348.484 famílias assentadas (até 2016), não houve substancialmente alterações profundas na estrutura agrária e nas condições de vida das famílias.

Em “A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira”, Sparovek (2003) destacou os avanços e as limitações na distribuição de terras no Brasil, apesar de trazer análises “exageradamente positivas” e sem uma contextualização mais profunda, um olhar regionalizado dos dados quantitativos revelam como os assentamentos reproduzem as desigualdades vividas cotidianamente pelas populações pobres rurais de uma maneira geral. Na obra, os indicadores de moradia, acesso a serviços de saúde e educação, fornecimento de energia elétrica e água potável, saneamento, e acessibilidade interna e externa por meio de estradas, são convertidos no Índice de Qualidade de Vida-QV, onde o QV geral varia de 0-100 (melhor + próximo a 100), e o QV por indicador varia de 0-1 (melhor + próximo a 0).

³⁵ Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985.

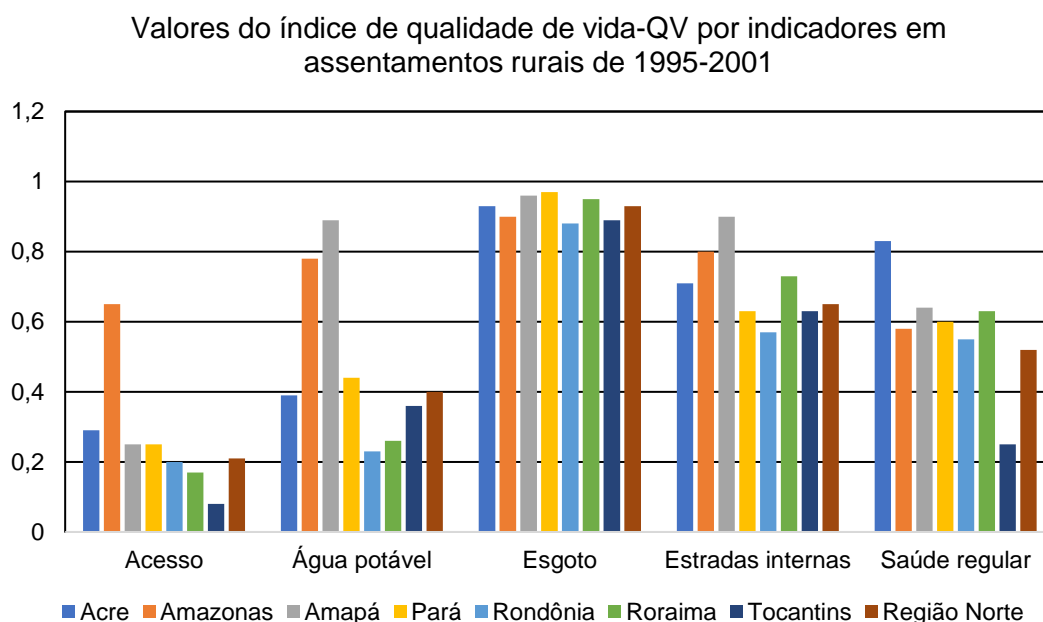
Nas figuras abaixo são apresentados os índices gerais e por indicador dos valores nacionais e por região, comparativamente ao resultado por Estado na região Norte:

Figura 4 - Valores do índice geral de qualidade de vida - QV em assentamentos rurais de 1995-2001



Fonte: Adaptado de SPAROVEK; GERD. 2003.

Figura 5 - Valores do índice de qualidade de vida-QV por indicadores em assentamentos rurais de 1995-2001 - Detalhamento



Fonte: Adaptado de SPAROVEK; GERD. 2003.

A conjuntura dos dados acima reforça as relações de poder que imprimem na Amazônica a face mais cruel do abandono e da pobreza, substanciando a realidade dos assentamentos que compõem esta pesquisa, onde encontramos fragilizadas e negligenciadas políticas: para a educação rural e/ou do campo especialmente na modalidade do ensino fundamental II e ensino médio³⁶; dificuldades a serviços de saúde; péssimas condições das estradas no interior dos assentamentos. A análise profunda das distorções regionais no Brasil não pode permanecer em uma superficialidade homogênea, em que não se busque reconhecer que as políticas de distribuição de terras versam para a região, não uma reforma agrária, mas medidas compensatórias para as populações locais escamoteadas de democratização da terra

³⁶ Para maiores informações sobre as condições da educação em áreas rurais sugere-se a leitura da pesquisa "Escolas Esquecidas", vinculada ao Observatório das Desproteções Sociais no Campo e ao Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais e do Agronegócio no site http://icna.org.br/sites/default/files/artigo/escolas_esquecidas_edicao2014.pdf. Ou do estudo "Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo", acesso http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_228.pdf.

e “desenvolvimento sustentável” dos territórios. Tratar as terras amazônicas como um tecido nobre que, após o vestido de baile ficar pronto, se divide os restos com os que nada têm, reforça o dia-a-dia nos assentamentos, onde seus moradores compreendem que:

A reforma agrária do governo, que a gente tanto vê falar deveria realmente acontecer, né? Não só no Amazonas, no Brasil inteiro. A reforma agrária é cobrada que não funciona, principalmente nos assentamentos do Governo. Eu sempre digo que para os assentamentos deveriam olhar de forma diferente, porque foi um projeto criado pelo próprio INCRA, então eles tinham que colocar estrutura adequada dentro das comunidades. Quando o governo cria uma estrutura dessa, traz gente pro campo para viver, tem que dar uma estrutura de qualidade. Uma boa educação. A culpa é do formato da política do governo. (Assentado(a) 005).

A crítica ao “formato da política” de alguém que sente na lida cotidiana onde estão os entraves e as limitações de uma narrativa universalizada – que se pensa como o “caminho correto para a paz no campo”, nas florestas e nas águas – descontrói a oficialidade do discurso da dinamização “pela descentralização das políticas públicas”, que garantiria a “participação social” para contribuir com as bases do “desenvolvimento rural” com “diversas formas de controle social” (BRASIL, 2005).

Ora, se um beneficiário da “reforma agrária” expressa que não há estrutura adequada nos assentamentos e que as ações do Estado não possuem funcionalidade para a sua realidade, onde estão os mecanismos que garantiriam seu direito de controle social sobre seu território? Torna-se necessária, portanto, a interpretação das entrelinhas das leis, decretos, medidas provisórias, a fim de identificar onde estão as contradições discursivas entre todo esse marco-jurídico institucional e a realidade nua e crua dos assentamentos rurais.

As condições de desigualdade política e econômica frente às elites dominantes e suas classes, que são representadas no Congresso Nacional, engendram as redes locais de poder que monopolizam as administrações públicas (CASANOVA, 1967). Desta forma, o assentado enquanto sujeito político não é representado e tem seus direitos regulados de tal maneira que todos os mecanismos de controle social garantidos no conjunto do marco-jurídico institucional (conselhos, comitês, grupos de trabalho) são dificultados a ele:

A gente sabia que no projeto de assentamento era mata. A gente veio pra trabalhar, pra progredir, então ninguém estava ligando pra

aquele sofrimento quando chegasse. Mas a gente achava que aquelas promessas que estavam sendo feitas iriam ter. Então, não é tanto aquele sofrimento e sim a falta de assistência que a gente não teve. Quando cheguei trabalhei feito um condenado, e infelizmente, nada de apoio, porque o que a gente produz não tinha como tirar. (Assentado(a) 027).

O “descompasso” entre as “intenções” do Estado e a prática habitual da vida nos assentamentos amazônicos não parece se romper, mesmo com as atualizações e reformulações de políticas que trazem em seu texto visões muito próximas da realidade. O último PNRA demonstra a preocupação do Governo em recuperar os assentamentos já existentes até sua publicação (os três assentamentos desta pesquisa estariam assim contemplados), com o esforço de reconhecer suas especificidades e diferenças produtivas e organizativas; assim, os assentamentos que não tivessem alcançado todas as suas etapas de implantação deveriam ser “objeto de uma ação diferenciada, de acordo com suas potencialidades, e combinada de diferentes instrumentos, orientada para sua recuperação econômica e produtiva, social e ambiental” (BRASIL, 2005), garantindo, também, a participação dos assentados no processo de discussão das alternativas e rumos necessários à melhoria de sua infraestrutura e cadeia produtiva. Dezesesseis anos depois, a realidade exposta durante esta pesquisa foi de que alguém não encontrou o compasso:

Aqui, quando é de inverno pode andar aqui que você conta os moradores que tem, porque muitos não suportam, vão embora (Assentado(a) 009). As casas são do Governo, a casa não é nossa não, enquanto não paga o título, é do Governo (Assentado(a) 013). A vida aqui, ela não é muito fácil assim não mana. Se adoecer um aqui, ele vai morrer (Assentado(a) 020). O título definitivo, se veio não foi chamado, não veio ainda. Em mãos eu não tenho, são poucas as pessoas que tem o título definitivo (Assentado(a) 024). Para socorrer alguém aqui tem que rezar para vim com uma caminhonete traçada se não, não sai (Assentado(a) 031). Aqui é com o paneiro nas costas, andando mais de uma hora. Porque a gente é ligeiro. (Assentado(a) 033).

Reconhecer a condição de margem, “de não participar no desenvolvimento econômico, social e cultural, de pertencer ao grande setor dos que não têm nada” (CASANOVA, 1967, p. 77) das populações assentadas na Amazônia, é estar atento para outros modelos explicativos que possibilitam um deslocamento para uma teoria a partir das margens (DAS, 2011), onde o grande desafio seria o de experimentar

estatutos de verdades e a prática de campo como desenraizamento teórico. A colonialidade é o grilhão das populações empobrecidas, pois o poder:

É uma malha de relações de exploração/dominação/ conflito que se configuram entre os agentes na disputa pelo controle do trabalho, da natureza, do sexo, da subjetividade e da autoridade. Não se reduz a relações de produção, nem a ordem e autoridade, separada ou junta. (QUIJANO, 2000, p. 368).

No relatório “A Amazônia Brasileira e os objetivos do Milênio” (CELENTANO, et al., 2010), as condições de saúde, educação, saneamento, erradicação da fome e da pobreza extrema, redução das desigualdades entre homens e mulheres, na região amazônica, apesar de terem apresentado alguma melhoria ainda continuavam abaixo da média nacional. Mas o que todas as informações disponíveis sobre a Amazônia produzem? O que está em jogo quando são anunciadas manchetes como “Pobreza mantém Amazônia Brasileira distante do país”³⁷? Quando Sebastião, do assentamento São Francisco, afirma que eles são órfãos de pai e mãe, e expõe que construir 297 lotes em um espaço que não oferece os serviços mínimos a que um cidadão teria direito, é negar a ele qualidade de vida, deixando claro que esta pobreza é construída de fora para dentro; sua análise demonstra que o resultado que os dados sobre a região geram é, em suas palavras, “a condenação de um velho, uma criança, uma mulher grávida que precisarem de assistência médica, à morte”, porque até o direito de ir e vir cerceia-se quando a locomoção dentro do assentamento se torna limitada por falta de estradas e ramais em boas condições:

Quem criou o assentamento sabe com toda certeza o que precisa ter no assentamento, em termos assim, de direitos humanos. Quais são os direitos de um assentado e quais os direitos humanos que esse assentado tem. Não negue pra ele os direitos dele, não negue não! Eu acho um crime contra a humanidade. Acaba marginalizando as pessoas. Nunca se esqueça dos seus irmãos que estão abaixo de você, em conhecimento, em dinheiro, nunca dê as costas pra eles. (Sebastião, assentamento São Francisco).

Os processos que tecem esta rede, onde não é possível a participação política dos que se encontram às margens, divide o país em vários mundos e níveis de

³⁷ Fonte: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-anteriores/39448-pobreza-mantem-amazonia-distante-do-pais>>.

exploração onde a elite econômica e cultural não está descolada dos subalternos, mas fazem da condição destes a fórmula de sua continuidade (CASANOVA, 1967, 2015). Esta perspectiva traz ao campo teórico o debate sobre a condução do Estado à distribuição de terra e implantação de assentamentos na Amazônia. Os dispositivos de poder reforçam nestes sujeitos a identidade da falta, que desde o início de sua trajetória de vida – enquanto sem-terra – são computados, mas não registrados, à “classe dos incontados que só existe na própria declaração pela qual eles se contam como os que não são contados” (RANCIÈRE, 1996, p. 50). Assim, manchetes que anunciam a região longe do país em decorrência de sua pobreza não registram que há uma arte de governar que talvez ponha o país de costas para a Amazônia.

Como lógica que mantém a repressão, a opressão, o racismo, a colonialidade está presente nas ações que motivam as inúmeras reinvenções da região como sociedade colonizada, e por isso passível de planos e metas desde fora, como grandes contribuições para tirá-la das trevas do subdesenvolvimento. Suas condições culturais; a diversidade da relações sociais e político-econômicas de seus atores; a manutenção de maior parte da população indígena do país³⁸; o significativo número de quilombolas³⁹; a forte presença de migrantes; o maior número de famílias assentadas do país; todas estas características substanciam sua reinvenção que aparece a cada nova política pública, mas que não dá conta das necessidades reais dos que vivem ao longo de suas estradas, águas e florestas, porque suas mazelas estão invisibilizadas:

Aqui você sobrevive das coisas que você colhe, a gente planta e quando chega a época de colher não tem como tirar porque não tem estrada boa. Não tem um caminhão aqui pra carregar as coisas da gente. A gente olha aí pra essa estrada dá uma tristeza, porque, a gente vê as planta da gente aí dando, estragando e não podendo levar pra rua, é uma tristeza isso aí (Assentado(a) 023). Todo ano vem um tal de pessoal do INCRA de Manaus, vem aqui aí eles falam aquelas coisas pra nós. No outro ano já vem outros não vem aqueles mais, já são outros diferentes. Aí nós falamos pra aqueles outros. Aí já dizem rapaz vamos fazer. Depois já vem outros. O ano vai se passando, a gente vai ficando velho, quando pensa que não, não tem

³⁸Vivem na Amazônia Brasileira cerca de 433.363 indígenas (sem contar com a parte maranhense) dos 869.917 recenseados em 2010 (Censo IBGE, 2010).

³⁹Existem na região norte 442 comunidades quilombolas, num total de 2.847 no país. A região Norte só perde em números para o Nordeste, que possui 1.724 comunidades (dados até 2006). Fonte: ANJOS, R.S. 2006. *Quilombolas: tradições e cultura da resistência*. São Paulo. Aori Comunicações.

mais jeito (Assentado(a) 001). Eu queria que olhassem mais por esse lugar e ajudassem as pessoas dessa terra, que tudo isso falta. Falta escola, saúde, tudo isso que tem no documento que nós assinamos lá no INCRA, e nada disso tem aqui. Eles têm prometido e não têm cumprido. E o posto de saúde, tudo isso que eles prometeram quando nós fomos assentados. (Assentado(a) 025).

A sistêmica invisibilidade destas populações estabelece um fosso entre os direitos e garantias fundamentais que são cláusulas pétreas na Constituição cidadã, demonstrando que “os ditos direitos sagrados e inalienáveis do homem mostram-se desprovidos de qualquer tutela e de qualquer realidade no mesmo instante em que não seja possível configurá-los como direitos dos cidadãos de um Estado” (AGAMBEN, 2010, p. 123). Mobilizar a colonialidade como categoria analítica, para fundamentar a compreensão das relações sociais utilitárias e racializadas no interior de espaços não protetivos ou potencializadores, permite expor não somente a invisibilidade e as condições degradantes de vida nos assentamentos amazônicos, mas refletir sobre por que distribuir terra não é o suficiente, uma vez que a capacidade de governar não logrou sucesso em produzir uma reforma agrária que permitisse a “constituição de um novo tecido social em âmbito regional e nacional” (BRASIL, 2005, p. 16) como estava previsto no II PNRA.

A produção de conhecimento sobre assentamentos rurais na Amazônia, com este modelo explicativo, permitiria fazer historiografias outras, onde as fraturas epistemológicas presentes nas ações do Estado na região se tornariam mais visíveis. As tentativas de universalização da ideia de desenvolvimento que durante décadas apostaram em diretrizes de incentivos econômicos como a pecuária, a monocultura e as hidrelétricas, são exemplos de um conceito macroeconômico imposto por políticas internacionais de fortalecimento do capitalismo. Este modelo não foge do estabelecido entre o Império e as colônias, onde esta última configurava-se como o lugar a ser civilizado em que “para o jovem diplomado oferece-se um posto, para o funcionário uma promoção, para o comerciante reduções substanciais dos impostos, para o industrial matéria-prima e mão-de-obra a preços insólitos (MEMMI, 2007, p. 38).

Subjacente a diretrizes econômicas internacionais, se criou uma identidade negativa (QUIJANO, 1998) sobre a Amazônia e sua população. Esta identidade acabou promovendo uma percepção de dependência sociocultural da região frente ao país, o que era e é a Amazônia Brasileira no imaginário nacional (subdesenvolvida, população atrasada, terra despovoada). Isto quando o imaginário nacional não a

concebe enquanto paraíso intocável para a manutenção da saúde climática do planeta. Desta forma parece correto propor que a região sempre esteve inserida no processo de “universalização da civilização capitalista” (QUIJANO, 1998), ou como contribui Silva (1997), “tanto nos espaços físicos como nos aspectos sócio-culturais o capitalismo deixou marcas indisfarçáveis na Amazônia” (p. 198). Nesta ordem, as pressões internacionais para que o Estado “assuma sua responsabilidade sobre a Amazônia” são inseridas em uma cadeia global de relações políticas e econômicas de poder.

A Lei 13.465/2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, naturaliza os problemas estruturais dos assentamentos com quinze anos ou mais, criados até 2016, ao estabelecer que serão consolidados mesmo que não tenham sido realizadas todas as etapas de sua implantação⁴⁰, que correspondem a sete. De uma única vez abre-se novos espaços para o latifúndio e perpetua-se as condições de pobreza dos assentamentos rurais porque, mesmo tutelados pelo INCRA, esta pesquisa demonstra que com mais de quinze anos de criação, como é o caso dos assentamentos São Francisco (em fase de estruturação) e Pacιά (em fase de instalação), estes ainda esperam que a infraestrutura necessária ao seu funcionamento seja alocada, haja vista que a abertura de estradas e ramais não foi o suficiente para o tráfego e locomoção de pessoas, bens e serviços; não há posto de saúde e as escolas, de forma muito precária, atendem somente até o ensino fundamental em salas multisseriadas; a energia elétrica não está disponível a todos, com grandes problemas relacionados à qualidade e acesso a água potável; os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater e acesso a políticas de crédito são incipientes, o que ocasiona aos assentados não terem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Diante de todas estas ausências a permanência na terra se configura como ato de resistência e esperança em dias melhores:

Ainda tenho uma esperança de um dia, sabe-se lá, não aparece uns governantes mais melhor que aplique um recurso pra arrumar esse ramal (Assentado(a) 004). Meu sonho é que melhorasse, né? Acontecesse o que prometeram, porque a gente chega no ponto de a gente não aguentar mais, tem os nossos filhos, tem os nossos netos.

⁴⁰01 - Pré-Projeto de Assentamento; 02 - Assentamento em Criação; 03 - Assentamento Criado; 04 - Assentamento em Instalação; 05 - Assentamento em Estruturação; 06 - Assentamento em Consolidação; 07 - Assentamento Consolidado.

E nosso sonho é que o Governo também chegue no ponto de um dia destacar o título definitivo pra gente, pra ter um lugarzinho certo pra gente (Assentado(a) 012). Se Deus quiser um dia nós somos beneficiados pelo INCRA, não é possível que o INCRA não olhe pra nós (assentado(a) 028). A esperança é a última que morre, vamos ter fé em Deus, a esperança é ter fé que tudo isso vai melhorar, que Deus vai tocar no coração dessas pessoas importantes e aí que ter condições de olhar por nós, que possa vim fazer alguma coisa por nós, e a nossa fé é essa. (assentado(a) 029).

No entanto, esta resistência corre riscos de ceder a todas as pressões econômicas para a venda de suas terras, seja pela proximidade com rodovias, seja pela abundância de recursos madeireiros. Como acontece hoje no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Realidade-PDS, na cidade de Humaitá/AM, onde quem tem chegado primeiro são os especuladores imobiliários e donos de madeiras, que em troca de madeira prometem abrir ramais dentro do PDS, num processo cíclico que corresponde a retirar toda a madeira comercializável (inclusive castanheiras do assentamento Botos), acarretando, após a especulação da terra os “contratos de gaveta”, comércio comum na região.

A decisão do Estado em mudar regras importantes que regulam os assentamentos demonstra um padrão de domínio sobre as populações subalternizadas, uma vez que dos 9.371 assentamentos rurais no país, somente 484 (aproximadamente) constam como consolidados de acordo com dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA (BRASIL, 2017), onde, destes, 99 estão nos Estados da região Norte, que possui um total de 1.717 assentamentos. Essa manutenção de um estado de subordinação historicamente construído não difere da naturalização do racismo enquanto relação social de poder na colonização da América, demonstrando que a “idéia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural” (QUIJANO, 2005, p. 17) atravessa os corpos marginalizados, perpetuando a hegemonia daqueles que usam a terra como mercadoria e não parte de sua existência.

Ter em pauta que o Estado é uma autoridade colonial e que seus dispositivos jurídicos são instrumentalizados a atender aos interesses de determinados grupos ressalta como, politicamente, a elite latifundiária mantém seu poder no Brasil: o alto grau de investimentos concedido ao agronegócio e a força política que a bancada ruralista possui no Congresso Nacional são exemplos. Neste caso, maquiada como

interesse de grupos em disputa em uma democracia, a luta é sempre desigual, porque a cadeia de distribuição de poder não flui, concentrando-se sob o comando da burguesia ruralista nacional, os grandes empresários do agronegócio e setores conservadores. Formando todo este jogo estão as terras amazônicas, e as populações rurais que as ocupam “sufren condiciones semejantes a las que los caracterizan en el colonialismo y el neocolonialismo a nivel internacional” (CASANOVA, 2006a, p. 3).

Na Amazônia, toda essa relação de domínio e exploração contribui para alterações estruturais na vida e na forma das populações rurais se identificarem e verem a região. Todas as tentativas de colonização alteraram o ritmo de vida de sua população nativa e das populações que se formaram no seu interior a cada ciclo de colonização. O lugar na Nação dos assentamentos rurais da região evidencia a integração de sua população a uma desigualdade histórico-cultural, vinculada à hegemonia de perspectivas de conhecimento de fora para dentro que criam uma classificação racial enquanto identidades negativas, que reafirmam o lugar do sujeito como agricultores rurais pobres e iletrados (QUIJANO, 2000).

A autoridade colonial do Estado camufla sua racialidade (QUIJANO 1992;2005) por meio de instrumentos legais que regulam e disciplinam o que aparentemente não tem relação. Um olhar pouco atento não desvela que determinadas ausências são marcas importantes que naturalizam a desumanização, onde hábitos e práticas culturais são utilizadas para explicar porque donos de seus corpos – estes sujeitos sociais – ainda usam valas a céu aberto, fossas negras ou água sem tratamento.

Uma vez que o Estado estabeleceu, através da Lei nº 11.445/2007, as diretrizes para o saneamento básico, onde entre outras coisas, estas deveriam por meio de políticas públicas garantir “meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares” (Art. 48, Inciso VII); questionando-nos como situações tão degradantes ainda são mantidas se o Decreto nº 7.535/2011 institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água, que iria “promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, visando ao pleno desenvolvimento humano [...] de famílias em situação de vulnerabilidade social” (Art. 1º.).

Muito provavelmente a resposta mais rápida seria de que sua ancestralidade indígena explicaria hábitos tão “primitivos” e “descuidados” com a própria saúde, afinal

a região é o “lugar do exótico”, “do atraso”. Esta Amazônia, onde o senso comum, dos que estão de fora, acredita não haver escassez de água, é sempre acionada pela racialidade desse lugar de produção de vidas. Assim, marcadores de classe e raça precisam ser trazidos à superfície para que possamos compreender por que diante de tantas garantias legais, seus sujeitos rurais são sempre modelados por padrões de domínio e exploração que os determinam histórica e moralmente, e não pelo que de fato anunciam:

Nós temos direito como todo mundo a ter uma qualidade digna hoje. E a gente sabe que no assentamento a gente não está tendo. A gente está sendo mais escravo da reforma agrária, e não um produtor pra ajudar o município (Assentado(a) 005). Os caras querem que a gente plante árvore, uma árvore que demora dez anos para dar fruto, só se eu for comer as folhas. É uma coisa que não tem lógica. Eu visto roupa, eu escovo os dentes, eu adoço igual a outra pessoa. Sou igual a outra pessoa normal. (Assentado(a) 001).

Ao assentado rural resta, neste cenário, a ocupação de terras improdutivas, a dificuldade de acesso ao crédito e a tutela de um órgão público nascido durante a ditadura militar e que traz em seu nome a velha, mas não obsoleta, ideia da colonização. A compreensão dos jogos de poder, que em nível estrutural mantém o debate sobre políticas agrárias para a região não tão em evidência ou que privilegiam uma análise sempre exteriorizada sobre a questão, pode ser melhor questionada quando estabelecemos conexões entre as condições de vida dos assentados rurais na região e seu lugar em um projeto de nação: “cuando se trata del poder, es siempre desde los márgenes que suele ser vista más, y más temprano, porque entra en cuestión, la totalidad del campo de relaciones y de sentidos que constituye tal poder” (QUIJANO, 2000, p. 344).

O registro das relações coloniais tornadas reais a partir das condições de vida nos assentamentos amazônicos é apontado por importantes indicadores, que também demonstram as formas como a capacidade produtiva dos assentados é reconhecida e quais suas estratégias de organização social local. Desta forma, não ter o título da terra, por exemplo, possui importantes significados ao demonstrar não somente uma vulnerabilidade social, mas o não reconhecimento deste grupo social como parte de

um sistema que supre a necessidade de grande parte da produção de alimentos de um país inteiro⁴¹, abastecendo pequenas e grandes feiras em cada município.

A falta do título da terra, ao reduzir à mercadoria, reforça sua condição de invisibilizado gerada pelo encobrimento do que produzem e a possibilidade de ter a propriedade sobre os meios de produção, incluindo a terra. Este conjunto de informações subjaz ao grau de participação de agricultores e agricultoras nas redes de relações que conformam o Estado e expressa as articulações de dominação deste último, bem como estas recaem sobre a divisão social, racial e de gênero do trabalho:

Um Estado-nação é uma espécie de sociedade individualizada entre as demais. Por isso, entre seus membros pode ser sentida como identidade. Porém, toda sociedade é uma estrutura de poder. É o poder aquilo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única, uma sociedade. Toda estrutura de poder é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, freqüentemente certo grupo, sobre os demais. Conseqüentemente, todo Estado-nação possível é uma estrutura de poder, do mesmo modo que é produto do poder. Em outros termos, do modo como foram configuradas as disputas pelo controle do trabalho, seus recursos e produtos; do sexo, seus recursos e produtos; da autoridade e de sua violência específica; da intersubjetividade e do conhecimento. (QUIJANO, 2005, p. 117).

A questão agrária, portanto, demarca territórios e na Amazônia, especialmente, ela parece invocar estruturas de poder caracterizadas por uma ordem colonizadora metamorfoseada de política agrária e todos os dispositivos que acompanham esta ordem. O mundo rural constituído de terra, floresta e água forma a parte do Brasil mitologicamente pensado, mas onde não deixam de eclodir tensões sociais e mazelas comuns a todo o território nacional, abrigando, além dos recursos naturais nacional e internacionalmente cobiçados, um rio de pessoas que travam lutas diárias para continuarem existindo. Assim, na região, a autoridade colonial do Estado potencializa o caráter intrínseco das relações de exploração e domínio com a condição subalterna:

⁴¹Com base no censo agrícola em 2006, a agricultura familiar, como definida na Lei 11.326, produziu 33% do arroz em casca, 69,6% do feijão (considerados todos os tipos), 83% da mandioca, 45,6% do milho em grão, 14% da soja, 21% do trigo e 38% do café em grão, 57,6% do leite de vaca, 67% do leite de cabra e 16,2% dos ovos de galinha e detinha 29,7% do rebanho bovino, 51% das aves e 59% dos suínos. In: A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? Rodolfo Hoffmann. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 21(1):417-421, 2014.

A colonização da Amazônia brasileira também é objeto de interpretação. Pontos de vista distintos trabalham os fatos e os conceitos. [...]. Comparando-os, representam concepções antagônicas na compreensão da Amazônia. Polarizados, indicam a genealogia da submissão, melhor dizendo, do reconhecimento da subalternidade e da possibilidade de independência cultural. (SILVA, 2012, p. 37).

Historicamente, a origem da Amazônia remete à chegada dos primeiros europeus no “novo mundo”, onde “América espanhola e América portuguesa traçavam uma linha divisória do ainda desconhecido território” (SILVA, 2012, p. 21), efetivando-se a partir do século XVI, onde já internacionalizada, foi inserida em um cenário de disputas globalizantes. A condição de subalternidade das populações amazônicas é, portanto, causada por um processo histórico atravessado pelos diferentes modos de colonização que lhe foram impingidos.

4. ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZÔNIA E A CONSTRUÇÃO DA CONDIÇÃO SUBALTERNA

Recontar as histórias de assentamentos amazônicos não é somente ater-se às condições de desigualdades às quais sua população está submetida, mas destacar o processo de exploração que criou e mantém tal condição. Os dispositivos de poder que engendram a dominação colonial têm como fruto um Estado que divide os que podem viver dignamente e os que não acessam esta condição por ocuparem espaços de abandono. Fazem parte desta história migrantes e seus descendentes, negros e seus descendentes, populações nativas e seus descendentes. É um microuniverso que destaca o resultado das ações do Estado e que sublinha a vida de homens e mulheres. Desta forma, compreende-se que as diversas dinâmicas de colonização realizadas por dispositivos como os fluxos migratórios, os projetos “desenvolvimentistas” e as políticas de distribuição de terras “escondem” linhas de fratura no interior dos diferentes grupos sociais que habitam o território rural da região (MONTERO, 2010).

4.1 UM OURIÇO DA CASTANHEIRA, UM CORTE NA SERINGUEIRA: ASSENTAMENTOS AMAZÔNICOS A PARTIR DO AMAZONAS

Parte da vivência em campo e dos diálogos com lideranças locais e moradores mais antigos revelou que os assentamentos Pacιά, São Francisco e Botos não foram criados a partir de organizações sociais como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Sindicatos ou Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). Sua criação não foi planejada ou articulada a partir de fora, nasceu da demanda “espontânea” dos que nada tinham, oriunda da necessidade de organização social local. Em dois dos três casos, as áreas já eram habitadas antes da criação do assentamento e sua constituição trouxe à população residente alguma segurança fundiária.

Ao contrário da área onde são estabelecidos os assentamentos Botos e São Francisco, a área do PA Pacιά não possuía habitantes e o processo de mobilização nasceu da demanda gerada pelo contingente de trabalhadores rurais sem-terra na área de influência do município de Lábrea, e pelo grande número de agricultores que

não possuíam propriedade de terra por serem oriundos de antigos seringais; no PA São Francisco, por sua vez foram os moradores mais antigos que, após se organizarem, passam a demandar da prefeitura de Humaitá e do INCRA sua regularização fundiária; e no PAE Botos, a necessidade da regularização da condição fundiária da população local estava atrelada às relações de poder da região. Os assentamentos estudados levaram em média quatro anos até serem criados formalmente.

Como em 80% dos assentamentos do Estado do Amazonas criados pelo INCRA, existem no espaço geográfico desta pesquisa processos de regularização fundiária, cujas as histórias ao serem contadas pelos próprios moradores, substanciam o sentido da construção de vidas “contornando as margens” (Jonas, PA São Francisco). Assentamentos localizados no Estado do Amazonas revelam um conjunto de características sociopolíticas, culturais e geográficas que expressam cenários que são comuns a toda a Amazônia. Sua extensão territorial abriga uma expressiva diversidade de sujeitos, cenários, cantos e contos, que não pode ser reduzida a uma naturalização da diferenciação dos grupos humanos (PINTO, 2006), pois o que esteve em jogo no afetamento por este campo foi exatamente a complexidade do seu espaço:

não podemos omitir a constatação de que a noção de diferenciação cultural, de sociodiversidade tem sido historicamente apresentada de uma forma oscilante. Em muitos casos as noções correspondentes a essa sociodiversidade se apresentam como se fossem historicamente vazias. Esse tipo de dificuldade se evidencia nas diferentes maneiras de ver e registrar a complexidade da formação cultural da Amazônia Brasileira. [...] a tendência das representações que tem sido construídas em torno da Amazônia Brasileira [...] é a de um nivelamento por baixo, de uma caracterização das sociedades sem respeito às suas particularidades e diferenças, havendo frequentemente a tendência para a sua exotização, ou seja para sua identificação como algo marginal e distante, não apenas geograficamente. (Ibid, p. 224-225).

Nesta ordem, estes sujeitos devem ser mobilizados como agentes histórico ligados diretamente à problematização das formas como a Amazônia é apresentada pelas políticas, governos, mediadores. Os assentamentos rurais, em virtude das vidas que são experienciadas no seu interior e de um conjunto estrutural precário, têm uma população que é subalternizada. Esta é institucionalizada em razão da invisibilidade de sua população frente a grupos de poder locais e nacionais. O debruçar sobre a

subalternidade como uma perspectiva analítica (DAS, 1989) procurou, portanto, desvelar relações de poder que formam diferentes grupos sociais no interior de projetos de assentamento criados na região pelo Estado brasileiro.

As comunidades humanas na região amazônica foram constituídas ao longo de suas estradas de terra e água, no meio de campos e árvores, e sendo a castanheira e a seringueira árvores típicas da região, são mobilizadoras de costumes e modos de produção. Essas duas gigantes compartilham histórias com as populações e estão presentes em toda sua extensão, em sua volta muitas comunidades foram construídas. Não é possível conhecer um castanhal⁴² por somente um ouriço, e nem o seringal⁴³ por um só corte, mas pode-se enxergar neles um pouco de nós, o que nos faz individual e coletivo, como o óleo de copaíba, que mesmo amargo cura a garganta de todos os curumins e cunhantãs⁴⁴.

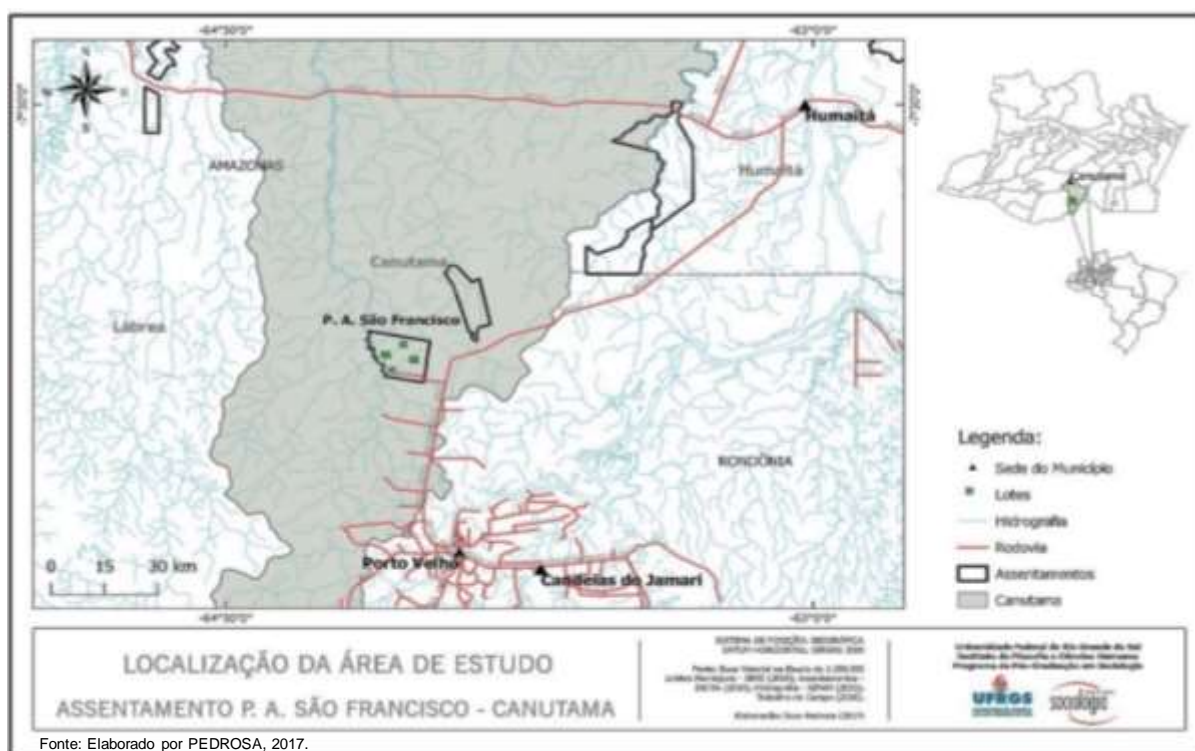
4.1.1 PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO: O CONTORNO DAS MARGENS QUE NASCEM DA “MARCHA PARA O OESTE” PARA O NORTE

⁴²Área onde estão dispersas centenas de castanheiras.

⁴³Área onde estão dispersas centenas de seringas.

⁴⁴Nomeação indígena para definir crianças. Origina da língua Tupi-Guarani.
Fonte: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/curumins/>>.

Figura 6 - Projeto de Assentamento São Francisco



Fonte: Elaborado por PEDROSA, 2017.

Ouvi no ônibus falar de reforma agrária no Amazonas... Que o Governo dava terra, e aquilo me agradou” (Lorival Alves de Souza, 71 anos). O homem que nos permitiu acessar a memória do assentamento São Francisco inicia sua caminhada em 1959, quando aos treze anos de idade, foge da fome no agreste baiano e vai para o Paraná. Vivendo outra forma de exploração, tem sua força de trabalho oprimida por doze anos: “*Quem não tinha terra era muito explorado*” (Lorival, São Francisco). Em plena Ditadura Militar e plena ocupação da Amazônia, em 1974 segue rumo a Vila de Rondônia (hoje cidade de Ji-Paraná/RO). Após conseguir um lote de terra onde trabalhou durante dez anos, no assentamento Riachuelo, já com família constituída, não conseguia acesso a saúde e as condições eram muito precárias. Lorival, assim, passa a posse do lote a outro e migra com família para Porto Velho/RO.

Com alguns membros adoentados, sua esperança era encontrar uma terra para morar, foi quando soube que no Estado do Amazonas havia terra, e terra em “abundância”. O ano de sua chegada na região conhecida como comunidade São Francisco, hoje assentamento, foi 1984: “Estava em Porto Velho há uns dias, aí me disseram que do outro lado, no estado do Amazonas, tinha terra disponível para

trabalhar. Juntei mais uns amigos e viemos para cá. Chegando na estrada (Figura 07) entramos em três na mata por uma “picadinha”, e chegamos nesta região mesmo”.

Figura 7 - Imagens da Rodovia 319 (Porto Velho/Humaitá), via de acesso de migrantes a partir da década de 1970



Fonte: <<http://idd.org.br/acervo/onibus-rondonia-que-fazia-o-trajeto-humaita-porto-velho-pela-br-319/>>.

Desde sua saída da Bahia, passaram-se vinte e cinco anos até Lorival encontrar o que tanto buscava. Não foi uma chegada fácil, o lugar era de difícil acesso, eram vários quilômetros da Rodovia 319 (Manaus/Porto Velho) até onde montou seu sítio. A mudança, sempre feita a pé, com os pertences acima da cabeça e com água pela cintura. Um trecho de até vinte quilômetros poderia durar um dia.

A área era cortada por igarapés, e a mata ainda se encontrava fechada. Os moradores que já habitavam a região lhe asseguraram que a terra era pública e que ele podia “pegar uma”: “Terra tem para trabalhar, só não há mais seringa!” (Lorival, São Francisco). Junto e depois de Lorival chegaram outros, fossem do Norte, do Nordeste, do Sul ou do Centro-Oeste, todos fugiam da mesma situação, a miséria. As trajetórias se alteravam, mas a maioria dos assentados do PA São Francisco vinham em busca do mesmo: ter a propriedade da terra. Geralmente o assentamento não foi a primeira etapa do processo de migração. Em 62% dos questionários socioeconômicos verificou-se que os entrevistados já haviam residido em um ou dois

Estados diferentes. Mas a porta de entrada para a Amazônia de todos foi o estado de Rondônia. Nestes casos, os “farelos de pães” foram jogados pelas rodovias que ligam a Amazônia ao Brasil, por elas chegaram e ao seu redor se estabeleceram.

As iniciativas de mobilizações coletivas dos agricultores/extrativistas criam a primeira associação de moradores da comunidade São Francisco em 1989, esta é fundada com o objetivo principal de alcançar junto à prefeitura de Humaitá/AM a posse de suas terras e a abertura de estradas. Para isto, a associação mobilizou o prefeito da cidade de Humaitá, que acionou a Unidade Avançada -U.A. do INCRA na cidade: “Juntei os companheiros da minha comunidade, da qual eu era o presidente, e convidamos o prefeito de Humaitá a vir na BR (Rodovia 319), pois aqui não era possível eles entrarem para uma reunião. Junto ele trouxe o executor do INCRA em Humaitá. Fizemos nossas reivindicações junto com o povo da BR. Eles fizeram o processo e mandaram para Brasília, e esse processo ficou engavetado durante quatro anos em Brasília”. Apesar da área pertencer ao município de Canutama/AM todo o processo se deu pela U.A. de Humaitá/AM.

Documentos obtidos junto à gerencia do INCRA informam que a partir de 1992, há uma série de ofícios que são enviados pela prefeitura de Humaitá ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária⁴⁵ e a deputados federais com o intuito de conseguir recursos financeiros para o projeto intitulado “Recuperação de 16,5 quilômetros de vicinais”. Este pedido referia-se a drenagem de bueiros, limpeza de área, terraplanagem e construção de pontes em partes das vicinais da Comunidade de São Francisco, o que atenderia a aproximadamente cento e vinte cinco famílias residentes na área. De posse desta demanda, a Diretoria de Assentamentos do INCRA responde ao prefeito de Humaitá que concorda com seu pleito, mas que como a área em questão não fazia parte de nenhum projeto de assentamento a alternativa seria criar no local um assentamento. Desta forma, a população residente teria “acesso não somente a vicinais, mas a todos os benefícios que envolvem a constituição de um assentamento rural implantado pelo INCRA”; e o órgão os atenderia com recursos do Programa da Terra⁴⁶, que objetivava criar cinquenta mil assentamentos naquele

⁴⁵ Fernando Collor (1990-1992); Governo Itamar Franco (1992-1995).

⁴⁶ Programa de Reforma Agrária do Governo Fernando Collor (1990-1992) que objetivava “assentar, naquele ano, 50 mil famílias; desapropriar 2,9 milhões de hectares de terras – dos quais 735 mil já estavam disponíveis; destinar, através do PROCERA, 114 bilhões de cruzeiros para os assentados 18 antigos; emancipar dez mil famílias assentadas; destinar 30 bilhões do Banco do Brasil para crédito

governo. Como a comunidade São Francisco fazia parte de uma Gleba⁴⁷ que já havia sido arrecadada em nome da União, o processo, após ser enviado à Superintendência do INCRA no Amazonas, correu sem grandes problemas.

No intervalo de tempo entre a primeira reunião dos moradores com o prefeito de Humaitá e o executor do INCRA, cada novo morador ao chegar era orientado a ir ao órgão para comunicar que estava morando na área, “a fim de ser reconhecido”. Em 1994, os moradores foram comunicados de que o projeto havia sido aprovado, e no ano seguinte (dois anos após sua criação) têm início as primeiras obras de abertura de vicinais. A “linha 1”, que foi a base para a abertura das demais, foi desbravada pelos próprios moradores e ligava a rodovia ao igarapé Mucuím (fundos do assentamento). Houve vários acertos de acordo com relatos, entre os agentes do INCRA e os antigos moradores, principalmente no que concerne ao tamanho dos lotes a que eles teriam direito. A casa de Lorival serviu como base para os trabalhos do órgão durante quase cinco anos: “Eu sempre pensava em dias melhores, uma estrada, uma energia, um sei lá o quê. Aquela esperança toda”.

Em 1997 já haviam sido demarcados duzentos e noventa e oito lotes, e assentadas duzentas e quatro famílias distribuídas pelas vicinais Colombo, Mucuím, Jaci e São Francisco. Quanto às estradas, foram abertas somente dezoito quilômetros de vicinais terraplanados, ainda faltando mais sessenta e oito quilômetros. Após quatro anos de criação ainda eram previstas, de acordo com o projeto de implantação do INCRA, as seguintes estruturas a serem fornecidas pelo órgão, Governo do Amazonas e prefeitura de Canutama: três escolas, dois postos de saúde, dois centros comunitários, dois armazéns e dois quilômetros de rede elétrica e hidráulica. Existem vicinais que até hoje não foram terraplanadas (linhas 1 e 4), onde nem o ônibus escolar consegue ter acesso. Nestes locais não foi possível a instalação de postes, dessa forma não há energia elétrica e o resultado é que a maioria dos que foram instalados nestas vicinais evadiram-se do assentamento ou estão residindo em outras

fundiário a pequenos agricultores; dar assistência técnica às famílias assentadas; descentralizar a reforma agrária, envolvendo estados, municípios e entidades privadas, etc. Todavia, com o impeachment de Collor esse programa acabou não culminando” (COCA; FERNANDES, 2008, p. 17. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/relatorio_estevan.pdf>).

⁴⁷“Porção de terra que não tenha sido submetida a parcelamento sob a égide da Lei nº 6.766/79, o que equivale dizer que estaremos diante de uma gleba se a porção de terra jamais foi loteada ou desmembrada sob a vigência da nova Lei” (SCAVONE JÚNIOR, 2014). A comunidade São Francisco pertencia à Gleba C-1, localizada no município de Canutama.

vicinais. Até 2017, não havia posto de saúde ou segurança instalado e as duas únicas escolas somente foram criadas em 2004.

4.1.2 PROJETO DE ASSENTAMENTO PACIÁ: O CONTORNO DAS MARGENS QUE NASCEM NOS SERINGAIS DA REGIÃO DO PURUS

Figura 8 - Projeto de Assentamento Paciá



Fonte: Elaborado por PEDROSA, 2017.

O percurso pela Rodovia BR 230, saindo da cidade de Humaitá com destino ao município de Lábrea realiza uma volta ao passado, um retorno à construção da rodovia. Não há asfalto, a compactação do solo é frágil, durante o inverno amazônico seu tráfego é quase impossível, deixando milhares de pessoas em situação de isolamento, seja a população que reside no entorno da rodovia, seja as que residem na área urbana de Lábrea (Figura). De Humaitá/AM a Lábrea/AM são 190 quilômetros, em condições ideais esta viagem levaria no máximo duas horas e meia. No entanto, a situação criada ainda na década de setenta do século passado não permite que trafegabilidade seja feita em situações ideais. No mundo real do sul do Amazonas,

nos primeiros cinco meses do ano, o trajeto da cidade de Humaitá até a sede do município de Lábrea acontece em pelo menos cinco horas se não ocorrer chuvas durante a viagem.

Figura 9 - Trechos da rodovia Transamazônica na década de 1970 e em 2016



Fontes: <<http://pre.univesp.br/transamazonica#.WjKf11WnFdg>>; NOGUEIRA, 2016.

Suas pontes ainda são feitas de madeiras, as chamadas pinguelas, construídas em cima de igarapés ou córregos, que no período do inverno amazônico podem transbordar e não permitir o tráfego de qualquer tipo de veículo. Os diversos bueiros que atravessam a rodovia são um obstáculo à parte: com o intenso movimento que ocorre em todas as épocas do ano, sofrem com o peso de caminhões e ônibus. Os bueiros são tubos de água em concreto instalados para que os córregos que atravessam a rodovia possam continuar seu percurso sem afetar diretamente sua estrutura, o que na maioria das vezes não ocorre. O uso de balsa é outra característica desta rodovia. Hoje há somente uma, sobre o rio Açuã. Até três anos atrás era a força humana que traçava a travessia da balsa.

Poucas são as grandes fazendas existentes ao longo da estrada, o que mais se vê são casas muito simples de madeira ou taipa, cobertas de zinco ou palha, em

um cenário que apresenta à primeira vista um desolamento e um desconforto moral – onde a miséria parece estar estampada, formando uma paisagem em que o abandono social é o protagonista.

Diante destas condições, a entrada do ramal principal do assentamento Pacιά (Figura 10) não seria diferente. São centenas de pessoas que diariamente são transportadas até o quilômetro vinte e um da Rodovia 230 e que acessam suas casas em meio à lama e poças d'água. Para os assentados que não possuem nenhum meio de transporte, esta é uma prática contínua e regular, seja para ir à cidade em busca de assistência médica, para a venda de sua produção ou a compra no comércio. Há lotes em que a distância entre a entrada do assentamento a partir da rodovia Transamazônica ou “boca do ramal”, como é popularmente chamada, é de doze quilômetros.

Figura 10 - Acesso ao assentamento Pacιά durante o verão amazônico



Fonte: NOGUEIRA, 2016/2017.

Não há idade para a prática regular do caminhar, são homens e mulheres jovens, velhos, adultos e crianças. Grande parte destes caminhantes saem da área urbana de Lábrea sem água e sem terem se alimentado. A história do assentamento

Paciá nos é contada por um uníssono de vozes que trazem memórias do antes e do depois, misturando a contagem do tempo, porque certas compreensões presentes não fazem sentido sem o passado que não está tão distante.

Os Dados levantados apontam que aproximadamente 80% dos moradores do PA Paciá são originários de seringais, tendo suas vidas compreendidas a partir do momento em que decidem sair dos antigos seringais em que moravam desde crianças. Nestes espaços, os trabalhadores são conhecidos como fregueses e os donos dos seringais (ou outra área) são chamados de patrões, e assim as relações sociais vão estruturando a vida. Este vínculo social esteve presente desde o primeiro ciclo da borracha e pautou a vida de migrantes e populações locais que sobreviveram da extração do látex da seringa por quase um século. Mas o declínio do comércio do látex e a falência econômica de grande parte dos donos de seringais (patrão) não foram o suficiente para romper com o nexos exploratório, uma vez que os fregueses continuaram despossuídos e vivendo sob “favores” econômicos e políticos destes senhores.

Maria José tem quarenta e cinco anos, nasceu no seringal Bom Jesus localizado à margem do rio Purus, vive no assentamento com o marido desde 2000, quando os cadastrados pelo INCRA, mesmo sem autorização do órgão, resolvem entrar e tomar posse do projeto. É mãe de sete filhos, mas todos estudaram e moram na cidade por não confiar na educação oferecida pela escola no assentamento. Maria José é bisneta de indígenas da etnia Apurinã.

Para Maria José, quem se cadastrou e passou a residir no assentamento o fez devido às dificuldades de acesso a bens e alimentos quando moravam nas colocações⁴⁸ que ficavam nas áreas de várzea, alagáveis durante a cheia dos rios. Na sua experiência de vida, o isolamento nestas áreas e a manutenção de relações de exploração transformavam a vida desta população em um estado de completo abandono. Os chamados regatões⁴⁹, por exemplo, apareciam de mês em mês: “Durante a estiagem⁵⁰ as coisas eram bem mais difíceis”. Além de não serem

⁴⁸Área onde eram instaladas as casas dos seringueiros e onde o látex era processado. Com o fim do regime dos patrões, muitas colocações passaram a ser chamadas de comunidade. Um mesmo seringal poderia ser constituído de várias colocações.

⁴⁹Como eram chamados os comerciantes, que por meio de pequenas embarcações vendiam mercadorias às populações ribeirinhas a preços muito acima do comércio da cidade.

⁵⁰Período que se caracteriza pela ausência de chuvas e vazante dos rios.

proprietários do lugar onde produziam suas vidas, ainda tinham que se submeter às condições geográficas e políticas. A fuga da enchente e da estiagem, a insegurança fundiária, bem como as incertezas foram os motivos para que estes antigos fregueses se tornassem assentados da reforma agrária, conclui Maria José, com uma clareza didática. Grande parte dos moradores do assentamento são oriundo dos rios Querequeté, Ituxi, Punicici e Intimarim, onde estão a maior parte dos castanhais de Lábrea e onde existiam grandes seringais.

Nascido às margens do Rio Purus e com cinquenta e sete anos, Antônio Paulino trabalhou a vida inteira cortando seringa, fosse na Cachoeira dos Ares ou na comunidade de Ituxi, sua última moradia antes de ir para o assentamento. Sua memória é muito importante para compreender como se deu a constituição do Pacιά, uma vez que não havia habitantes na terra onde é hoje o assentamento. De acordo com ele, vários moradores saíram de comunidades que sofreram alguma alteração quanto à sua organização administrativa, foram transformadas em unidades de conservação ou terra indígena, e em sua opinião a criação do assentamento Pacιά acabou sendo influenciada por estes episódios. O cadastramento dos beneficiários teve início em 1997 e contou com forte participação da Prelazia de Lábrea por meio da Pastoral da Terra, tanto para divulgar e mobilizar, quanto para fazer um pré-cadastro dos interessados, dando-lhes as orientações necessárias e encaminhando-os ao escritório do INCRA em Lábrea.

Com a demora na tramitação do projeto as 150 famílias que haviam sido cadastradas organizaram-se em 1998, realizando diversas reuniões que objetivavam esclarecer dúvidas e também pressionar o INCRA na agilização da criação do assentamento. Desta forma, em 1999 é fundada a associação dos assentados do PA Pacιά, e neste mesmo ano é homologada a criação do assentamento, mas não havia autorização para que os cadastrados pudessem ocupá-lo.

No ano 2000, os assentados decidiram ocupar seus lotes, mesmo sabendo que o assentamento não estava estruturado. O INCRA não havia aberto as vicinais e nem os ramais. Os lotes estavam demarcados, mas tudo ainda estava dentro do mato. Aquela era uma decisão que precisavam tomar, haja vista que se eles não tivessem insistido, “metido a cara”, as coisas teriam demorado muito. Para uma parcela da população que vivia no que era “dos outros”, como é o caso da maioria dos assentados do Pacιά, tomar posse do assentamento era urgente.

Enquanto no tempo governamental as coisas caminhavam mais lentamente, os sem-terra do Purus tinham pressa, seu tempo era outro. Assim, saíram da área urbana de Lábrea na madrugada de um dia, alguns empurrando uma carro-de-mão com o “rancho” dentro e os filhos nos braços, caminhando pela rodovia Transamazônica durante mais de seis horas até chegarem à “boca do ramal” e se depararem com lama, floresta e água. E de lanterna em punho embrenhando-se na mata, foram abrindo picadas com o teçado e com a fé, nos conta Antônio Paulino.

Antônio Sampaio, de cinquenta e um anos, nasceu no rio Ituxi, afluente do Purus, numa localidade chamada Siriquiqui. Seus pais nasceram no Amazonas, mas seus avós eram nordestinos. Ainda criança mudou-se para um outro seringal chamado Miriu: “A partir daí minha vida foi de igarapé em igarapé, no verão cortando seringa e no inverno cortando sorva”. Foi alfabetizado aos doze anos por meio do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)⁵¹ e aos dezessete, sem constituir família, ganhava a vida trabalhando nas fazendas localizadas nos arredores da área urbana de Lábrea, cortando seringa e lidando na agricultura. Casando-se na década de 1990. Antônio Sampaio é um homem simples e de fala mansa, que faz parte da diretoria da associação desde sua criação, sendo um dos assentados mais atuantes.

“No assentamento tudo deu errado, uma vez que nada do que foi prometido nas reuniões foi realizado”, afirma Antônio Sampaio. A energia demorou a chegar, somente em 2006 os primeiros postes foram instalados, mas não atenderam a todas as vicinais; a primeira escola foi fundada em 2003 e hoje funciona precariamente com salas multisseriadas; a instalação dos poços artesianos em 2002 não atendeu às exigências do projeto, que era de uma profundidade de cento e vinte metros, o que acarretou na perfuração de poços de no máximo vinte e cinco metros, que fornecem água imprópria aos assentados por possuir uma quantidade significativa de ferro⁵² (Figura 11); as casas construídas em 2002 custaram cerca de R\$ 2.500,00 e possuem o mesmo padrão (dois quartos, sala, cozinha) sem banheiro e com cobertura de zinco, tendo o pé-direito das casas no máximo dois metros e trinta de altura, o que durante

⁵¹Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado em forma de fundação com duração indeterminada, tendo sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Instituído pelo Decreto nº 62.455/1968, foi autorizado pela Lei nº 5.379/1967.

⁵²O trabalho de dissertação “Acesso a água e qualidade de vida no assentamento rural Pacia (Lábrea/Amazonas)” defendido no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, no ano de 2017, da Universidade Federal do Amazonas, faz um estudo sobre a qualidade da água dos poços semi-artesianos e seus impactos na vida dos assentados.

o verão amazônico, período de pouca chuva, torna quase insuportável a permanência dentro delas (junho a novembro).

Figura 11 - Característica da água utilizada para o consumo no assentamento Pacιά



Fonte: NUPEAS, 2017.

Se nos primeiros anos como assentado, Antônio Paulino carregava sua produção de macaxeira nas costas por aproximadamente vinte quilômetros, passados dezoitos anos a situação pouco se alterou, e a precariedade das estradas e vicinais continua a ser o pior problema enfrentado cotidianamente pelos assentados, mesmo para aqueles que obtiveram bens como veículos (carros e motos), pois durante o período de chuvas (dezembro-maio) os que permanecem no assentamento ficam praticamente isolados, sendo atendidos por um girico⁵³ (Figura 12) particular que transporta os que podem pagar até a sede do município.

⁵³Pequeno rebocador atrelado a um trator.

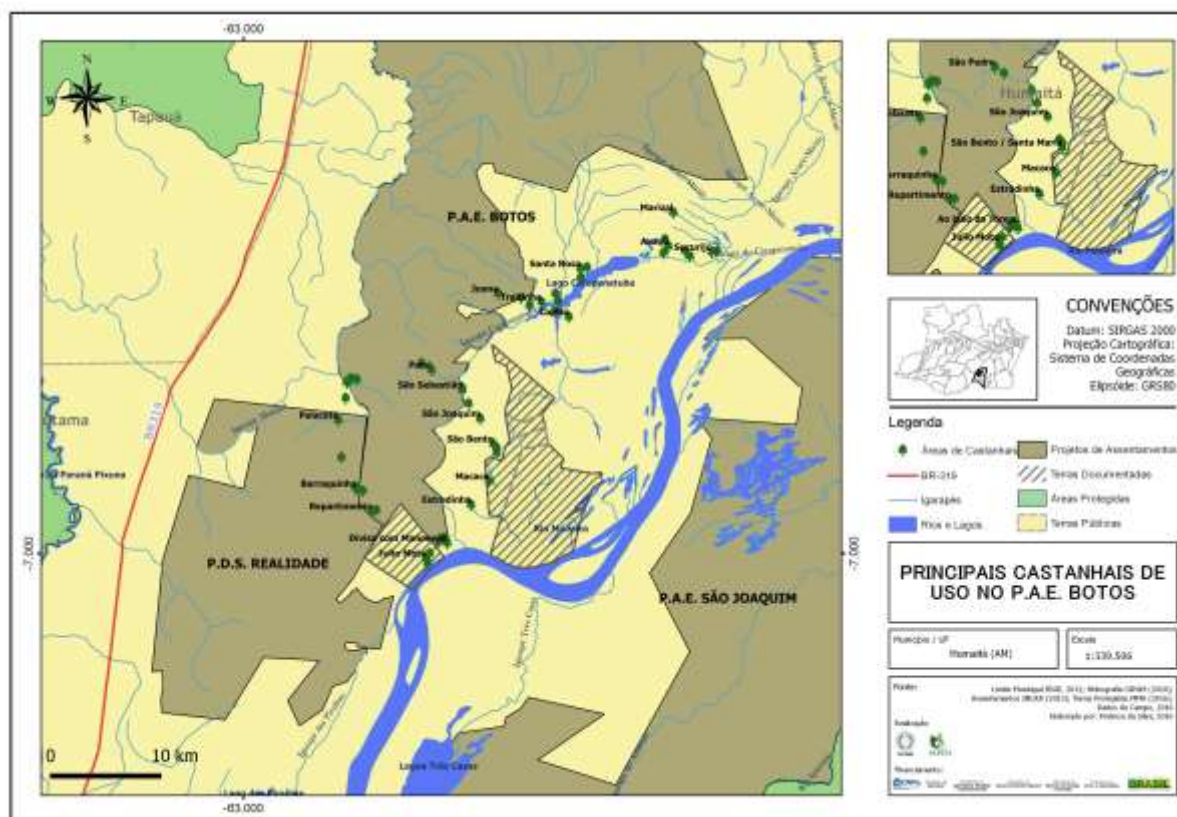
Figura 12 - Meio de transporte utilizado durante todo o ano, porém mais requisitado durante o verão amazônico no assentamento Paciaá



Fonte: NOGUEIRA, 2016/2017.

4.1.3 PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA BOTOS: O CONTORNO DAS MARGENS QUE NASCEM COM A RUPTURA DAS ESTRUTURAS DE PODER

Figura 13 - Projeto de Assentamento Agroextrativista Botos



Fonte: Elaborado por PEDROSA, 2017.

Às margens dos rios amazônicos, milhares de pessoas vivem secularmente em espaços onde lhes foi privado o direito à propriedade da terra e todos os bens que esta pode gerar, chamados ribeirinhos, populações tradicionais, caboclos. Sob relações de poder baseadas na servidão e até escravidão, o “bom coração” de alguns homens foram deixando que famílias se agrupassem em “suas propriedades” e como moeda de troca trabalhariam na coleta do que julgavam “seus recursos naturais”, em especial a seringa, a castanha e a sorva⁵⁴. Neste contexto localizamos o Assentamento Agroextrativista Botos, que se derrama “quase” às margens do rio Madeira, na cidade de Humaitá. O “quase” é uma característica comum dos assentamentos aqui estudados, nenhum está a margem de nada. As terras que lhes fazem frente, apesar de públicas, não foram inseridas em seus perímetros, localizando

⁵⁴Espécie conhecida como kumã uaçu ou sorva grande, produz uma espécie de leite semelhante ao produzido pela seringueira, é também utilizado na produção da goma de marcar.

sua população sempre a quilômetros dos principais acessos, sejam terrestres ou fluviais.

A história do PAE Botos tem início em 1982, quando o INCRA arrecada como terra devoluta e incorpora ao patrimônio da União cento e vinte e cinco mil cento e quarenta hectares, a gleba Acarazinho por meio da Portaria/DF nº. 207/1982. As razões que tornam este fato parte da história do assentamento, doze anos depois, ligam-se à possibilidade jurídica de as populações ali residentes passarem a deter segurança fundiária. O assentamento possui mais de doze comunidades, sem contar as dezenas de castanhais que são conhecidos por nomes de localidades (castanhal Palacete, castanhal Barraquinha, castanhal Repartição, castanhal Paiol, castanhal São Joaquim, etc). A castanha do Brasil é a principal fonte de renda extrativista nesta área, e assim como liberta, aprisiona, e sua relação com a vida neste assentamento está sempre permeada nas histórias de Pedro Onofre e Marilena Gomes Pantoja, duas importantes lideranças nos Botos.

Pedro Onofre Mota (Figura 14) – presidente da associação dos trabalhadores do PAE Botos – de cinquenta e sete anos, nasceu na comunidade chamada Bela Vista, localizada no entorno do assentamento e Marilena Pantoja, de quarenta e dois anos, na comunidade Vista Alegre, na outra margem do Madeira. Ambos são filhos das águas barrentas deste rio, viveram todas as suas vidas do que a floresta poderia lhes oferecer e do que suas forças conseguiam plantar. Por meio de conversas, reuniões, desabafos e denúncias foi possível compreender que a dinâmica da vida no PAE Botos está ligada a tensões, conflitos e medos que não foram sanados com a criação do assentamento. O vínculo de confiança com estas pessoas foi construído por sete anos, e entre vários sussurros de medo não foi possível não sermos afetados por suas dores.

Figura 14 - Pedro Onofre em reunião sobre o fortalecimento da associação do assentamento Botos



Fonte: NOGUEIRA, 2013.

Em mais de um século, a coleta da castanha no assentamento Botos foi explorada por famílias tradicionais do município de Humaitá, que submetiam as populações extrativistas à condição de fregueses, mantendo com elas uma relação de servidão (Patrão-Freguês). Uma vez que estas famílias se diziam donas das terras, a população acreditava viver de favor, e como pagamento coletavam a castanha e o látex da seringa. Até meados de 2002 a terra, hoje conhecida como assentamento Botos, era requerida por três famílias, e grande parte da população residente trabalhava para elas.

A dinâmica do trabalho girava em torno de morar nas chamadas colocações, que eram formadas por povoados de até cinco famílias onde os fregueses tinham a permissão de morar; estas coletavam castanha no inverno amazônico e no verão

amazônico, látex da borracha. A entrega dos produtos era realizada nos barracões⁵⁵ onde se concentravam as mercadorias que os donos das terras vendiam aos extrativistas, e onde também era realizada a “compra” dos produtos que eram coletados. Quem pagava a conta, entregando a castanha ou borracha que coletou no barracão no final da semana, tinha direito a levar a mercadoria. No entanto, aquele que não pagava tinha que voltar ao Centro⁵⁶ e cobrir o débito, para poder “comprar” mercadorias. O regime de trabalho não era o de dividir o que coletavam com o patrão, era repassar tudo o que coletavam a eles, e mesmo assim ainda ficarem em débito: “Ninguém nunca via dinheiro”, afirmava Marilena.

Os castanhais e seringais são geralmente afastados das margens dos rios e as pessoas não formam comunidades neles, por isso a importância das Colocações como espaços estratégicos de agrupamentos que possibilitavam uma maior proximidade com as áreas de coleta (as que não foram abandonadas transformaram-se em comunidades). Dependendo da distância dos castanhais ou seringais, durante o período da coleta as famílias se mudavam para lá, e ali pousavam por até trinta dias, retornando quando julgavam ter concluído os trabalhos. A seringa perdeu seu valor econômico com o tempo, mas a castanha continuou a ser o ouro branco, e por ela se degrada pessoas.

A vida no PAE Botos é regida pela descida e subida das águas, e seus três mais importantes igarapés (Botos, Carapanatuba e Pirapitinga) são alimentados pelo rio Madeira, que durante a cheia transborda suas águas e os enche de vida. Neste período (dezembro-abril), tudo no assentamento é feito por meio de canoas e rabetas⁵⁷ (Figura 15) e as distâncias tornam-se menores. Num regime cosmologicamente pensado, as castanheiras choram seus ouriços no mesmo regime das chuvas das nascentes do rio Madeira localizadas na Bolívia, assim as águas do rio Beni, na Bolívia, ao se encontrarem com o rio Mamoré/RO, dão luz a uma nova vida, ao rio Madeira, que no vigor de sua fúria traz em seu leito barrancos e árvores.

⁵⁵ “Propriedade máxima para o entendimento da organização do seringal, pois era em torno dele (do barracão) que tudo acontecia. O barracão localizava-se estrategicamente à margem dos rios para facilitar o escoamento e a fiscalização no combate ao desvio de produção” (Marcelo Souza Pereira, 2012, p. 240).

⁵⁶ É como os extrativistas no PAE Botos denominam o lugar na área do castanhal onde montam as barracas e guardam os ouriços que são coletados, quebrados e as castanhas ensacadas, geralmente ficam próximos aos igarapés para facilitar o escoamento.

⁵⁷ Como os ribeirinhos chamam as canoas que contam com a ajuda de um motor de polpa para sua locomoção.

Figura 15 - Rabeta, meio de transporte comum para as populações do assentamento, auxilia na locomoção interna, no período da cheia, e externa para navegar no rio Madeira no assentamento Botos



Fonte: PAES, 2016.

Durante o verão amazônico, período caracterizado por poucas chuvas e vazante dos rios, os extrativistas dedicam-se mais intensamente à agricultura da mandioca, melancia, banana, hortaliças, verduras; em um aproveitamento completo do ciclo da vida ocasionado pela baixa dos rios e igarapés, que contribui para adubação natural de suas margens, das pequenas ilhas e praias que se formam ao longo dos rios. A coleta se torna mais escassa, principalmente pelas distâncias terrestres que são formadas, pois os grandes igarapés se transformam em largos ramais de terra, por onde as águas corriam o tráfego se dá a pé, por meio de moto ou bicicleta (Figura 16). Nos últimos anos, se intensificou neste período a extração de ouro no leito do rio Madeira, que é feita por grandes empresários e a população extrativista que busca fontes de renda alternativa à coleta da castanha.

Figura 16 - Áreas que durante a cheia são inundadas, formando lago e igarapé no assentamento Botos



Fonte: RODRIGUES, 2016.

Na comunidade de Muanense ainda residem diversos assentados que utilizam da área do assentamento somente para coleta de produtos não madeireiros, por ainda aguardarem o fomento habitação. Pedro Onofre sempre viveu nesta região, assim como seus pais e avós. De geração em geração, o extrativismo foi a forma de pagamento pela terra em que viviam. Mas essa condição começa a se modificar em 1997, quando organizados em associação, brota no Grupo de Jovens da comunidade a ideia de conseguir a regularização fundiária das pessoas que moravam naquela região. Quando em 1999, Pedro Onofre é eleito presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Muanense, uma das demandas era atender ao sonho: “Rapaz eu quero fazer uma roça, mas eu não tenho uma terra para mim trabalhar” (Pedro Onofre). Neste período a maioria dos extrativistas (que hoje são assentados), apesar de trabalharem, não moravam efetivamente onde foi instalado o assentamento, mas à sua margem pela facilidade de acesso ao rio Madeira.

Em março de 2001, a associação protocola documento de próprio punho na gerência do INCRA, em Humaitá, onde solicita que o órgão “Conceda o direito a requerer uma área que encontra-se sob o domínio da União localizada à margem

esquerda do rio Madeira... Na referida área aguardamos a criação de assentamento para atender aproximadamente cem famílias radicadas próximo a área⁵⁸. Orientados pelo presidente da câmara de vereadores e alguns funcionários do INCRA, tem início a peleja institucional pela concessão real da terra onde já viviam há gerações. Com o intuito de embasar a solicitação, a associação elabora um prévio relatório geral da comunidade que continha os nomes dos extrativistas interessados e dados socioeconômicos.

No intervalo de tempo entre a solicitação e seu atendimento correram três anos, e em 2003 o INCRA realiza duas viagens à região a fim de conhecer os extrativistas, apresentar a proposta de criação de um projeto ambientalmente diferenciado de assentamento (PAE), cadastrar as famílias a serem beneficiadas e realizar diagnóstico da área. Em abril de 2004, com um barco ancorado no porto da comunidade Muanense e transmissão ao vivo por satélite direto de Manaus, o presidente Luiz Lula Inácio assina a Portaria de Criação do PAE Botos na presença dos hoje assentados. No mês seguinte, técnicos do INCRA vão novamente à região realizar a legitimação dos candidatos inscritos, confirmar que o assentamento será realmente um PAE e apresentar como funcionará o processo de instalação e repasse de fomento.

Passada a euforia e contentamento, desde sua criação, estes trezes anos trazem histórias de conflito, abandono, intimidação: “A gente se sente, por um lado muito feliz no assentamento. Eu da minha parte me sinto assim, não muito feliz por que a gente tem aqueles problemas que a gente conheceu no meio de todo esse ano. Eu já fui preso aqui, dentro da minha terra. Já tomaram castanha dos nossos companheiros, já meteram polícia, bateram nos nossos companheiros por causa de assentamento, mas a gente vem com nosso Pai que está lá no céu e nós vamos passando e encontrando a nossa bênção” (Pedro Onofre). Se antes da criação os extrativistas submetiam-se a uma relação de poder servil, a regularização fundiária possibilitou a eles poderem externar publicamente suas demandas, mas não rompeu de imediato com as relações de poder.

⁵⁸Fragmento da Ata da reunião dos moradores do atual assentamento Botos, que foi protocolada na Unidade Avançada de Humaitá em dezembro de 2000.

As três famílias que durante quase um século se intitulavam proprietárias de áreas da gleba Acarazinho, com a definição do perímetro do assentamento e não havendo documentos probatórios da propriedade das terras que requeriam, acabaram tornando-se “vizinhos” do assentamento, uma vez que o perímetro contornou as áreas de particulares onde foi comprovada a propriedade. No entanto, estas famílias continuaram tentando manter seu poder local, por não aceitarem a delimitação realizada pelo INCRA, principalmente em decorrência de os castanhais mais produtivos localizarem-se no perímetro do assentamento, achando-se assim injustiçados pelo órgão, por este não ter reconhecido seu direito de posse.

Pedro Onofre relata que menos de ano um após a portaria de criação do assentamento, um dos pretensos donos da terra realizou clandestinamente uma reunião na associação, convocando uma eleição ao qual se tornou o presidente. Seu intuito era ter o controle sobre os valores de créditos, fomento e alimentação, que o INCRA disponibilizaria na conta corrente da associação. Somente acessando a justiça, Pedro Onofre conseguiu ser reintegrado como presidente. Este fato fez com que em 2006, a diretoria sugerisse a necessidade de alterar o nome da associação e seu Estatuto para garantir que somente assentados pudessem ser associados. Aquele foi o primeiro de muitos atos de violência simbólica e física ao qual estão submetidos os moradores do PAE Botos.

Até meados de 2017 ainda não haviam cessado os constrangimentos, ameaças, uso de capital social para intimidar institucionalmente os assentados. Foram ameaças por meio de armas, cruces intimidantes, casas incendiadas, canoas furadas, produções inteiras de castanha apreendidas por meio de invasões das residências durante a madrugada. Fatos documentados e denunciados à polícia, Ministério Público, INCRA/Humaitá, Ouvidoria Agrária pelos assentados, com ajuda da rede de instituições públicas e privadas que os mesmos construíram nos últimos anos. Mas efetivamente, apesar da regularização como dispositivo que possibilitou a construção de uma maior autonomia e “consciência” de seus direitos, todos os anos os conflitos são instalados e o PAE Botos segue também sem acesso a água potável durante a estiagem, sem acesso à energia elétrica, sem escolas e posto de saúde dentro do assentamento.

4.2 A LINHA DA INVISIBILIDADE: COMO O ESTADO CONSTRÓI A CONDIÇÃO SUBALTERNA

A retrospectiva histórica da luta pela terra na Amazônia nos coloca diante de um paradoxo: como no território que foi historicamente narrado como o lugar do vazio demográfico há luta pela terra ou para permanecer nela? Dito anteriormente, a questão agrária no Brasil foi historicamente negligenciada pelo Estado e sua estratégia para encobrir as tensões sociais causadas pelo déficit fundiário foi o de utilizar a Amazônia como o lugar a ser ocupado, mas um ocupar sem atingir os interesses políticos e econômicos dos “grandes projetos nacionais”. Assim, efetivou-se a luta interna na região, onde os espaços que foram construídos pelo Estado mantiveram na condição de excluídas as populações rurais.

Isto significa dizer que a ausência da materialidade para a manutenção digna da vida, como acesso a serviços de saúde, educação e a justiça social nos assentamentos rurais ou assentamentos de papel⁵⁹, constitui-se como mecanismo de solidificação de uma condição subalterna. A política agrária não estabeleceu-se, portanto, nem distributiva e nem compensatória, conservando-se por meio da colonização para a região – com narrativas diferentes – seja através de ações diretas, como a regularização fundiária, ou indiretas, como a contínua migração para a Amazônia, de lugares onde historicamente a questão fundiária ainda não foi resolvida:

A antítese histórica desses ideais políticos e das proposições à favor da reforma agrária de interesse popular foi a persistente proposta das classes dominantes, desde a década de 50 do século passado, de modernização agrícola sem reforma agrária, conforme a compreensão que essas classes possuíam e possuem das funções da agricultura no âmbito do pensamento funcionalista norte-americano, proposta essa que se materializou nas sucessivas modernizações tecnológicas de ampla parcela dos estabelecimentos rurais implantadas de cima para baixo com o apoio irrestrito dos organismos do Estado, desde o fomento agrícola pelo crédito rural massivamente desencadeado a partir de meados da década de sessenta do século passado até as recentes reformas macroeconômicas e políticas neoliberais. (CARVALHO, 2004, p. 115).

⁵⁹ “São os chamados de assentamento de papel, (...) as famílias estão sem acesso à escola, ao sistema de abastecimento de água, à energia e a linhas de crédito rural para iniciar a produção de produtos da agricultura familiar” (Ulisses Manaças, coordenador estadual e integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Abr/2017, fonte: <https://www.sul21.com.br/jornal/mst-critica-incra-por-mercantilizacao-de-terras-da-reforma-agraria/>)

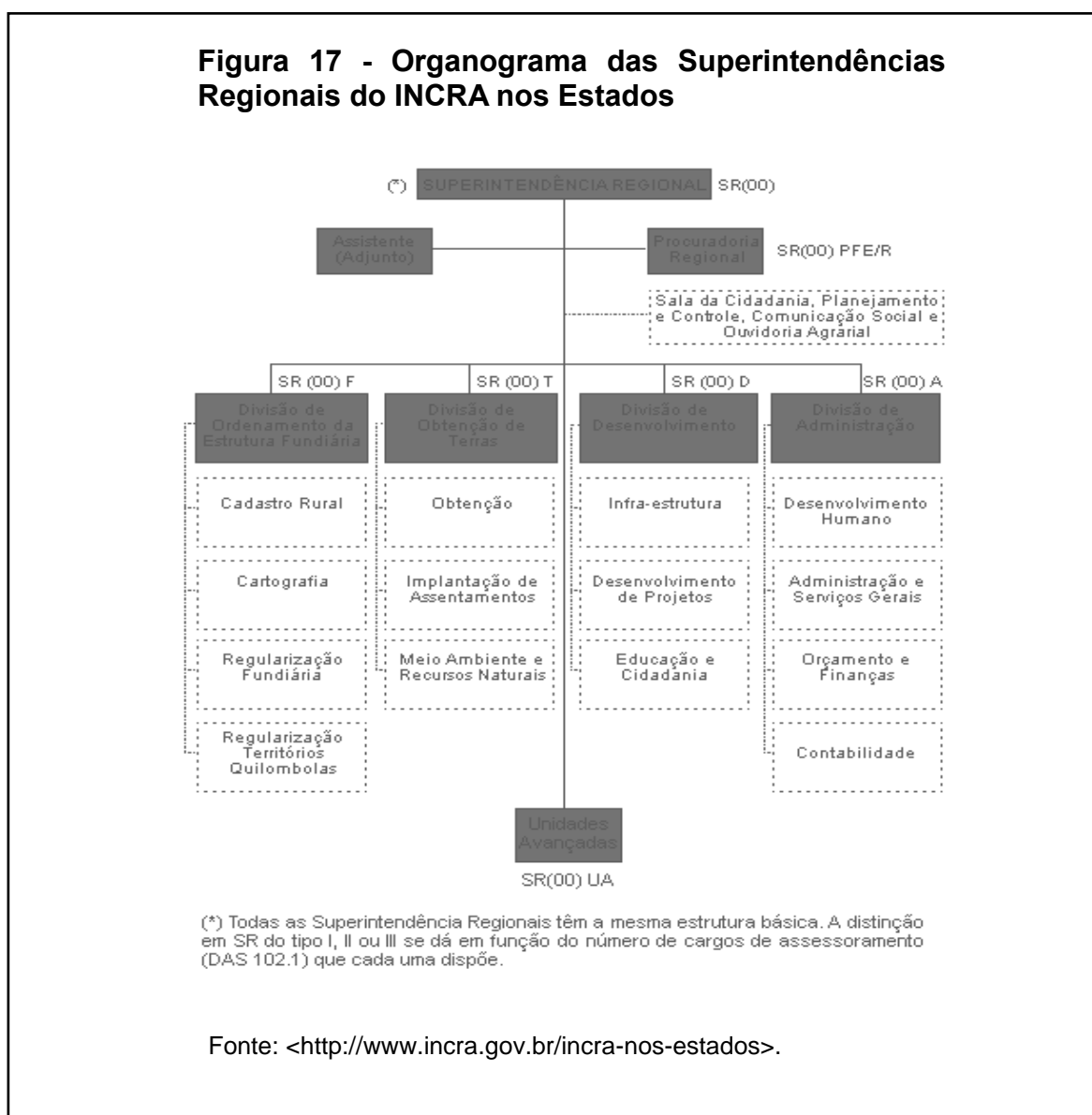
Assim, é importante reforçar as consequências da política regimentada durante a Ditadura Militar que institucionaliza e legitima a concentração fundiária e a espoliação das populações rurais. Durante sua vigência, o alijamento ao direito à terra é regularizado e reforçado por meio de instrumentos jurídicos como Medidas Provisórias e Decretos. Se a gênese da concentração de terra no Brasil data do período colonial, é no século XX que os dispositivos de poder tornariam claros os interesses econômicos maquiados de pressupostos desenvolvimentistas sustentados no século XXI.

A Amazônia como “última fronteira”, “novos territórios, recursos e oportunidades para a elite nacional” (CASTRO; INDIO, 2015, p. 27), é conservada como referencial de colonização, enquanto os povos originários, as populações tradicionais, os assentados da reforma agrária e pequenos posseiros seguem imersos em uma dívida social construída através de regularidades discursivas pautadas na segurança nacional, no progresso e no pretense distencionamento fundiário no resto do país. Mantém-se a reinvenção da Amazônia como vazio demográfico, e como um instrumento neocolonial orquestrado por meio de políticas públicas, programas e ações governamentais, executado por instituições públicas legitimadas pela democracia representativa.

Apesar de corroborarmos com avaliação de Penna e Rosa (2015, p. 58) que reconhece o papel do INCRA como “um dos órgãos mais sensíveis às transformações políticas no Brasil, tanto em termos de suas ações quanto da composição de seus quadros funcionais”, problematizamos que é a manutenção e a não reformulação profunda do INCRA que reforça a tese das reinvenções. E não se trata de culpabilizar a instituição pela contrarreforma agrária realizada no Brasil, mas de pleitear que não seria possível negá-la como dispositivo legal, utilizado pelo Estado brasileiro na manutenção do compromisso com uma política agrícola e agrária elitista, que reforça a desigualdade ao qual os povos do campo, das águas e da floresta são submetidos:

[...] a resistência à democratização da terra não se atém aos interesses estritamente ligados ao latifúndio improdutivo. O latifúndio produtivo – a grande empresa agrícola moderna – também depende de uma estrutura fundiária concentrada, que bloqueia o acesso do homem pobre a terra, e, em consequência, de um regime legal, que assegure a total disponibilidade das terras aos imperativos da exploração do capital agrário. (SAMPAIO, 2012, p. 9-10).

Enquanto autarquia federal responsável pela colonização e reforma agrária, o INCRA, atualmente, tem entre seus programas e suas atuações o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA, o Terra Forte⁶⁰, o Cadastro Rural, a Certificação de Imóvel Rural, que possibilitam o acesso à terra e ações de regularização fundiária⁶¹. Distribuído pelas unidades federativas conta com trinta Superintendências Regionais-SR (Figura 17), que coordenam e executam as políticas e programas federais, a partir de uma diretriz nacional.



⁶⁰“Programa de que visa implantação e/ou modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA, em todo o território nacional” (Fonte: www.incra.gov.br/institucional_abertura).

⁶¹ Fonte: www.incra.gov.br/assentamento

As SRs também são organizadas em Unidades Avançadas – U.A. que são descentralizadas e podem ser transitórias ou permanentes, subordinadas a sua SR, perfazendo um total de quarenta unidades em todo o território nacional⁶². Na região Norte há nove SRs, uma vez que o Estado do Pará é dividido em três superintendências com oito unidades avançadas em decorrência de ser a unidade com o maior número de assentamentos do país.

Como instrumentos legais para obtenção de terras com vias à reforma agrária ou política fundiária, o INCRA dispõe de: 1-desapropriação por interesse social – que deveria se constituir como instrumento central; 2-arrecadação de terras públicas e devolutas; 3-aquisição, que é regulamentada pelo Decreto 433/1992⁶³; 4-regularização fundiária; e 5-crédito fundiário (BRASIL, 2005). Estes instrumentos possuem atualmente um Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial aprovado pela Norma de Execução/INCRA/DT/Nº 52 de 25 de outubro de 2006⁶⁴, que estabelece a obrigatoriedade do planejamento para a obtenção de imóveis rurais, visando a indução de “um novo processo integrado que deverá nortear o desenvolvimento das sociedades rurais. [...] A efetividade e qualidade das ações [...] passam por um bom diagnóstico para a escolha das áreas prioritárias (BRASIL, 2006, p. 15).

Dentre estes instrumentos legais, é a regularização fundiária o mais acionado quando se trata da criação e implementação de assentamentos na Amazônia. No estado do Pará, por exemplo, até 2014 haviam sido criados 377 assentamentos, destes somente sessenta e seis por meio de desapropriação; no Amazonas, dos 144 projetos somente quinze foram por desapropriação. Enquanto isso, até o mesmo ano, a média nacional indicava que mais de 70% dos assentamentos no país haviam sido criados por meio de desapropriação. São 1.348.484 famílias assentadas em todo o país, e destes, mais de 40% estão na região Norte. Por detrás destes números há um cenário que revela que a regularização fundiária, pelos menos na Amazônia, não provocou alterações na estrutura do latifúndio, uma vez que este durante a Ditadura Militar foi beneficiado pelos mesmos mecanismos que os pobres sem-terra. A exceção

⁶² Fonte: www.incra.gov.br/institucional_abertura.

⁶³ Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.

⁶⁴ Aprova o Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial.

é que ao latifúndio foram concedidas as benesses dos incentivos políticos e econômicos, no Pará, por exemplo:

Fortes grupos econômicos do sul do País, para ser mais preciso de São Paulo, em sua maioria, que haviam adquirido do governo do Estado anterior ao da Revolução de 1964 os títulos de enormes extensões de terras, se sentiram atraídos pelas excelentes ofertas e facilidades proporcionadas pelos incentivos fiscais e para aqui se deslocaram investindo maciçamente grandes somas de capital, no setor agropastoril. (IANNI, 1978, p. 99).

Metodologicamente, o INCRA possui um cronograma de implantação de suas ações (Figura 18), que devem iniciar após a conclusão da fase de criação de um projeto de assentamento, com previsão de execução em três anos, divididas em quatro eixos. Os eixos são ações estruturantes que objetivam atender às demandas iniciais dando suporte à infraestrutura básica e de produção. Durante sua implantação⁶⁵, após divisão dos lotes, construção das casas, abertura de ramais e instalação das famílias, dever-se-ia pagar os créditos de instalação, que consistem para a Amazônia em 1- apoio inicial à “aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos”, 2- fomento para “viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional [...]”, 3- fomento à mulher relativo a “implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote”⁶⁶, além de instalar rede elétrica e de abastecimento de água, auxiliar a prestação de ATER, bem como construir e implementar junto com os assentados o Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA⁶⁷ durante a fase de implantação.

⁶⁵Esta fase possui uma norma de execução, de nº. 02/2001 que dispõe sobre a regulamentação para a fase de implantação de um projeto de assentamento. Diário Oficial nº. 65 de 03/04/2001.

⁶⁶Decreto nº 9.066/2017: Regulamenta o inciso V do **caput** do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária.

⁶⁷Regulado pela Norma de Execução, de nº. 02/2001 é o documento que definirá a organização interna do espaço do assentamento, as atividades produtivas a serem desenvolvidas, as ações de recuperação e preservação ambiental, bem como a infraestrutura básica. Será executado por consultoria contratada pelo INCRA em conjunto com os assentados. Fonte: www.incra.gov.br/oqueepda.

Figura 18 - Cronograma de implantação das ações nos projetos de assentamento



Fonte: <http://www.incra.gov.br/infraestrutura_assentamentos>.

Mesmo diante de um marco regulatório formado por leis, decretos e normas de execução que visam garantir, regular e organizar a criação, implantação e estruturação de um projeto de assentamento, a realidade empírica observável e os dados estatísticos demonstram que os marcos regulatórios funcionam mais como

normas de disciplinamento dos corpos. Os números disponibilizados pelo INCRA⁶⁸ referentes a informações entre 2015 e 2017 revelam que, em relação a mais de 500 mil famílias assentadas na região Norte, requisitos básicos como os créditos de instalação foram concedidos a menos de 5% do total de famílias. Onde Programas como Bolsa Família são acessados por menos de 30% das famílias assentadas, o que não contribui para o alcance de uma política de Estado que visa a transferência direta de renda a populações em situação de pobreza e vulnerabilidade social, e onde grande porcentagem das crianças encontra-se fora da idade-série.

Os serviços de ATER são prestados a menos de 15% das famílias, o que inviabiliza acesso a programas como o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA onde o agricultor familiar teria um canal de venda direta dos seus produtos, adquiridos pelo próprio governo. Neste caso, menos de 5% das famílias fazem parte deste programa, que dentre as exigências, precisam possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP que é emitido pelo órgão local de ATER e pelo INCRA. Esta informação desconfigura o II PNRA que garante o acesso a este programa para além de sua contribuição com a geração de renda nos assentamentos, mas também “a importância da vinculação das ações de Reforma Agrária com as de garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira” (BRASIL, 2005, p. 22.).

Nos três assentamentos estudados, constatou-se que no PAE Botos não foi pago o crédito habitação a nenhum assentado; que o crédito alimentação, concedido em forma de cesta básica, ao ser recebido pelos assentados do PA Pacιά possuía mais 60% dos itens com a validade vencida. O fomento mulher que faz parte do crédito instalação não foi disponibilizado a nenhuma assentada que consta como beneficiária em nenhum dos assentamentos. Até junho de 2016, os assentados do PAE Botos não haviam recebido a Concessão de Direito Real de Uso-CDRU, e nos assentamentos São Francisco e Pacιά menos de 30% haviam tido acesso ao título definitivo.

Considerando que, de acordo com a Lei 8629/1993⁶⁹, a consolidação de um projeto de assentamento somente se dará com o pagamento de todos os créditos, a conclusão dos investimentos e a entrega dos documentos finais de posse, e que estes assentamentos possuem mais de dez anos de criação, evidencia-se de uma maneira

⁶⁸Painel de Assentamentos. Fonte: <www.painel.incra.gov.br>.

⁶⁹Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

geral que as informações apresentadas reimprimem as condições de pobreza e exclusão a que as populações rurais assentadas amazônicas são submetidas, descaracterizando a legislação⁷⁰:

Ao reduzir o programa fundiário à mera distribuição de lotes de terra e a providências de regularização da propriedade dos posseiros, ignorando propositalmente a necessidade de dar ao assentado assistência técnica, comercial e financeira, os beneficiários da reforma agrária na sua grande maioria nunca superaram o estado de penúria e extrema instabilidade, permanecendo sempre vulneráveis aos ataques do latifúndio e da especulação fundiária. (SAMPAIO, 2012, p. 31-32).

No entanto, é preciso deixar explícito que não são as ações do INCRA ou as políticas nacionais de distribuição de terras e todos seus dispositivos legais, o objeto sociológico deste debate, mas a produção de vida e as condições dos assentamentos rurais na Amazônia, e como estas são construídas e estes inseridos (ou não) na nação e seus projetos, como comumente vimos na letra de planos e programas como o PNRA.

De acordo com o histórico dos assentamentos Botos, Pacιά e São Francisco contado pelos próprios assentados e pelas informações cedidas pela Unidade Avançada de Humaitá, que foi criada em 1973⁷¹, verificamos que no estado do Amazonas a realidade dos assentamentos rurais não difere do panorama geral da região, onde a vivência nos assentamentos apresenta substancialmente como é manifestada a condição de ordenamento destas áreas. As três áreas desta pesquisa, transformadas em assentamento, são marcadas por características comuns por se encontrarem em terras da União e alijadas de recursos e estrutura. Sua viabilidade ecológica e agrícola foi levantada sem aprofundamento sobre as características produtivas, as condições hídricas e de solo, de acordo com análise dos documentos acessados.

⁷⁰“Estabelecer um sistema de relações entre o homem e a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso, e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país” (Estatuto da Terra, Lei nº 5.504/1964, Art. 16).

⁷¹ Sua jurisdição contempla integralmente os municípios de Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Canutama e Tapauá; parcialmente Apuí atuando no Terra Legal, sul de Borba e sul de Maués; e provisoriamente o município de Lábrea onde o escritório foi desativado. Estas cidades estão localizadas na região Sul e Sudeste do Amazonas, correspondem a aproximadamente 10% das áreas de responsabilidade do INCRA no Estado, fazem parte da rodovia BR 230 ou são de sua área de influência, significando estarem vulneráveis à expansão da fronteira agrícola, conflitos fundiários e pressão ambiental.

Nos casos São Francisco e Botos, as populações que já habitavam os espaços viviam do extrativismo e da agricultura familiar, enquanto no Pacιά, após a instalação das famílias, os projetos agrícolas introduzidos em nada comungavam com as condições de solo e recursos naturais, nem com o que os assentados já produziam em áreas anteriores. Desta forma, nos documentos disponibilizados pelo U.A de Humaitá sobre a criação e implantação dos assentamentos, percebemos que em pelo menos dois casos o que se produziu foi realizado de maneira rápida e sem o acompanhamento dos interessados.

Estas informações são corroboradas quando analisamos as narrativas relacionadas à criação dos assentamentos e os documentos oficiais. Nas quarenta e nove entrevistas coletadas, quando se trata da memória sobre o que aconteceu entre a solicitação da criação do assentamento até a publicação de sua portaria, há poucas ou nenhuma descrição sobre visitas ou levantamento técnico. Nas memórias dos que compartilharam suas trajetórias com o próprio assentamento, ocorre uma ausência de contato ou manifestação de como o processo se encontrava, salvo, quando os próprios interessados se dirigiam ao INCRA para ter notícias: “Eles fizeram um processo e mandaram para Brasília, aí ficou engavetado por quatro anos. Ai um certo dia veio um homem do INCRA aqui, eles entraram a pé. Aí eles vieram e disseram que o projeto havia sido aprovado, isso foi em 1994” (Lourival, PA São Francisco); “Aqui num era muito bom não, desde o começo num é bom não. Aqui quando nós entramos aqui dentro era muito ruim, era um varadozinho pela estrada mesmo, varador de lama, muita espinha, caminho mesmo de mata mesmo” (Alexandre Sabino, PA Pacιά).

A mobilização local a partir do sentimento de ausência e insegurança dos moradores do PA São Francisco e PAE Botos, demonstra que a “concretização de direitos tem sido, de forma incisiva, fruto de mobilizações, discussões públicas [...]. O poder do discurso, portanto, ganha tanta força quanto o poder do silêncio” (CHAGAS, 2012, p. 40). No entanto, na “Proposta Preliminar do PA São Francisco”, por exemplo, o texto traduz que “sua criação reflete a preocupação do Governo Federal em fortalecer a política de colonização para a Amazônia Brasileira”, apresentando assim, não o caráter endógeno que justifica a criação do assentamento, mas um texto genérico que justificaria qualquer outra proposta preliminar, excluindo o protagonismo dos trabalhadores sem-terra no processo.

As informações contidas nos documentos do INCRA parecem estar descontextualizadas, também, quando informam que, no caso do assentamento São Francisco o projeto atenderia uma demanda ocasionada pelos fluxos migratórios para a Amazônia vindos do Sul e Centro-oeste do país, desconsiderando os habitantes nativos do Amazonas e da região Norte que já residiam na área bem antes dos primeiros migrantes. Isso revela um conhecimento parcial sobre o quadro socioeconômico que se manifestava, considerando inclusive que os demandantes eram em sua maioria trabalhadores sem-terra oriundos de áreas urbanas, o que a pesquisa de campo revelou não ser verdade.

Reproduzir as histórias sobre a construção dos assentamentos pelos próprios assentados é a possibilidade de apresentar a construção da crítica relativa presente nos seus conteúdos históricos. Por meio da explicitação da capacidade discursiva destes sujeitos, a produção das críticas permite a transparência das rachaduras das normalizações às quais são submetidos sem pressupor:

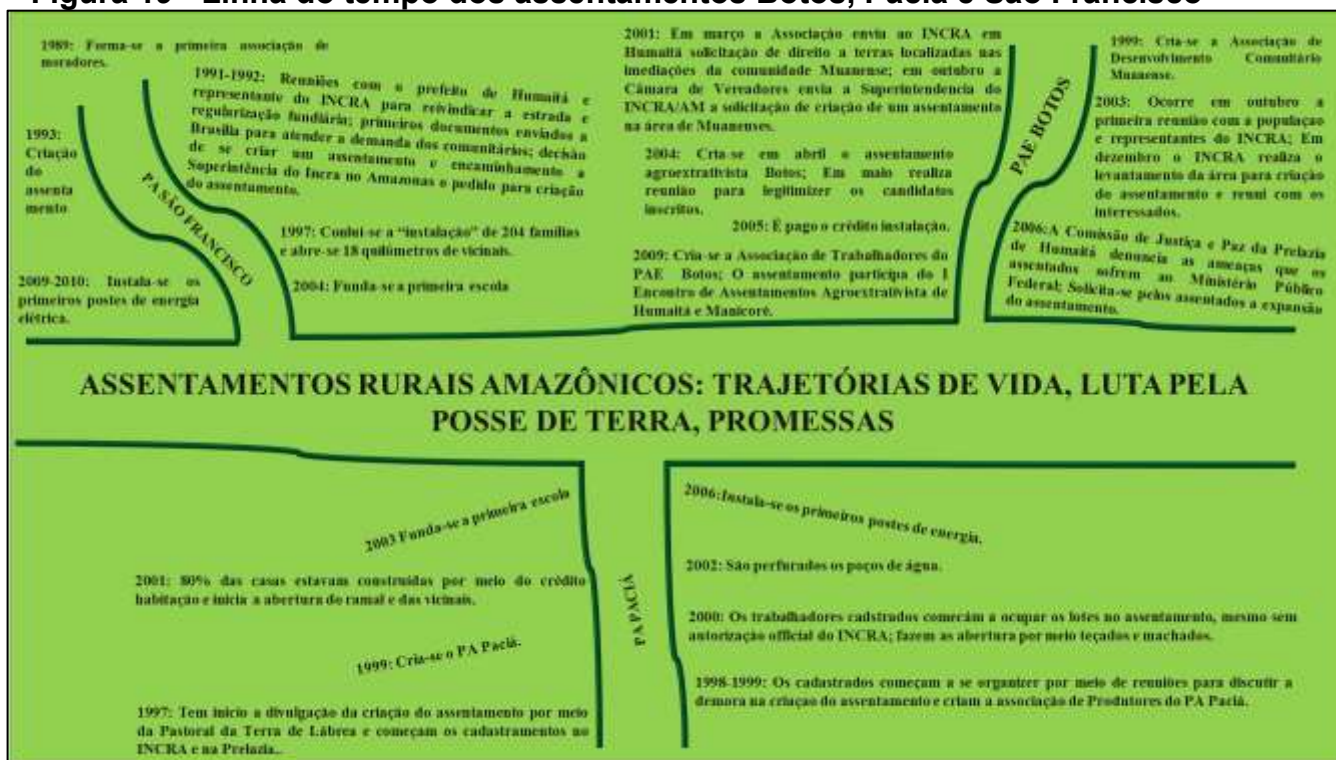
Tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é **mais** que utilizar esses signos para designar coisas. É esse **mais** que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse "**mais**" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p. 56. Grifo nosso).

Na tentativa de intentar descrever este “mais”, o processo histórico de criação e implantação dos assentamentos, a partir dos assentados, foi interpretado nesta pesquisa como os afluentes que correm para um mesmo rio, e assim como as águas, as trajetórias de vida, a luta pela posse da terra e as promessas são trazidas e levadas, revelando duas narrativas (Estado e assentados) e seus pontos de tensão. Constituídos por migrantes de outras regiões do país, migrantes locais que fugiram das condições criadas há séculos nos seringais e castanhais das regiões do Purus e Madeira, e populações tradicionais locais; a gênese por trás do desejo pela terra nos assentamentos é diferente, mas materializável na condição de pobreza, exploração e invisibilidade.

A linha do tempo dos assentamentos (Figura 19), enquanto metáfora, foi ilustrada sentindo-a como o lugar onde o ajuntamento de pessoas diversas (afluentes) ocorre em decorrência das ausências que margearam suas existências, culminando com o “amontoamento” (rio) de indivíduos em espaços que poderiam também ser

asfavelas, os subúrbios, as periferias, que podem iniciar, que podem estar, que podem terminar. E o que os “ajunta”, o que os coloca em confluência, é como o discurso do Estado os atinge e os objetiva. Este é o olhar sobre a linha do tempo que reúne os três assentamentos desta pesquisa, pois como afirma Das (apud MISSE et al., 2012, p. 344) “ao estar atento à vida dos outros, também damos sentido a nossas vidas”. Espaços geograficamente localizados, substancialmente verbalizados, espaços que se “vai arrumando no caminho”, onde não há ATER, onde não há posto de saúde, onde não há o direito de ir e vir, onde não há segurança, onde não há boas escolas ou nenhuma, onde não há.

Figura 19 - Linha do tempo dos assentamentos Botos, Pacia e São Francisco



Fonte: Elaborado pela autora.

Os sujeitos desta pesquisa representam um universo de assentados nos interiores da Amazônia. Homens e mulheres que têm sua identidade forjada na luta da vida rural (campos, águas e florestas) seja na agricultura familiar ou no extrativismo. Suas histórias cotidianas encontram-se no tempo quando se tornam “beneficiários” de uma política agrária, e no espaço quando seus destinos os lançam

no mesmo território, não geográfico necessariamente, os assentamentos. Pedro Onofre, Marilena, Antônio, Maria, Lourival apresentam as memórias presentes de uma saga que tem início na busca pela terra, pela propriedade da terra, desembocando no interior de um ordenamento territorial institucionalizado por meio de cadastros, levantamentos, vistorias. E é nestes espaços que há mais de dez anos constroem suas vidas, porque não parece haver “passado para voltar” (IANNI, 1979, p. 18), mas luta para lutar.

Do total das entrevistas coletadas optou-se por destacar e misturar algumas histórias que, juntas, pareceram nos apresentar cada assentamento. Nesta seção trouxemos, assim, as narrações de um migrante nordestino que segue a saga geográfica da falta e sua história se enlaça na Marcha para o Oeste e na Operação Amazônia; de quatro personagens, que nasceram e cresceram às margens de algum rio e sob o domínio de um patrão e que vieram dos seringais e castanhais amazônicos, cortando árvores, abrindo ouriços.

Ao longo do texto procuramos apresentar os assentamentos de acordo com todas as histórias que ouvimos, onde descrever como é a vida nestes espaços foi o grande desafio. Quando homens e mulheres contam sobre os assentamentos, a cronologia das suas vidas e do assentamento se mistura nas narrativas, há somente uma história, porque parece que tudo que ocorreu se liquidificou e imbricou com o próprio assentamento, não sendo possível separar quando eles se falam enquanto pessoa, ou quando falam da criação do assentamento como processo. Seria gerar às avessas? Suas vidas passaram a ser gestadas novamente, e ao mesmo tempo que o assentamento se torna útero, eles também o são.

O imaginário sobre o Amazonas como o Estado da terra em abundância não foi desconstruído, Lourival expressa de maneira muito clara que este foi o principal motivo que o levou a atravessar o rio Madeira em Porto Velho/RO no sentido Rodovia 319 no Amazonas. Assim como ele, 62% dos entrevistados no PA São Francisco ouviram essa história em algum momento do caminho, tenha sido de um amigo, um familiar ou um desconhecido: “rapaz lá no Amazonas tão dando terra”. A verdade é que as narrativas escutadas nos mostram que o que havia antes – fosse no Mato Grosso, no Nordeste ou no seringal – era fome, seca, exploração, patrão, insegurança fundiária e incertezas.

As diferentes trajetórias compõem um mosaico que expressa os motivos para que antigos moradores tenham se mobilizado a fim de que o Botos e o São Francisco

se tornassem assentamentos; e os trabalhadores do Pacιά se organizassem, fundando uma associaçāo, para ocupar o assentamento antes mesmo da liberaçāo do INCRA, e, deste dividir os lotes e abrir as estradas; e os novos que vieram depois de toda a hist3ria, ajudassem a recontá-la.

E “aí a gente vai arrumando no caminho”, mas não deu para arrumar tudo. Apesar do esforço e da luta não há energia elétrica no Botos, os assentados precisam dispor de um motor de luz – comprado com o próprio recurso – e economizar no combustível do rabeta para poderem assistir ao jornal e à novela das nove. Todas as tentativas de acomodar uma escola dentro do assentamento não foram adiante porque a prefeitura a instalou por duas vezes na comunidade onde o acesso é o mais difícil tanto na cheia quanto na vazante, o que suscitou diversos conflitos internos e dificultou a contratação de professores com formação superior e sua manutenção na escola. Não há escola dentro do assentamento, como não há posto de saúde, serviço de ATER, água tratada. Realidade semelhante à do Pacιά e São Francisco que, apesar de possuírem energia elétrica – não em toda sua extensão – e escola no interior dos assentamentos, estas estão em situação precária, com salas multisseriadas, sem material didático, péssimas estruturas, corpo docente insuficiente em número e formação, e atuando somente até o ensino fundamental II.

De forma recorrente, a Promessa surge como um suspiro em todas as narrativas, sendo ela o lugar comum quando a memória traz à tona inúmeras conversas com os órgãos públicos que tentam atuar nos assentamentos. Mas parece que o tempo dessa população bate em compasso diferente, porque estão cansados de esperar. Porque há muitos invernos no Pacιά e no São Francisco é quase impossível escoar a produção, devido à condição das estradas e sua intrafegabilidade no período das chuvas. E o que resta aos moradores do Pacιά, onde efetivamente só é possível o tráfego de girico ou carros de tração, é caminhar quilômetros a fio até a saída da rodovia Transamazônica com “as coisas na cabeça” e contar com a sorte para “pegar uma carona até a cidade” ou gastar seus últimos “trocados” com o pagamento de algum transporte. Assim como os moradores dos Botos, que no verão e inverno amazônico vivem sua condição de homens-anfíbio (FRAXE, 2011), que por onde navegavam, de tempos em tempos precisam trilhar a pé vários quilômetros até as margens do rio Madeira para ter acesso a uma embarcação.

O cenário revela que o perímetro destes assentamentos foi desenhado para que o universo desta população ficasse distante em média dez quilômetros das suas

principais vias de acesso – rodovias BR 230 e 319, e o rio Madeira – mesmo que a fundiária de cada assentamento seja terra pública, de acordo com informações prestadas pelo INCRA e pelos próprios assentados como já foi mencionado. O que parece estar em jogo, portanto, é que o caráter de “potencial transformador” que a reforma agrária ou uma política fundiária teriam, nestas áreas não se aplica, dificultando numa certa ordem a “integração dessa população” a uma dinâmica de “desenvolvimento territorial”. As condições do meio rural se mostram desta forma contraditórias à narrativa oficial de espaços de “paz, produção e justiça social” (BRASIL, 2005) que possibilitaria a universalização do acesso à educação, cultura, serviços de saúde, saneamento básico e seguridade social.

Os assentamentos são objetos concretos que reúnem uma série de condicionantes criados pelo Estado para sua existência. Devem ser áreas públicas originadas de desapropriação, doação ou arrendamento. Devem possuir aptidão agrícola e condições ambientais para a manutenção da vida de um agrupamento populacional. Devem ser estruturados de modo que nele se possa acessar serviços de saúde, educação, assistência técnica, segurança. Devem. Em que pese a contribuição do Estado na construção de espaços sem infraestrutura e que não conseguem romper com as antigas condições (laços de abandono) que os caracterizavam antes de serem tornados tipos específicos de ordenamento territoriais – instrumento de uma política fundiária – não é possível deixar na penumbra as formas concretas e simbólicas em que a região amazônica sempre foi engendrada à luz dos interesses da Nação.

Não é a região um ser mitológico e autônomo, dotado de poderes sobrenaturais que enlaça em suas teias populações inteiras, escravizando-as e condenando-as ao esquecimento. Pensar a Amazônia como um bioma inóspito onde sua própria configuração dificulta a reprodução da vida humana é aniquilar com a história das populações originárias, que por milhares de anos foram capazes de criar condições de adaptabilidade aos ecossistemas locais; é não problematizar que o Estado cria seus campos de abandono, onde excomunga os excedentes, os incontáveis (RANCIÈRE, 1996). Porque assim foram construídas as cidades amazônicas onde populações originárias, indígenas aculturados, negros escravizados, nordestinos exilados, somam juntas séculos de dívidas sociais que não foram pagas, e onde o sistema de aviamento foi modernizado, globalizado, mas não rompido. Este sistema

pode ainda ser compreendido em seu conteúdo na atualidade, pois o pensamento hegemônico sobre a Amazônia manteve a ideia de que:

O lema “integrar” significava abrir caminhos, criar condições para que fosse possível a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios multinacionais [...]. O Estado autoritário criou toda a sorte de políticas para implementar a internacionalização da economia brasileira e, por conseguinte, entregou e continua a entregar de forma vil os recursos naturais do país. (OLIVEIRA, 1988, p. 31-32).

Três questões são importantes ao buscar compreender o lugar das populações socialmente excluídas dentro de uma sociedade marcadamente capitalista: o grau de dominação a que esta população está suscetível, as formas como se re-inscreve na história, e qual é sua condição (CASANOVA, 1967, 2002). Assim, as perspectivas analíticas aqui mobilizadas apresentam a condição dos assentados rurais na Amazônia – inseridos ou não em um projeto nacional – partindo do pressuposto de que “pensar teoricamente é dom e competência de seres humanos, não apenas de seres humanos que vivam em um certo período, em certos locais geográficos do planeta e falem um pequeno número de línguas específicas” (MIGNOLO, 2003, p. 159).

A produção de uma teoria crítica que apresente outras possibilidades de análise sobre as sociedades que têm como ponto de partida a condição pretérita da colonização, não é somente a rejeição a uma historiografia De Fora (universalizada), mas operar estratégias para a produção de conhecimentos onde processos de subjetivação, experiências, sejam propostos a partir de espaços subalternizados em todas as dimensões da existência. Desta forma concordamos que,

A crítica pós-colonial buscou repensar, de forma radical, as identidades sociais e todo o conhecimento autorizado e de autoria do colonialismo e do ocidente. [...] apresentou como objetivo geral “desfazer o eurocentrismo” produzido pela trajetória ocidental, e de sua apropriação do Outro pela História. Como o primeiro de seus argumentos, enfatizou a situação de ampla subordinação e desigualdade econômica que as nações dos três continentes não-ocidentais se encontram em relação à Europa e à América do Norte. Como resposta a este contexto, propôs uma política e filosofia de ativismo, de modo a continuar de uma nova forma as lutas anticoloniais do passado. Com isso, não reivindicou apenas o direito dos povos africanos, asiáticos e latino-americanos ao mesmo acesso a recursos, mas também a uma dinâmica de poder para suas culturas. (GÓES, 2016, p. 93).

Os dados disponíveis sobre a condição dos assentamentos na Amazônia podem ser apropriados como indicadores de uma condição de marginalidade social que traz para o debate a relação existente entre os problemas estruturais vivenciados pelos assentados e em que medida o Estado, por meio de seus instrumentos de governo, mantém um status de colonizador e dominador, uma vez que:

a construção de um novo modo de vida pelos assentados extrapola a simples leitura dos números. Embora não negando sua importância, há que pensar que o censo enquanto tal não expressa a realidade dos assentamentos com seus problemas, suas dificuldades, suas estratégias de manutenção na terra, enfim, seu entendimento enquanto “espaço social produzido. (BERGAMASCO, 1997, p. 38).

A criação de assentamentos rurais “à moda da casa” tem se mostrado, no conteúdo das políticas públicas, instrumento do Estado na “promoção da melhoria na qualidade” de vida dos sujeitos rurais, mas na realidade cotidiana um dispositivo que deixa clara a relação hierárquica que na distribuição do poder submete os sujeitos à manutenção de uma relação de dominação. Reconhecer dispositivos de controle disciplinar do Estado na vida dos assentados amazônicos constitui, portanto, uma análise complexa, mas esclarecedora sobre a subalternidade que lhes foi imputada.

Em nível de poder mesofísico⁷², identifica-se a governamentalidade (FOUCAULT, 2010) nos espaços de assentamento rural a partir das relações conflitivas presentes no Estado, no que se denominaria “arte de governar dual”: ora voltando-se a estes sujeitos, ora mantendo uma lógica neoliberal cada vez mais excludente. Ou seja, estão os assentados na condição de subalternidade frente à nação, frente às instituições que tornam a ideia de nação real. Para Santos (2007, p. 68), “Spivak trouxe à tona o conceito de subalternidade para indicar um modo de subordinação em que os indivíduos não se dão conta da opressão e não reivindicam superação da mesma nos espaços abertos pela democracia”. Esta condição, além de poder ser analisada à luz da impossibilidade de falar do subalterno, também pode ser

⁷²Foucault distingue tres niveles de generalidad en el ejercicio del poder: un nivel microfísico en el que operarían las tecnologías disciplinarias y de producción de sujetos, así como las “tecnologías del yo” que buscan una producción autónoma de la subjetividad; un nivel mesofísico en el que se inscribe la gubernamentalidad del Estado moderno y su control sobre las poblaciones a través de la biopolítica; y un nivel macrofísico en el que se ubican los dispositivos supraestatales de seguridad que favorecen la “libre competencia” entre los Estados hegemónicos por los recursos naturales y humanos del planeta. En cada uno de estos tres niveles el capitalismo y la colonialidad del poder se manifiestan de forma diferente (Castro-Gomez, 2007, s/p).

problematizada como a marca de uma exterioridade forjada por um Estado que constrói identidades coletivas para distingui-las enquanto margeadas, ou seja, expostas e excluídas. Silenciá-las é o fim que se quer alcançar na relação de poder, não significando que se consegue impossibilitá-las de falar ou anular suas histórias e trajetórias de vida.

A apropriação feita pelos teóricos dos estudos subalternos, tanto indianos quanto latino-americanos, expande a condição subalterna, contribuindo e reinventando a leitura gramsciana, ao contestar a noção de sujeito passivo. Neste sentido, ao contrário do que problematiza Spivak (2010), a heterogeneidade subalterna não pretende ser explorada nesta proposta de pesquisa como a ausência de uma consciência autêntica ou formada por subjetividades precárias que impediriam o subalterno de falar por si.

Compreende-se a violência epistêmica colonial como gênese da condição subalterna; no entanto, problematiza-se que a voz subalterna é dotada de formações discursivas outras, produzidas em diversos contextos e estes atribuem a ela sua significação. O diálogo entre os intelectuais dos estudos subalterno além-mar, ou sul-sul, permite a interação da produção de conhecimento sobre espaços geopolíticos distintos, mas que trazem a marca indelével das relações coloniais. Este modo de operar o pensamento a partir das margens, produz-se em ebulições ou como afirma Mignolo (2003, p. 256):

Só estou dizendo que a produção do conhecimento é inseparável das sensibilidades do local geohistórico e que os locais históricos, no mundo colonial/moderno, foram moldados pela colonialidade do poder. A pesquisa, as teorias itinerantes, os acadêmicos sedentários e os errantes no Primeiro ou Terceiro Mundo, não podem evitar as marcas inscritas em seus corpos pela colonialidade do poder que, em última análise, orientam sua reflexão.

A mobilização teórica da subalternidade como perspectiva (DAS,1989) à compreensão da condição do assentado rural amazônico, na nação, permite situar a história local e as complexas relações entre os assentados e o Estado, possibilitando a visibilidade do lugar da fala dos sujeitos rurais a partir de sua experiência, sua condição política. As relações hegemônicas de poder produzem assimetrias sociais entre dominantes e dominados (colonialismo/colonialidade), sendo parte dessa

relação a gênese da subalternidade. Como afirma Simionatto (2009, p. 43) ao analisar a contribuição gramsciana ao debate:

no âmbito da sociedade civil, a classe dominante, através do uso do poder por meios não violentos, contribui para reforçar o conformismo, apostando na desestruturação das lutas das classes subalternas, reduzindo-as a interesses meramente econômico-corporativos.

Os assentamentos rurais amazônicos estão inseridos em espaços, que pela própria condição de políticas de colonização e fundiárias, possuem carências estruturais que vão da ausência de escolas à falta de água potável, como foi visto. Estas condições estão submetidas a dispositivos de poder que atravessam as lutas cotidianas que buscam estratégias para existir. A construção pelo Estado de uma identidade comum, assentados da reforma agrária, reúne no mesmo espaço de produção de vida e de luta pela terra homens e mulheres que possuem identidades culturais e sociais diversas.

Culturalmente e ambientalmente, as milhares de pessoas que se tornaram beneficiárias da reforma agrária na Amazônia tiveram sua condição de sujeitos subalternos reforçada. Esta perspectiva, tão cara aos escritos de Gramsci nos Cadernos do Cárcere (2000, 2001) e apropriada e reconstruída pelos intelectuais dos estudos subalternos, expressa a situação política, social e econômica dos assentados, uma vez que:

la noción de “subalterno” puede servir como categoría que agrupa en un mismo concepto diferentes relaciones de poder y actores sociales, pero también sirve para analizar líneas de fractura muy específicas al interior de sociedades concretas. Esta ductibilidad teórica es particularmente útil para analizar, sin perder de vista las relaciones macro de poder, los procesos específicos experimentados por sociedades que, como las antes llamadas tercermundistas, subdesarrolladas o en-vías-de-desarrollo, exhiben fracturas sociales particularmente variadas. (MONTERO, 2010, p. 113-114).

Nesta direção o Estado é problematizado não somente como um ente administrativo de organização política, mas como um corpo regulador, com um espaço de relações conflitivas que apresenta em sua composição as margens enquanto lugares necessários para a confrontação de práticas de dominação. Neste espaço onde a distribuição do poder é dada de forma assimétrica, concordamos com Quijano (2005, p. 117) ao apresentar que

Um Estado-nação é uma espécie de sociedade individualizada entre as demais. Por isso, entre seus membros pode ser sentida como identidade. Porém, toda sociedade é uma estrutura de poder. É o

poder aquilo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única, uma sociedade. Toda estrutura de poder é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, freqüentemente certo grupo, sobre os demais. Conseqüentemente, todo Estado-nação possível é uma estrutura de poder, do mesmo modo que é produto do poder. Em outros termos, do modo como foram configuradas as disputas pelo controle do trabalho, seus recursos e produtos; do sexo, seus recursos e produtos; da autoridade e de sua violência específica; da intersubjetividade e do conhecimento.

O assentado como um sujeito colonial vivendo numa condição de subalternidade é localizado em sua narrativa sobre a vida antes Do e No assentamento. Uma subalternidade que não se explica somente pela condição de pobreza, mas por estar sujeita a influências, ou à hegemonia de outro grupo social e político. É uma estrutura colonial reforçada e não rompida: “Acostumados a pensar em colonialidade como um fenômeno internacional, não temos pensando em nosso próprio colonialismo [...] nossa consciência de ser ao mesmo tempo colonizadores e colonizados não se desenvolveu” (CASANOVA, 1967, p. 92). Assim, a invisibilidade historicamente construída revela que o que está em jogo é ter transformado homens e mulheres em sujeitos do abandono⁷³, um ser sujeitado, como afirma Agamben (2010, p. 119):

se, em todo Estado moderno, existe uma linha que assinala o ponto em que a decisão sobre a vida torna-se decisão sobre a morte, [...], tal linha não mais se apresenta hoje como um confim fixo a dividir duas zonas claramente distintas; ela é, ao contrário, uma linha em movimento que se desloca para zonas sempre mais amplas da vida social.

A estatização da vida, a dependência fisiológica do Estado aproxima o debate sobre a autoridade colonial, visto que seu exercício “requer a produção de diferenciações, individuações, efeitos de identidade através dos quais as práticas discriminatórias podem mapear populações sujeitas que são pichadas com a marca visível e transparente do poder” (BHABHA, 1991, p. 161). Desta forma, não parece que a condição do assentado na Amazônia esteja longe da condição do sujeito colonial, já

⁷³Qual é, de fato, a estrutura do *bando* soberano, senão aquela de uma lei que *vigora*, mas não *significa*? Por toda parte sobre a terra os homens vivem hoje sob o *bando* de uma lei e de uma tradição que se mantém unicamente como “ponto zero” do seu conteúdo, incluindo-os em uma pura relação de abandono. Todas as sociedades e todas as culturas [...] entraram hoje em uma crise de legitimidade, em que a lei [...] vigora como puro “nada da Revelação” (AGAMBEN, 2012, p. 57).

que “o objetivo do discurso colonial se concentra em construir colonizado como população de tipo degenerado, tendo como base uma origem racial para justificar a conquista e estabelecer sistemas administrativos e culturais” (Idem, p. 184).

O predicado de subalternidade destes assentados parece ser identificado, portanto, não somente enquanto sujeitos da falta, mas nas formas como suas vozes acabam sendo silenciadas, onde o que parece estar “em jogo, de fato, é a luta pelo controle da narrativa histórica: são as tentativas do dominador de silenciar a versão do subalterno e as estratégias desse para desmascarar a versão” (CARVALHO, 2001, p. 126). No caso dos assentamentos amazônicos, há uma narrativa não oficial de um “projeto de nação” excludente que ainda cria estereótipos (BHABHA, 1991) na tentativa de manter o projeto hegemônico. Um sujeito colonial abandonado, em condição subalterna:

um condenado a viver intensamente não só os benefícios da modernização, mas também as dilacerações que a modernização impõe a todos aqueles que procedem da sociedade que na sua estrutura básica e sociologicamente foi concebida como tradicional, que foi e tem sido o mundo de nossas populações pobres do campo. (MARTINS, 2003, p. 09).

O cenário da violência no campo nos mostra que a maioria dos casos relacionados à questão agrária ocorre na Amazônia⁷⁴, sendo que em 2016 aproximadamente 45% dos conflitos, 50% dos assassinatos, 35% das tentativas de assassinato e 40% das ações violentas contra ocupações de posses ocorreram na região, em uma lógica de governo baseada no biopoder⁷⁵, nos deixados para morrer. Não parece incorreto pensar que a diversidade cultural e étnica do Brasil não permite que seja mantida a governança de uma população universal e heterogênea. Problematizar que não há uma totalidade histórica homogênea (QUIJANO, 2000) na formação e colonização do povo brasileiro, onde as mudanças tenham ocorrido na direção de outra homogeneização, parece ainda ser necessário, porque:

⁷⁴Dados mapeados pela Comissão Pastoral da Terra. Acesso Cadernos de Conflitos, <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/3-cadernoconflitos?Itemid=-1>.

⁷⁵Michel Foucault. História da sexualidade I – A vontade do saber. Capítulo: Direito de morte e poder sobre a vida. 1988.

Os pobres do campo são pobres porque não têm acesso à terra suficiente e políticas agrícolas adequadas para gerar uma produção apta a satisfazer as necessidades próprias e de suas famílias. Falta título de propriedade ou posse de terras, ou estas são muito pequenas, pouco férteis, mal situadas em relação aos mercados e insuficientemente dotadas de infra-estrutura produtiva. São pobres, também, porque recebem, pelo aluguel de sua força de trabalho, remuneração insuficiente; ou ainda porque os direitos da cidadania – saúde, educação, alimentação e moradia - não chegam. (PINTO; LOUREIRO, 2005, p. 12).

No Brasil o racismo, como dispositivo de poder, constrói campos de abandono, espaços dos “deixados para morrer” seja pela sua origem, pela sua etnia, pela sua condição social. Existe no país um conjunto de pessoas que, por trazerem como marca social a trajetória da falta, são substancialmente nomeados a partir da institucionalização da sua precária condição para existir. A retrospectiva da luta pela terra aponta elementos que corroboram para a assertiva de que os trabalhadores rurais sem-terra na Amazônia, ao adquirirem a “identidade” de assentados da reforma agrária, não conseguem romper com a marca da falta, porque para a região há uma intensificação da diferença étnica, do lugar distante, do não pertencimento social à nação.

Enquanto as populações indígenas, na resistência das lutas, mobilizavam-se em não deixar e fazer morrer o conjunto de suas ancestralidades, outras identidades forjadas no seio da colonização – caboclo, migrante – tiveram dificuldades em reconhecer a memória ancestral que faz parte de sua constituição. Esta hipótese se dá em razão da herança deixada pelo governo colonial português ao empreender na Amazônia ações administrativas e políticas que mantiveram “um distanciamento efetivo da Amazônia dos demais centros administrativos do território colonial português” (SILVA, 2012, p. 252). Este distanciamento étnico-social inventou uma região atrasada e primitiva, e pode ser interpretado como um mecanismo de disciplinamento de corpos, uma consequência da marca colonial.

Como a Coroa e o Estado português nos primeiros séculos de ocupação e posse, o Estado republicano não rompeu com as estratégias excepcionais à colonização da Amazônia (Ibid, 2012). E o vislumbamento do arcabouço de suas ações pode ser reconhecido no metamorfoseamento de espaços subalternizados em ordenamentos territoriais institucionalizados, como são os assentamentos rurais amazônicos, por exemplo.

Problematizar a condição de subalternidade dos assentamentos rurais é pôr no debate que as políticas que são identificadas como agrárias e a relação da Amazônia com o Brasil consolida a subalternização de grupos humanos, como a construção histórica e política dos assentamentos nos mostrou até aqui. Mas é necessário, também, questionar que a construção imaginária sobre um distanciamento da região com o resto do Brasil – que transborda a geopolítica – aloja uma ideia cristalizada e socialmente elaborada de distância, que potencializa a condição de abandono social em espaços que institucionalmente estão inscritos na nação. Nesta ordem, a pobreza rural na região é reforçada nos dispositivos racistas e seus estados de abandono. Os assentamentos rurais amazônicos ainda são espaços de desigualdade social, segregação, poucas oportunidades e lutas diárias pela sobrevivência, revivificados nas macro e micro relações com a sociedade brasileira.

5 - DIMENSÕES DO ABANDONO COMO DISPOSITIVO DE UMA CONDIÇÃO SUBALTERNA

A construção desta seção mobilizou sentimentos e memórias que surgiram em movimentos cíclicos, onde ora se repetiam ou ora eram acessados, como afirma Roberta (PA São Francisco), “Eu só vou contar isso de novo porque é importante outras pessoas saberem, então não vou contar por contar e nem lembrar por lembrar”. Sua tessitura é costurada principalmente a partir da fala das mulheres, uma vez que independente de suas origens, estas trazem em si a marca da renúncia e lançam seus olhares sobre os acontecimentos como maneira de justificar a partida ou a permanência no assentamento.

As homilias⁷⁶ que aqui se apresentam não são configuradas a partir de um grupo social, mas de uma categorial social: assentados da reforma agrária, com seus atributos políticos e sociais. Nesta ordem, se pretende apresentar a potência discursiva presente na vivência cotidiana atravessada pelas condições naturais e políticas que assentamentos embrenhados na Amazônia impõem. Condições que no caso dos assentamentos Pacia e Botos têm sua gênese na exploração dos seringais que por toda a região levava uma legião de humanos à precarização da vida.

Cada umas das histórias apresentadas foram ouvidas após a inserção em campo ter se tornado familiar. Como parte da pesquisa de campo, o estabelecimento de parcerias e relações mais afetivas possibilitou o reencontro com pessoas que possuíam histórias que nos pareceram apresentar alguns dos enredos mais significativos em cada assentamento. Desta forma, das quarenta e nove pessoas que fizeram parte da primeira etapa da pesquisa, cinco histórias foram mobilizadas mais profundamente para que pudéssemos exercitar um olhar mais denso e intenso.

Cada uma desta histórias foi permeada por momentos de afetamento que nos impactaram, fossem durante as entrevistas, as observações, as conversas discretas em torno das mesas no momento das refeições, o despolpar do cupuaçu, os debates da associação, ou na labuta na casa de farinha ou na roça. Foi o exercício do

⁷⁶O termo homilia significa "conversa familiar", continuando o assunto das leituras proclamadas. É uma pregação do Evangelho, proferida pelo Sacerdote, ou seja, uma explicação da leitura, dada em forma de discurso. Mas a homilia ou partilha da Palavra deve também chacoalhar e interpelar a comunidade, e é neste sentido que ela é utilizada no texto.

deslocamento que Veena Das (apud MISSE, et al, 2012, p. 344) nos apresenta quando fala de como “o trabalho de pessoas ordinárias reformula o mundo em que vivemos”. Por se tratar de memórias que são constantemente acessadas, mas que trazem à superfície as experiências mais dolorosas, atentou-se em procurar “cultivar a disposição para ouvir” (GUHA, 2002, p. 20), pois o que estava em jogo era a tentativa de evidenciar as diversas práticas discursivas presentes no interior das relações sociais nos assentamentos rurais, objetivando não demonstrar as assimetrias de poder, mas torná-las contextos para a compreensão das dimensões da vida e as condições que produzem o abandono.

Assim, não se buscou uma essencialidade dos assentados enquanto sujeitos em condição de subalternidade que demonstre uma verdade por trás de “múltiplas representações”, mas considerar que, no âmbito do discurso:

Todas essas coisas que compõem o comum, o detalhe sem importância, a obscuridade, os dias sem glória, a vida comum, podem e devem ser ditas, ou melhor, escritas. Elas se tomaram descritíveis e passíveis de transcrição, na própria medida em que foram atravessadas pelos mecanismos de um poder político. Durante muito tempo, só os gestos dos grandes mereceram ser ditos sem escárnio [...]. (FOUCAULT, 2010, p. 216).

O desafio metodológico configurou-se na inserção de memórias dolorosas que apresentariam os saberes sujeitados (FOUCAULT, 2000), na busca dos conteúdos históricos presentes nas práticas discursivas dos assentados, as suas discontinuidades, suas rupturas, as irregularidades e heterogeneidades (Ibid, 2010). Ao emergir esses saberes sujeitados foi possível reconhecer os blocos de saberes históricos que são produzidos na experiência de vida dos assentados, na transição entre viver como sem-terras e viver como sujeitos beneficiários da reforma agrária. A mobilização do método genealógico intentou, ao escutar cada uma das histórias:

dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais “menores”, talvez dissesse Deleuze contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder intrínsecos; esse é o projeto dessas genealogias em desordem e picadinhas. (Ibid, p. 15).

Ao longo da pesquisa de campo foram “catadas muitas folhas” (GOLDMAN, 2003), e de forma a organizar tantas folhas, fez-se a opção de trazer nesta seção

histórias que complementam trechos de outras entrevistas, que compreendemos trazerem maior clareza a proposta do texto. Esta não foi uma escolha fácil e muito provavelmente ocorreu em virtude de todo o afetamento que as histórias causaram e de como foram lidas enquanto narrativas sobre a vida em cada assentamento. Assim, as histórias a seguir resumem a trajetória do campo desta pesquisa, sua escuta permitiu perceber e registrar práticas discursivas que acompanham a vida cotidiana dos assentados e estão presentes na relação com a família, com os outros assentados, com os agentes de mediação; nas estratégias de comercialização de seus produtos; nos seus afetos e desafetos, desnudando as dimensões cotidianas de abandono.

O que estamos chamando de eventos trágicos, parafraseando a proposta de Veena Das (1995), expõem a vida de “pessoas muito concretas, cada uma, dotada de suas particularidades e, sobretudo, agencia e criatividade” (Ibid, p. 24). Sendo necessária e imprescindível a construção de uma relação de confiança e alteridade, uma relação pessoa-pessoa, até que se pudesse ser afetada por suas experiências, por suas dores, pois as “pessoas de carne e osso [...] movimentam-se entre infraestruturas concretas e em tempo real” (BIHEL, 2008, p. 423). As violências cotidianas que fazem parte de cada testemunho não dizem respeito somente a marcas físicas, mas retratam o poder do Estado e as gramáticas acionadas nas relações dos assentados com os órgãos públicos e entre si, revelando condições de vida e formas de resistência, bem como a mediação presente ou ausente constrói as cadeias de eventos que marcam a vida cotidiana dos assentamentos (DAS, 1995, 2011).

5.1 EVENTOS TRÁGICOS

5.1.1 Nenhuma castanheira a menos, nenhum patrão a mais: Marilena e Valdino

Marilena Pantoja e Valdino Mota residem na comunidade do Pirapitinga, área que fica no entorno do PAE Botos. Ambos filhos do rio Madeira, ainda aguardam receber o crédito habitação para construção de sua casa no perímetro do assentamento. O avô de Valdino viveu sob regime de servidão nesta região, como freguês da família Riça. Seu pai e o próprio Valdino foram fregueses da família Portigo.

Valdino mora desde que nasceu na área onde atualmente é o PAE Botos, enquanto Marilena, sua companheira, apesar de ter nascido em uma comunidade próxima (Vista Alegre) foi morar no assentamento há mais de vinte anos após casar com Valdino. A família de Valdino passou toda sua vida coletando ou “tirando”, como eles falam comumente, açaí, castanha, seringa, e durante muito tempo como fregueses das famílias Portigo ou Riça.

Os patrões da região contratavam trabalhadores identificados como “guardas”⁷⁷. Quem tentasse vender para outras pessoas era capturado por estes, amarrado, apanhava do patrão para nunca mais vender a outro, e “*assim era o costume daquela época*”, conta Valdino. Se fossem tiradas cinquenta latas de castanhas entregava-se, e o que se recebia era nada: “*tinha que ficar sujeitado ao patrão para no outro ano trabalhar novamente, porque com o patrão nós nunca tirávamos saldo*”, conclui Valdino. Nas recordações de Marilena e Valdino, desde crianças a vida era regida por esta relação desigual.

Marilena lembra que “*naquele tempo*” ninguém nem ouvia falar “*em se aposentar*”, por exemplo. Escola também não existia. Para ela, as coisas começaram a mudar “*um pouco*”, em meados do falecimento do patriarca da família Portigo (senhor Alcides). O sindicato começou a atuar mais próximo aos trabalhadores rurais, uma vez que a condição de semiescravidão a que eram submetidos não era segredo na cidade. Nesta época os extrativistas foram sindicalizados, e para celebrar o fato uma foto de todos foi colocada na sede do sindicato. Para eles foi o “*início da liberdade*”, e o fim da relação de trabalho freguês-patrão. Mas resistentes, os patrões continuavam insistindo em pagar um valor abaixo do mercado pelos produtos, entretanto, quando isto ocorria os extrativistas imediatamente acionavam o sindicato.

A família de Valdino permaneceu morando no mesmo lugar após a morte do senhor Alcides, mas seu pai não trabalhou mais para o seu sucessor, quem ficou trabalhando foi Valdino, num castanhal chamado Cassimiro, que hoje fica dentro do Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Realidade. Apesar de toda a fiscalização por parte do sindicato, Valdino continuava a sentir-se freguês do novo patrão, sempre vendendo os produtos para ele.

⁷⁷Em Santos (1985) essa prática é identificada desde o século XVIII “com o “*regime de polícia*” que era formado por sentinelas armados que caçavam os seringueiros que tentavam fugir” (p. 165).

O temor pelas represálias ainda era grande, a “história do pé de laranjeira” na frente do barracão permanecia na memória de todos e ninguém queria ser amarrado para uma “conversa” ou ser levado preso para a área urbana de Humaitá. Como avalia Marilena, “depois que o sindicato entrou as coisas melhoraram um pouco, mas não mudaram”. A certeza de que na cidade o pobre não tinha vez foi durante muito tempo uma certeza para os dois. Todos acreditavam que a terra era da família Portigo, porque o que valia era o dinheiro dela.

Antes de 2004, o único dinheiro visto pela família de Marilena e Valdino foi quando começaram a vender banana, farinha e açaí, mas a castanha continuava a ser vendida à família Portigo. Quando os atravessadores começaram a chegar, vendiam a eles a castanha escondida por volta de meia noite, “hora em que ninguém ficava sabendo”. Era quando eles tinham acesso a algum dinheiro, “mas escondido”. Isso tudo porque aos extrativistas era dito que quando a castanha não era vendida ao patrão, poderia ser configurado como roubo.

Esta situação perdurou até a criação do assentamento Botos em 2004. Na avaliação dos dois, o assentamento proporcionou a segurança fundiária que nunca tiveram. No entanto, a transição na relação de servidão para uma vida de escolhas livres não foi gradativa e nem natural. A coleta da castanha dentro do assentamento pelos assentados foi considerada como roubo até meados de 2015. Eles continuaram a ser constantemente convocados a prestar esclarecimentos na delegacia da cidade de Humaitá, tinham suas casas queimadas, sua produção saqueada, e não havia segurança quanto à integridade física dos assentados. Marilena avalia que ainda não sente plena liberdade em coletar castanha, mas tem mais coragem para enfrentar os jagunços que são contratados para criar pânico nas áreas de coleta. Como ela afirma: “Não estou roubando nada, é da natureza, estou em cima do que é meu”.

Uma das revoltas de Marilena era a certeza de que todas as vezes em que eram acionados pela justiça ou sentiam-se lesados, cabia a eles provarem que estavam em terras que eram suas, e não ao antigo patrão provar que as terras eram dele. Isto somente reforçava sua compreensão de que não eram nada, “*apenas pobres*”. Essa certeza fora escancarada inúmeras vezes quando construíam os barracos nos castanhais na época da colheita e estes eram postos abaixo ou queimados (Figura 20), ou quando lhes eram apontadas espingardas no caminho ao castanhal; ou quando os “guardas” ficavam vigiando os roçados para saber o que eles estavam fazendo. Mas para Marilena o importante era continuar a seguir o caminho,

mesmo com canoas atravessadas nos igarapés impedindo que eles acessassem os castanhais. Infelizmente, tanto a polícia civil em Humaitá quanto a unidade do INCRA na cidade pouco faziam para assegurar aos assentados seus direitos.

Figura 20 - Foto de barracas antes e depois de serem derrubadas no PAE Botos



Fonte: RODRIGUES, 2016.

O embate então prosseguia com o antigo patrão dizendo que a terra era dele, e os assentados exigindo que apresentassem o documento que comprovaria seu direito à propriedade da terra. As armas de que os assentados dispunham sempre foi a ocupação. Marilena diz que por muito tempo a maioria tinha medo de construir casas nas regiões de conflito, mas quando as pessoas se deram conta que eram em maior quantidade passaram tomar estes espaços, “mesmo com o documento do INCRA/AM que nos autorizava fazer nosso roçado em qualquer lugar eles ficavam por cima nos vigiando armados, nos vendo trabalhar, tentando impedir nosso trabalho porque a área era deles”, desabafa Marilena.

Foram muitos os eventos ocorridos para expulsar as pessoas: “Quem quer perder a vida? Ninguém quer perder a vida”, desabafam. E por conta das ameaças, ninguém queria ir morar nas áreas de conflito. Quando iam era somente na época da

coleta da castanha (Figura 21). Até mesmo para vender as pessoas tinham medo, na hora de trazer a castanha ou açaí, ficavam com medo de encontrar alguém no caminho. Como ainda existem pessoas que vivem no entorno do assentamento na condição de fregueses, eles são usados para vigiar o que os assentados fazem.

Figura 21 - Assentado nas áreas de castanhais no PAE Botos



Fonte: RODRIGUES, 2016.

Sempre foi uma questão de “ter coragem”, afirma Marilena. Pois a terra era deles, o que era preciso seria trabalhar, fazer benfeitorias, porque dentro do assentamento são eles quem “tem a força”. Mas o medo diversas vezes os “reduzia a nada”. E é contra o medo que ela e Valdino lutam cotidianamente. Nas várias histórias narradas há uma em que a coragem de Marilena demonstra a potência de sua liderança no assentamento. Contava que certo dia, pessoas ligadas à certa família foram até sua casa e comunicaram que os assentados haviam atirado em um freguês da família. Marilena prontamente diz a eles que aquilo era impossível porque todos estavam orientados a “não agir com violência”. Mas os homens continuavam insistindo e afirmavam que a polícia já estava a caminho para prender os agressores. Não se dando por satisfeita, ela pediu que eles seguissem sua viagem, chamou um dos seus

filhos e com as canoas de sua propriedade fez uma barreira dentro do igarapé. Desta forma, ninguém entraria ou sairia do castanhal onde supostamente havia ocorrido a violência sem passar por ela.

Marilena também pediu que alguns assentados fossem até o local para verificar a veracidade da história, enquanto isso ficou montando guardar na barreira. Muito orgulhosa de mais esse feito, retrata que nenhuma canoa passaria por ali sem que ela atestasse se havia ou não alguém ferido a bala. E se isso acontecesse ela mesma tomaria as providencias, levando o ferido até sua casa, prendendo a canoa e acionando a polícia, mas não seria qualquer polícia: “deveria ser a Federal”. E se um membro desta família por ali trafegasse, ela o faria dizer e provar o boato que corria, poderia demorar o tempo que fosse, mas dali somente sairiam com a presença da Polícia Federal. De acordo com ela, para manter o causador dos boatos, ela iria “amarrá-lo numa árvore e deixa-lo sem comer e nem beber. Ou ele virava cristão ou se acabaria lá. Era esse meu plano. Agora a justiça será desse jeito, quem vai fazer a justiça somos nós”.

Após a chegada dos homens, por volta das dezoito horas, foi apurado que nada havia acontecido, e que o boato tinha sido espalhado com a finalidade de averiguar qual seria a reação dos assentados ao ficarem sabendo que um deles usou de violência dentro do assentamento. Este episódio serviu para deixar Marilena ainda mais atenta. Agora todo o barulho de motor (barulho do rabeta) que ela ouvi no período de coleta da castanha (outubro a março), vai ao igarapé verificar quem está conduzindo o rabeta, se for membro de alguma família de antigos patrões, algum de seus fregueses, ela os fará voltar de onde vieram. Se a família não concordar com sua atitude o recado é certo: “manda eles virem, conversar eles mesmos aqui, não é para trazer polícia nenhuma, são eles mesmos aqui. Porque nós sabemos que dentro do assentamento somente pode entrar a Polícia Federal, não policiazinha qualquer”.

Marilena desafia qualquer pessoa. Chama a atenção dos demais assentados por algumas vezes não terem coragem de ocupar o que de direito é deles. Acha injustificável um homem deixar derrubar sua casa e não tomar uma providência, ao acovardar-se submetendo-se à violência, segundo ela. Valdino e Marilena ecoam por todo o assentamento, sempre incentivando e mostrando aos assentados que os verdadeiros donos são eles, e por isso precisam ocupar todos os espaços e saber a quem recorrer sempre que necessário: “numa casa só há um galo e uma galinha.

Pisou dentro da minha casa tem que tomar cuidado, porque comigo não fica assim não”.

O que os dois sonham é não ter que contar mais histórias de violência, como a do assentado que foi retirado de dentro de sua casa, teve suas roupas rasgadas e posto somente de cuecas amarrado, onde foi submetido a violência física e cusparadas, sendo no final do dia entregue todo machucado como um aviso do que poderia acontecer com os demais. O fim das ameaças e violências dentro do assentamento Botos é o que move Marilena e Valdino. “Antes quando todo mundo era ameaçado, no primeiro momento ninguém sabia a razão, nem os direitos que nós tínhamos, onde podíamos recorrer e onde não podíamos. Quando a irmã Angélica começou a andar na beira do rio, ela começou a orientar o povo, a orientar os assentados”, afirma saudosa, Marilena. Para ambos foi por intermédio de pessoas como a falecida freira Angélica que os assentados moradores de áreas situadas ao longo do rio Madeira puderam ter acesso a informações, debater sobre seus direitos e formar a Comissão dos Assentados, possibilitando que eles conhecessem e acessassem as instituições que lhes garantiriam seus direitos.

Foi somente a partir dessa rede de relações institucionais que o próprio INCRA/AM passou a tomar decisões mais eficazes em relação à condição jurídica dos assentados: “Nós agora temos força, já até fizemos uma grande carta e entregamos ao INCRA, que dizia quais eram nossos direitos. Eu disse à representante do INCRA, estou lhe entregando esta carta, para a senhora nos ajudar e não nos atrapalhar, ela nem teve a ação de ler, só assinou e carimbou concordando”. Desta forma perceber-se nitidamente a mudança na compreensão sobre os direitos que lhes assistem (Figura 22). Para os dois é preciso trabalhar, lutar, ter fé, cobrar do INCRA e exigir sua presença no assentamento, para que este reconheça suas dificuldades. Afinal, “é necessário acreditar em Deus, mas ninguém vai surgir e resolver todos os problemas”.

Figura 22 - Valdino e Marilena participando de reuniões para discutir os problemas do assentamento no PAE Botos



Fonte: NOGUEIRA, 2013/2016.

Marilena e Valdino reconhecem que muitos assentados ainda não estão morando efetivamente no assentamento, sendo várias as justificativas, como a ausência de energia elétrica e abastecimento de água. Mas para eles, se não existe abastecimento de água há o igarapé onde se pode captá-la. Ao fazer suas retrospectivas, avaliam: “Nascemos e fomos criados andando mais de uma hora na praia com uma lata d’água na cabeça, e estamos vivos. Não dá meia hora para você descer até o igarapé e pegar uma água gelada, como se fosse tirada da geladeira, para beber ou tomar um banho, que mata seu calor. O que mais o povo quer? A taça transbordando? A mesa sortida de tudo? E ele só sentar e comer? Deus nos deu vida e saúde para trabalharmos. A terra, Ele deu nas mãos do homem para ser cultivada, zelada”. Assim, a todo momento lutam para que os assentados compreendam que ninguém deve trabalhar somente para si. É necessário o engajamento, a organização social, pois “onde um assentado estiver ele não estará falando somente por si, mas por todos, apresentado suas dores, apontando suas feridas que não estão saradas”.

5.1.2 O abandono e a construção de afetos: Maria Aparecida

Maria Aparecida tem cinquenta e sete anos e é natural do estado de São Paulo, filha de uma família de oito irmãos, seus pais eram nordestinos que migraram para o Sudeste do país. Como ela mesma faz questão dizer, veio de “uma família pobre, mas unida”. Dona Maria é casada há quarenta anos e teve quatro filhos. Antes de morar no assentamento vivia em Santos/SP com seu marido Sebastião, que era metalúrgico. Nessas grandes reviravoltas que a vida dá, Sebastião decidiu deixar Santos e se mudar para a Amazônia. O irmão de Maria já vivia na região há uns anos e fez a intermediação para que a família da irmã adquirisse um lote próximo onde ele morava. Seu marido Sebastião mudou-se primeiro em 2005, e quatro anos depois Maria deixa os filhos já adultos e segue seu companheiro em uma aventura que não era dela, mas que incorporou, abrindo mão de muitos desejos.

A história de Maria nos apresenta o sentimento de solidão e abandono de milhares de mulheres assentadas, que longe dos filhos e netos aprendem a recomeçar. Nem todos os assentados da reforma agrária são antigos acampados, grande parte de homens e mulheres na Amazônia esperam dos projetos de assentamentos a possibilidade de uma volta às raízes, de um retorno ao lar, na busca pelo pertencimento que em anos de “cidade grande” não tiveram. Este é o caso de Sebastião e Maria, muito mais de Sebastião do que de Maria.

Maria diz que uma mulher que decide morar no interior da Amazônia precisa ter coragem e “um pouco de loucura”. Apesar de não querer no começo, acabou sendo convencida por Sebastião a se mudar, eles já estavam casados há mais de trinta anos, os filhos já eram adultos, então ela aceitou viver uma nova vida no Amazonas (Figura 23). Diz que no primeiro momento o sentimento era de pura empolgação, à época não tinha fornecimento de energia e a água era retirada de um poço, mas como “sempre fui uma mulher de luta”, criada em sítio, aquela situação foi enfrentada com coragem, e o que mais sentia era a saudade dos filhos.

Figura 23 - Sebastião e Maria em um dia de trabalho no PA São Francisco



Fonte: NOGUEIRA, 2016.

“A vida aqui não é fácil, mas a gente acaba se acostumando”, afirma Maria. Desta forma, eles acabam se habituando com a ausência de comunicação que os deixa isolados do resto do mundo, com a falta de segurança que os expõem e os vulnerabiliza. Diferente do sítio de sua infância, onde se podia dormir de portas abertas, a realidade do assentamento São Francisco não traz a “*sensação de sossego*”. Ainda assim, Maria se diz feliz, para ela aconteceram muitas coisas boas nesses mais de dez anos, apesar das perdas que sofreu: a morte de seu filho caçula, e logo em seguida, de sua melhor amiga.

Como mulher, o que ela traz em sua história é bem mais que a falta física (segurança, saúde, estrada), mas o estado do abandono. O sentimento de falta e de invisibilidade. A amiga de Maria, que também era assentada, sofria de uma grave depressão desde muito jovem, já havia feito tratamento, mas em seus últimos anos não queria mais tomar o remédio. Para Maria, a distância do assentamento em relação à cidade, a falta de uma ocupação em que a amiga se “sentisse mais viva” e o fato de viver somente em casa contribuíram para que “sua condição piorasse nos últimos

tempos”. Em 2014, após a tentativa de homicídio contra seu companheiro, sua amiga cometeu suicídio.

Elas sempre estavam juntas, uma na casa da outra. Dividiam as dificuldades e a solidão, uma vez que ambas não eram naturais do Amazonas e estavam longe de filhos e netos. Sua amiga, que se chamava Maria do Socorro, era alegre e estava sempre disposta a ajudar quem quer que fosse. Faziam tudo juntas, pães, bolos, caminhadas. Morava com o marido José em um sítio ao lado do sítio de Maria e Sebastião. Ambas as famílias plantavam guaraná e participavam ativamente das atividades da associação de produtores do assentamento.

Maria foi percebendo que Socorro estava mais triste, deprimida. Havia dias que relatava a ela não haver dormido, e ter chorado a noite toda: “o maior medo dela era que eu morresse e a deixasse”. Há uma emoção profunda em seu corpo quando conta essa história, pois fez várias tentativas para que a amiga saísse daquela tristeza, mas sente que ela se entregou: “dizia não querer mais viver, que não sentia dor, mas tristeza”. Isso cala profundamente em sua alma e a faz chorar sempre que relembra, parece que sente culpa por não ter conseguido ajudar Socorro.

Na sua avaliação, qualquer pessoa que fique no assentamento durante muito tempo, sem ir à cidade, pode criar sentimentos de depressão como os de sua amiga. “Se o ser humano não sai de casa, não interage com outras pessoas tende a ficar triste e perde o ânimo pela vida”, reflete Maria. O prolongado tempo sem ver a filha e sem ter notícias da família, o sistema de comunicação no assentamento não funcionava, deixava Socorro ainda mais nervosa.

Todas estas condições concorriam para que Socorro não melhorasse, por isso José, seu marido, foi até Maria e pediu que ela o ajudasse a convencer a esposa a ir ao médico. Maria conta que conversou com ela, arrumou sua mala e foram juntas a Porto Velho/RO falar com o médico. “Mas não era com uma única consulta que minha amiga ficaria boa, era necessário um acompanhamento”. Mas José não conseguia convencer a esposa a se tratar, acreditando que ela mentia quando dizia que tomava os remédios que tinham sido receitados.

Uma das coisas que Socorro fazia era queimar sua própria roupa. Quando estava junto a Maria reclamava que não tinha o que vestir. Então Maria separava umas roupas suas e dava a ela. Ela as vestia uma ou duas vezes, depois desapareciam. Maria não as via mais. “Na verdade, ela jogava as roupas num buraco e tocava fogo”, descobriu Maria depois.

Em tom melancólico, lembra que a amiga amava plantar, que sua casa era repleta de plantas ornamentais e frutíferas, mas que nos últimos meses ela já não cuidava de nada, e começou a jogar fora todos os vasos do jardim. No início da crise depressiva, Maria acredita que se Socorro estivesse em um lugar com fácil acesso a médicos e tratamentos, ela teria se recuperado.

Tristemente, em uma manhã, Sebastião foi à casa dos amigos e encontrou a porta entreaberta, e tudo muito quieto, já que eles possuíam o hábito de acordar cedo. Quando entrou na casa observou que a cozinha estava repleta de sangue. Em desespero, acreditava que os amigos haviam sido vítimas de um assalto. Com receio de averiguar sozinho, “chamou outros companheiros”, e foi assim que encontraram José ensanguentado na cama, muito debilitado. Ao procurar por Socorro a avistaram caída, dentro de uma cisterna, já sem vida.

Tudo isso foi devastador para Maria. Há um ano ela havia perdido seu filho e sua mãe, e agora estava sem sua melhor amiga. Exatamente a pessoa que a amparara, que a acalentara no momento mais difícil de sua vida. Seu chão cedeu, o sentimento era de que a vida tinha acabado. A saudade cala profundamente a alma de Maria.

Nos dias que antecederam a tragédia, Maria foi até a casa de Socorro para dizer-lhe que o Cartão do Bolsa Família delas havia chegado e que queria combinar com ela uma viagem a Porto Velho para receberem os cartões, e também tentar animar a amiga a retirar o dinheiro, comprar umas roupas, já que esta era vaidosa. Mas a resposta de Socorro ainda ecoa em sua memória, e lhe corrói por dentro: “Não vou não, não preciso mais de dinheiro. Daqui saio somente morta”. Maria acredita que a amiga vinha com tudo planejado.

A avaliação de Maria é que José somente sobreviveu porque um dos assentados estava de carro no local, e com a ajuda dele e de outros, José foi levado para Porto Velho. Não havia como chamar uma ambulância porque no assentamento não funciona celular ou telefone fixo. Após a chegada em Porto Velho/RO do grupo que prestou os primeiros socorros a José é que a polícia foi acionada. O corpo de Socorro permaneceu mais de dezesseis horas dentro da cisterna aguardando o Instituto Médico Legal de Rondônia.

Para Maria, a tragédia toda ocorreu logo no início da noite. Esta é a suspeita, porque na noite anterior, à descoberta dos crimes, havia faltado energia e junto ao

corpo de Socorro estavam uma lanterna e um facão. Em razão das circunstâncias, acredita-se que por isso Socorro não tenha conseguido assassinar José.

No primeiro momento da investigação a polícia suspeitou que José havia assassinado Socorro. Mas Maria diz não ter dúvida de que a amiga tentou matar o marido, e achando que ele já estivesse morto, cometeu suicídio. Socorro foi encontrada com os pulsos cortados, mas de acordo com a autópsia a causa da morte foi em decorrência da queda dentro da cisterna.

Apesar da profunda perda que havia sofrido um ano antes da morte de Socorro, Maria acredita que o que a fez seguir em frente foi sua fé, não ter ficado sozinha em casa sem interagir com outras pessoas, ter buscado um trabalho que lhe desse contentamento, e o fato de “saber desabafar”. Acredita que as pessoas que expõem suas emoções, não as guardando para si, superam melhor as dificuldades da vida.

A demora na busca pelo corpo da amiga e a ausência de socorro a José despertaram em Maria sentimentos que vinham à tona de vez em quando, de perceber-se abandonada e desprezada. Para ela essa é a condição deles no assentamento, de “desprezados”, como se “não existissem”, o que torna ainda mais difíceis suas vidas. Há uma emoção permeada de tristeza nas falas e assertivas de Maria, principalmente porque ela diz que eles somente são lembrados na época de eleição, nesse momento aparecem muitas pessoas em suas portas buscando votos e fazendo promessas. Mas quando passa o período eleitoral todos desaparecem. Eles continuam na mesma situação, e isto para ela é “muito doído”. Maria diz que sente vontade de ir embora, porque “nada parece melhorar”: “A estrada não foi arrumada no ano passado, e se não vierem esse ano, ninguém vai conseguir passar”. Apesar de esperar que as coisas melhorem, parece não haver muita esperança.

Ela avalia que o fato do assentamento estar localizado muito distante da sede do município de Canutama, e próximo à capital de Rondônia, o transforma no “espaço do esquecimento”. Por um lado, estão longe de tudo que é administrativo no estado do Amazonas, e por outro, apesar da proximidade a Porto Velho, lá eles não conseguem resolver nenhuma questão administrativa referente ao assentamento: “Tenho dó de sair daqui e começar tudo de novo. Se eu pudesse dizer algo a alguém que tivesse o poder de mudar nossa situação, eu diria para que quisesse bem a gente, como se quer bem a uma pessoa que é próxima, a mãe, ao filho, porque nós queremos o bem destas pessoas. Pensasse, eu vou fazer o bem para aquele povo lá, como eu faria à minha mãe. Porque se pensassem assim, estaria pensando com carinho”.

5.1.3 “Só te conto porque não vai ser contar só por contar”: Roberta

Roberta (Figura 24) é professora rural, ex-presidente da associação de produtores, casada com Silvio e mãe de cinco filhos. Nunca morou no campo, e seu primeiro contato com este universo foi depois de uma tragédia que aconteceu com sua família em Porto Velho/RO. Depois de ir morar no assentamento para dar aula na escola local, conhece Sílvio que também é professor, e após um tempo de relacionamento eles conseguem “comprar” um lote de terra no assentamento e depois, junto ao INCRA, são cadastrados como assentados da reforma agrária.

Figura 24 - Roberta participando de atividade de campo promovida pela UFAM



Fonte: NOGUEIRA, 2013.

Roberta é uma mulher jovem, com trinta e quatro anos, aquele tipo de pessoa com a qual nos perdemos no tempo ao iniciar uma conversa, porque tudo flui com tanto afeto que uma garrafa de café não é o suficiente. Forte, decidida, lutadora, nos narra sua história porque de acordo com ela, não estará contando uma história por

contar, mas “porque fará sentido e contribuirá para que outras pessoas conheçam a realidade de se viver num assentamento na Amazônia”.

Tudo era novo para Roberta quando se mudou para o PA São Francisco, cada dia ocorria como uma nova descoberta, como uma nova paixão pela vida, pelo lugar, pelas pessoas. Apesar de não ter uma vida financeira boa na cidade, o mundo rural era algo totalmente desconhecido. Quando foi trabalhar na escola como professora conheceu Silvio, que logo depois se tornou seu marido e companheiro das lutas e enfrentamentos que cotidianamente surgem no assentamento.

Dentre muitas coisas vividas por Roberta, felizes ou não, uma a marcou muito, e traz um significado muito forte para que seja possível perceber as condições de vida no PA São Francisco: a história de Maria e Wilson, um casal que sempre foi atuante na comunidade ajudando nas primeiras organizações sociais, na escola, sendo padrinhos de casamento e batizados de muitos assentados. Porque eles, de acordo com Roberta, eram brilhantes, interagiam com todos, conheciam toda a comunidade. Em 2005, a condição no assentamento não era muito melhor do que quando foi criado em 1993. No inverno a estrada e suas linhas ficavam totalmente sem acesso, e com as estradas alagadas a única forma de entrar no assentamento era a pé. Onde moravam Maria e Wilson a situação era muito pior, “tanto é que até hoje a linha quatro ainda é pouco habitada”.

Com três filhos em idade escolar, Maria e Wilson não conseguiam levá-los regularmente à escola, pela distância entre a casa do casal e a linha dois onde a escola funcionava, e porque quando chovia era impossível sair de casa. Nessa ocasião, Maria propõem a Wilson que ela se mude para Porto Velho/RO, afim de que as crianças possam estudar, desta forma ela iria todos os fins de semana para o assentamento. Passado o tempo, a filha mais velha formou-se em Engenharia e a do meio, já fazendo faculdade, passou a cuidar do irmão menor. Então Maria decide voltar a morar no assentamento em 2017, e seu plano para este ano era o de voltar a ajudar seu marido na lida diária no sítio. Em conversa com Roberta, em outubro de 2016, Maria contava seus planos e dizia estar feliz em poder conviver diariamente de novo com o companheiro.

Mas os acontecimentos que se deram um mês depois de Maria compartilhar seus planos com Roberta mudariam radicalmente a vida do casal, e a relação dos assentados entre si e com o INCRA. Roberta faz questão de dizer que somente está

rememorando o fato porque “ele precisa fazer sentido para alguém”, de outra forma, o que ela quer é não falar mais sobre o assunto.

A mãe de Maria também era assentada e seu lote estava localizado no final da linha quatro. Com sua morte em 2015, o sítio ficou sem ninguém, mas os filhos não estavam preparados para esvaziar a casa e mexer nas coisas da mãe. Passados alguns meses, o sítio foi ocupado por uma outra família, que de acordo com Roberta não era moradora do assentamento e nem estava cadastrada no INCRA. Tomando ciência da situação, uma irmã de Maria foi até o lote da mãe para saber o que de fato estava ocorrendo. Ao chegar ao sítio ela se deparou com pessoas estranhas residindo dentro da casa de sua falecida mãe, usando seus objetos pessoais, e ainda degradando móveis e pertences, chegando a pôr fogo em roupas.

Para Roberta a cena mais triste, contada pela irmã de Maria, foi terem visto um par de sapatos de sua mãe parcialmente queimado. Neste momento ela entra na casa e começa a retirar as louças de sua mãe, e um dos moradores está utilizando uma caneca, que ela puxa bruscamente de sua mão. A caneca acaba caindo ao chão e um de seus cacos fere o rosto desse morador. Instala-se efetivamente o conflito. Ambas as famílias registram boletim de ocorrência na delegacia, uma por agressão e outra por invasão de propriedade.

Após saber o que havia acontecido, Maria e Wilson ficaram revoltados com a situação, conforme Roberta conta. Mas foi o Wilson, que considerava a sogra como uma mãe, que começa a tentar resolver por sua própria conta o problema da ocupação da casa. Várias vezes Wilson foi até a família que estava morando na casa da falecida sogra, mas nunca encontrava os cinco irmãos que ali ocupavam. Nesse período o INCRA estabelece um cronograma de trabalho para o PA São Francisco que dizia respeito à vistoria dos lotes. A primeira linha a ser vistoriada seria justamente a linha quatro, porque o objetivo era assentar um grupo de acampados que estavam ao longo da rodovia BR 319, já que esta linha era a menos povoada.

Sabendo da presença do INCRA no assentamento em novembro/2016, Wilson vai em busca dos funcionários e muito nervoso, pede que eles o acompanhem até o sítio de sua sogra para resolver o problema. Não se sabe, de acordo com Roberta, o que aconteceu. Mas os funcionários do INCRA acabaram não aceitando o pedido do Wilson. Talvez tenham ficado receosos porque ele sempre andava com uma espingarda e achassem que ele podia atentear contra suas vidas. Mas a verdade é que

ele estava muito nervoso, e o servidor do INCRA lhe respondeu que naquele momento eles não iriam lá, que isto seria feito em outra oportunidade. Para Wilson aquela resposta era inaceitável, afinal alguém estava ocupando irregularmente um lote, o INCRA estava lá, vistoriando a linha onde o conflito se dava.

Diante da recusa, ele decide então ir novamente ao encontro dos cinco irmãos, não os encontrando, ele vai até a linha três onde residia a mãe dos irmãos que ocupavam a casa de sua sogra. Roberta ressalta sempre que Wilson estava muito nervoso com toda aquela situação, e que ao chegar à casa, a mãe dos “invasores” afirmou não saber dizer a que horas eles regressariam. Wilson estava de moto, e imagina-se que ele fez algum movimento brusco, porque um objeto que estava no quintal foi quebrado, o que fez com que a mãe dos rapazes ficasse chateada, isso era por volta das dezessete horas. O que as pessoas que encontraram Wilson nesse dia contam, é que ele estava muito nervoso, e que ele avisou que voltaria no outro dia bem cedo para resolver o problema.

Como já estava escurecendo Wilson resolve então dormir na casa de um assentado da linha três, “deixando sua moto numa casa quase em frente ao lote da mãe dos invasores”. Acredita-se que alguém avisou a eles o que havia ocorrido. Para Roberta, o que se sabe é que ao ir buscar sua moto por volta das seis da manhã, Wilson foi abordado pelas pessoas que estavam morando na casa de sua sogra. Os moradores da linha três ouviram muitos gritos, mas não sabiam o que estava ocorrendo. Mas como os gritos eram intermitentes algumas pessoas resolveram ir verificar, neste momento eles ouvem um tiro: “ao chegar na frente da casa da mãe dos invasores há dois carros de saída com várias pessoas dentro”. Apesar de perguntarem o que ocorrera aos ocupantes dos carros, estes saíram em alta velocidade, diz Roberta.

A tragédia, quase anunciada de acordo com Roberta, havia se concretizado. Os moradores encontraram próximo ao local onde os carros estavam um facão e muito sangue, contudo não viram mais ninguém. Nesse momento, todos desconfiaram que algo de “ruim” havia acontecido com o Wilson. A comunidade então se organiza para procurá-lo. Por volta das quatorze horas eles encontram vestígios de sangue encoberto com barro e encontram o corpo de Wilson jogado para fora da estrada no meio do mato. “Parecia um filme de terror”, diz Roberta. Ele havia sido brutalmente espancado, esfaqueado diversas vezes e baleado: “Seu rosto estava irreconhecível”.

A Polícia Militar chegou ao assentamento no fim da tarde (existe um posto policial há trinta quilômetros do assentamento), mesmo tendo sido acionada antes do meio dia sobre o desaparecimento e a suspeita de que ele poderia ter sido assassinado. O corpo de Wilson ficou desde o início da manhã quando fora assassinado, até as vinte e três horas aguardando a chegada do Instituto Médico Legal de Rondônia. E o mato, local do seu assassinato, “se transformou no lugar do seu velório”.

Para Roberta, a morte de Wilson “escancarou todas as dificuldades que são vividas cotidianamente no assentamento”, deixando marcas profundas na família e na comunidade. Em um único dia os problemas de acesso, comunicação, segurança e insegurança fundiária foram expostos de uma maneira nefasta e irreparável. O que se sabe até o momento é que todos estão soltos; dos cinco irmãos apenas o caçula, que é menor de idade, admitiu o crime. O que ecoa na memória de Roberta é a última conversa que teve com a esposa de Wilson, quando esta lhe falou dos seus planos para 2017.

O assassinato ocorreu em um domingo, e o INCRA havia iniciado os trabalhos de vistoria na sexta à tarde, com continuação no sábado durante todo o dia, e no domingo retornado a Humaitá/AM. Os servidores que estavam no assentamento realizando a atividade regressaram ao assentamento na segunda-feira e almoçaram na casa onde estavam alojados. Para Roberta, o sentimento dos assentados era de comoção, e assim propagou-se por todo o assentamento que a caminhonete do INCRA e os servidores seriam retidos, que ninguém sairia do PA São Francisco até que tudo fosse resolvido.

Desde 2009 todos aguardam essa vistoria, e quando ela ocorreu quase dez anos depois, avalia Roberta, foi com restrições, acontecendo somente em um dia e meio, em somente trinta e quatro parcelas, em um assentamento de 296 lotes. Gerou-se, portanto, um clima de revolta contra o órgão, uma vez que alguns assentados acreditam que a “tragédia teria sido evitada se o INCRA tivesse feito a vistoria no lote da sogra de Wilson”, ou tivesse tido outra postura em relação à demanda que ele lhes apresentou, já que para eles “o conflito era relacionado ao uso indevido da terra, e tudo que acontece dentro do assentamento o INCRA tem que dar autorização”, conclui Roberta.

A isso somou-se todo o descrédito que os assentados já vinham nutrindo em relação às promessas do órgão. Roberta afirma que somente 10% das famílias que

vivem no PA São Francisco hoje estão regularizadas junto ao INCRA nos mais de quinze anos de existência, e das 296 parcelas, menos de um terço possuem o título definitivo. Desta forma, este cenário fez com que os servidores fossem embora, não concluindo a vistoria. Após serem procurados na sede da Unidade do INCRA em Humaitá para saber quando seria dada continuidade aos trabalhos, o responsável afirmou que somente quando a Força Nacional pudesse dar o suporte à atividade, caso contrário, eles não iriam mais ao assentamento, pois temiam por sua segurança.

Roberta pondera que os servidores não estavam errados em sentirem-se temerosos. Infelizmente “o INCRA deixou que os problemas no assentamento fossem se acumulando até se desenhar a tragédia da morte de Wilson, sendo hoje muito difícil qualquer diálogo amistoso com o órgão”. Para ela, no calor do momento, do sofrimento e da perda brutal, jogou-se toda a culpa no INCRA, porque talvez o órgão pudesse tê-lo evitado. O Wilson era um símbolo da luta dentro do assentamento, e morar na linha de pior acesso provava o quanto ele acreditava que a vida no assentamento poderia melhorar.

Sua perda “é muito complexa”, reflete Roberta. Ter presenciado a dor de Maria foi demasiado difícil. Apesar das dificuldades e dos pequenos sofrimentos diários, o que eles passaram “foi um sofrimento causado pelo conflito de uma terra”, acrescenta Roberta. “Eles eram um casal muito apaixonado e o fato de Maria ter declarado que perdoava os assassinos do marido na frente de todos, e que entregava nas mãos de Deus para que a justiça fosse feita, só prova o valor que eles tinham, e quanto eles ainda tinham para nos ensinar”, lembra Roberta, acrescentando sob forte emoção que o perdão ali não foi somente falado, mas vivenciado.

Diante da morte trágica de Wilson, Roberta faz uma avaliação geral sobre a vida no assentamento. Diz que todos ficam muito vulneráveis à violência pela ausência de segurança. As leis, o poder público, formulam ideias de que “dentro do assentamento não se pode ter armas, que todos são da paz”. “Realmente somos da paz”, afirma, mas existem pessoas que vêm de fora. No ano de 2015, quase todas as noites uma casa era assaltada, e quando ia-se registrar ocorrência, o posto da polícia de Porto Velho alegava que o assentamento pertencia ao estado do Amazonas.

No assentamento não há nenhum sistema de comunicação; em 2015, “quando uma casa foi assaltada e seus moradores amarrados e amordaçados, somente teve-se conhecimento vinte e quatro horas depois, quando conseguiram se desamarrar e pedir ajuda após andar vários quilômetros”. A Polícia Militar de Porto Velho demora

“aproximadamente dez horas para atender uma ocorrência no assentamento, quando chegam fazem o atendimento com má vontade”, diz Roberta.

Na teoria o Poder Público deveria atender onde quer que fosse, acredita Roberta, mas na prática, “é como o perdão, falar torna-se fácil, agora agir é mais complexo”. De acordo com sua experiência, até registra-se o boletim de ocorrência, mas a “viatura vem ao assentamento quando eles bem entendem”, desabafa. E tudo parece resumir-se a: um assentamento que é de competência do INCRA, em um município que não pertence a Rondônia, um município que não é o de responsabilidade do Estado de Rondônia. Assim, para ter acesso a serviços de segurança pública, há uma série de obstáculos para serem vencidos.

Para Roberta, o órgão pode até alegar que há disponibilidade de policiamento fornecida pelo estado do Amazonas, uma vez que na Vila Açuanópolis existe uma base da Polícia Militar do Estado. No entanto, apesar de concordar que o efetivo não é o suficiente, Roberta desafia a fazer-se uma verificação no livro de ocorrência e checar quantos casos registrados foram resolvidos. Ressaltando que muitas vezes a situação ainda é agravada pelos policiais, que informam os nomes dos denunciante aos denunciados com a explicação que estão tentando apaziguar os conflitos: “lamentavelmente é muito mais fácil para eles, pois tem acesso à internet e ficam no conforto do ar-condicionado, e os assentados ainda precisam tratá-los bem, para que minimamente sejam atendidos”.

Tudo que a mídia divulga como política pública não faz parte da vida diária no assentamento, contesta. “Só descobri quais são as políticas públicas específicas para a agricultura familiar e área de assentamento quando fiz o curso ministrado pelo Instituto Federal do Amazonas/IFAM”. Roberta ajuíza que no assentamento não há assistência médica, posto de saúde, e quando alguém “desconfia estar doente de malária, fura o dedo e passa na lâmina (como fora ensinado pelo agente de saúde), acomoda a lâmina num papel e passa por debaixo da porta do que seria o posto do agente de endemias”, para quando alguém for ao assentamento, avaliar.

“Se você estiver mesmo com malária, pode esperar a morte, porque a demora é grande no diagnóstico”. A educação “melhorou sua estrutura a passos lentos” com a construção da escola, mas não tem material didático e o transporte escolar é precário. Segurança, meios de comunicação e uma ausência total do INCRA, principalmente como intermediador com demais órgãos, são os grandes problemas: “bem diferente do que é visto na televisão em assentamentos na região Sul e Sudeste,

onde há Minha Casa Minha Vida Rural, projetos de captação de água da chuva em cisternas para irrigação, políticas do PRONERA”, esclarece Roberta ao enumerar as dificuldades cotidianas no PA São Francisco.

Na visão de Roberta, a comunidade sempre esteve disponível para trabalhar em parceria com o INCRA, até compreendendo a falta de condição técnica e estrutural do órgão nos municípios do Amazonas. Mas questiona-se por que a Unidade não busca maneiras de trabalhar junto à comunidade assentada. Para ela “se é o INCRA que os assiste, inclusive autorizando qualquer órgão público a trabalhar no assentamento, por que ele está distante dos assentados? Como eles possuem dificuldade de atingir individualmente cada parcela de lote? Poderiam junto à associação marcar reuniões periódicas, para explicar sua condição e fechar acordos com os assentados, e toda a mobilização seria feita pela associação”, avalia Roberta.

“O que é visto no assentamento é cada agricultor por si, e Deus protegendo todo mundo, dando a benção e o livramento. Prova disso foi um assentado que teve o filho picado por uma cobra, que além de ter tido que matar a cobra (porque é preciso mostrar que tipo de cobra foi vitimado), teve correr atrás de um carro, pôr seu filho enrolado numa rede e levar para Porto Velho, e a ainda ouvir no hospital que o socorro em casos de picada de cobra deve ser prestado em quarenta minutos. O menino não morreu. Mas uma prova que Deus está pondo a mão em cada agricultor, e cada agricultor está tentando fazer sua parte”, narra Roberta. Desde que chegou ao assentamento é essa luta diária, estrada que está com placa de licitação desde 2014 e não é pavimentada; pessoas impedidas de acessar seus lotes por falta de condição da estrada; o INCRA que não fiscaliza; “promessas de superintendentes gravadas que nunca são cumpridas”; políticas públicas que não se veem, que estão passando, mas não no assentamento: “Se estão passando, não é aqui no meu sítio”, finaliza Roberta.

5.1.4 “Um sobreviver com a ajuda do Estado”: Alberto

Seu Alberto dos Santos Filho tinha 73 anos quando contou sua história. Infelizmente, ele faleceu em 2015, vítima de um acidente vascular cerebral, provavelmente por conta de problemas de pressão arterial de que sofria há muito tempo, mas que não conseguia controlar, como ele mesmo relatou inúmeras vezes. Mas contar um pouco de sua narrativa é manter viva sua memória e experiência.

Durante quinze anos ele foi um assentado da reforma agrária, e um dos primeiros moradores do assentamento Pacιά. Nascido no interior no município de Lábrea (calha do Rio Purus), no seringal Caçadoá, morou em muitos lugares: “Morei em Lábrea todinha, entrei por uma parte e sai por outra”.

Na área urbana de Lábrea e já casado, Alberto somente queria uma terra para chamar de sua, “plantar e sobreviver dela”. Com esse sonho acostumou-se até os cinquenta e nove anos, quando foi assentado. Em busca de um lugar para viver, soube pela Pastoral da Terra de Lábrea que o INCRA fazia levantamento de pessoas interessadas para um novo assentamento. Ao chegar no escritório do órgão, foi informado de que não poderia ser beneficiário da política de reforma agrária, pois estava perto de completar sessenta anos. Mesmo assim Alberto não desistiu. Insistiu que “era um homem forte para o trabalho” que não tinha onde morar, “rogou”. Pediram então que deixasse seus documentos, que verificariam o que era possível fazer. Passados quinze dias foi comunicado que deveria ir ao INCRA e que seu cadastro tinha sido aprovado.

Em janeiro de 2000, já cansado de esperar que o INCRA liberasse o assentamento, Alberto e mais dezoito homens decidem eles próprios fazer as trilhas, já que o INCRA havia demarcado os lotes. Contava que ele e os dezoito estavam cansados, mas queriam “pegar aquele terreno para ter de onde sobreviver”, mas um “sobreviver com a ajuda do Estado”. Não havia estrada ainda dentro do assentamento, e da rodovia Transamazônica até o início da área do assentamento eram aproximadamente seis quilômetros – que foram percorridos naquela época por quase dez horas, carregando pertences na cabeça e “com água quase na coxa”. Cada um foi escolhendo seu lote. Os filhos adultos de Alberto também pegaram um terreno cada. O sonho não era somente dele, mas de toda a família.

A primeira compra foi um balde para puxar água de um poço que ele mesmo cavou. Sua primeira decepção não foi a falta de infraestrutura do assentamento, mas uma dívida de R\$ 2.400,00 que ele descobriu possuir depois de ter recebido alguns créditos iniciais, como o do rancho (crédito alimentação) que estava com os produtos vencidos: “eu não enxergo esse negócio de leitura”. A metade dos alimentos joguei fora”.

“A senhora está vendo?”, dizia, “de pedra a pedra, tudo plantado, duas quadras e meia de terra, e o resto tudo preservado”. Sua intenção era a de criar animais como galinha, pato, cabra, boi, mas teve muitos problemas com a criação. No INCRA ele foi

informado que gado não podia criar, mas sua dúvida era: “fazer agricultura também não incluía criar animais?”. Porque estes alimentos ele não possuía condição de comprar, e em sua lógica criando pato, boi, cabra, galinha, ele teria seu sustento.

Seu Alberto sempre teve problemas com mão-de-obra, seus filhos já adultos foram cuidar de suas vidas, só restava ele, sua esposa e um filho com necessidades especiais. Desta forma, sua expectativa de trabalho na terra caiu drasticamente. Trabalhando na lida com ajuda do teçado e da enxada, assim foi sua vida durante quinze anos. Para ele “o Estado deixou de ajudar”.

As coisas nem sempre acontecem como é esperado, e os projetos levados ao assentamento não eram discutidos com os assentados, de acordo com Alberto. Assim, conta, quando o órgão local de ATER, o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) levou o projeto de implantação de casas de farinha, em sua avaliação não foi o ideal, porque não havia recurso financeiro, somente material. Sua frustração era não ter um trator ou carro de mão. Forno ou gamela, isto ele sabia construir, disso ele não precisava.

Devido à idade e o trabalho na roça, Alberto sentia fortes dores no braço, que adormeciam suas mãos, estou “aleijado”, dizia ele. Esta situação deixava-o entristecido, pois gradativamente via seu esforço sendo tomado pelo mato, uma vez que não tinha condições de pagar para outras pessoas cuidarem da sua roça. A renda que possuía era proveniente de um auxílio pago pelo Governo a pessoas com mais de sessenta anos: “nunca fui aposentado como trabalhador rural”. Seu Alberto parecia muito cansado, mas não por conta da idade, e sim pela sensação de impotência diante dos seus olhos. Um homem que sempre lutou pela vida, agora parecia sentir-se impotente, desamparado.

A mobilidade no assentamento é muito precária, durante o inverno amazônico (Figura 25) é praticamente impossível o deslocamento, e durante o verão o girico duas vezes por semana transporta os assentados até as zonas urbanas de Lábrea. Desta forma, todo o custo era para Alberto um dinheiro que não poderia ser gasto, uma vez que sempre que precisou comprar mantimentos desembolsava em média cinquenta reais por viagem. Em determinados momentos dizia sentir vontade de que “o Estado chegasse ali, lhe indenizasse”, para ir embora. Nesse momento lembra de todas as vezes que alguém ateou fogo, este se alastrou por todo o assentamento, e ele como louco, saiu jogando areia e água para não perder o que tinha plantado. Lembra também quando teve que pedir favores para que lhe “comprassem um peixe”, porque

no assentamento não tinha nada para comer. Por este peixe Alberto pagava até quarenta reais, incluindo o preço do combustível de quem ia até “a cidade comprar”.

Figura 25 - Trecho dentro do assentamento Pacιά durante o inverno amazônico



Fonte: NOGUEIRA, 2016.

A vontade de ir embora não era maior que o amor pela sua terra, por tudo que construiu em cima dela. “De um lado tudo foi um engano”, porque acreditava não ter conseguido deixar para a família um bem. Por outro, alegria, quando lembrava do que sentiu ao pisar pela primeira vez na terra que poderia chamar de sua, criando assim uma “amizade por ela”. Neste momento, Alberto chora, lamenta por não ser mais novo, por não ter a mesma força, por sentir-se sozinho: “este é o meu sacrifício”.

Alberto fala das promessas que foram feitas pelo INCRA, onde todos seriam ajudados, principalmente para o trabalho. Foi a aração que nunca veio, o trator que nunca entrou, a estrada que nunca foi construída, a assistência técnica que não teve: “Aí fica difícil o assentado fazer as coisas somente da cabeça dele mesmo”. Avaliava que apesar de ter nascido e sido criado na agricultura, as coisas mudaram, e era necessário que eles tivessem orientações para acompanhar as mudanças.

Em uma época em que ficou doente por conta da pressão arterial e o reumatismo, Alberto precisou se ausentar cerca de sete meses do assentamento.

Neste intervalo o INCRA realizou vistorias e ele foi notificado de que poderia perder o lote. Precisava, então, explicar por que não estava ocupando a casa quando a vistoria ocorreu. Quanta revolta sentiu Alberto, além de ter que explicar, teve um financiamento cancelado. Mas atendeu às exigências que lhe foram feitas, porque afinal “pegou amizade pela terra”, esta ele não desprezava e com ela não fazia negócio nenhum.

Para ele os sonhos não cessam com a idade, ainda sonhava em receber ajuda do Governo para plantar, criar seus “bichos”, ter um transporte para se locomover até a cidade, para cuidar da saúde. Alberto já não enxergava direito, mas não queria fazer tratamento na cidade. Gastar dinheiro com consulta médica na cidade era o mesmo que “pôr fogo no dinheiro”, dizia. Em sua opinião, os médicos só diagnosticavam duas doenças: “verminose ou malária”.

Apesar de morar há quinze anos no assentamento, ainda não possuía o título definitivo do seu lote, o que se configurava em uma de suas principais preocupações. Sentia receio de morrer e não poder deixar sua companheira amparada, com segurança. Afinal, ambos estavam idosos. Onde ela moraria caso ele partisse primeiro e “ela não conseguisse tocar o sítio?”. Mas enquanto “tivesse permissão de Deus de viver livre em sua terra, continuaria lutando”. Mas “se pudesse pegar o telefone e falar com alguém do Governo questionaria: por que o Estado abriu mão do assentamento se foi ideia do próprio Governo?”. Dez minutos para ele seriam o suficiente para explicar a situação em que vivia, para dizer que estava lutando apesar de saber que para a maioria, “o pobre não tem vez”, e quando tem é “debaixo do pó”.

Infelizmente, foi com essa certeza que Alberto faleceu em 2015, sem ver sua companheira com a garantia fundiária a que eles tinham direito, sem ver a estrada sendo melhorada, e sentindo no corpo as dificuldades de ser assentado da reforma agrária no interior da Amazônia.

5.1.5 Os filhos do seringal: Maria e Antônio Sampaio

Maria nasceu no seringal São Vicente às margens do rio Purus. De acordo com suas memórias, sua avó paterna era indígena, e por parte de mãe seus avós eram cearenses. Até os onze anos de idade morou no seringal em que nasceu, depois mudou-se para o seringal do Madeiro, onde ficava uma temporada na terra firme e outra na várzea. Aos vinte e seis anos, Maria foi morar na área urbana de Lábrea e

começou a trabalhar como doméstica. Esta experiência não foi boa, principalmente pelas situações de constrangimento e humilhações a que foi submetida à época. Quando casou com Antônio foi morar na praia do Gado, uma área de várzea próxima à área urbana de Lábrea, por lá viveram oito anos.

Antônio (Figura 26) nasceu no rio Ituxi, que é afluente do Purus em um seringal chamado boca do Siriquiqui. Os pais nasceram no Amazonas, seus avós paternos eram cearenses, e sua avó materna era boliviana. Morou na comunidade Palmari onde trabalhou na agricultura. Aos doze anos mudou-se para os arredores da área urbana de Lábrea, onde estudou o MOBRAL até a quarta série (quinto ano do ensino fundamental). Na década de 1990, conheceu Maria e casou-se com ela. Tiveram somente uma filha, que concluiu o ensino médio e mora na cidade. No PA, hoje mora com eles uma neta de seis anos. Para Antônio, eles não têm o “saber para viver na cidade”.

Figura 26 - Maria e Antônio num dia de trabalho na casa de farinha no PA Pacιά



Fonte: NOGUEIRA, 2016.

Maria dizia não se sentir abandonada, para ela morar no assentamento é uma opção sua, “estou onde gostaria de estar”. O que lamenta é não ter o trabalho deles

valorizado, o que eles são, o que produzem: “Sem assistência não há a quem recorrer”. Em um desabafo, Antônio expõe que no assentamento tudo deu errado, nada do que fora prometido nas inúmeras reuniões havia sido implementado. Como membro da diretoria da associação de produtores do assentamento, Antônio sentia-se ressentido pelos assentados não serem unidos, um bom assentamento, segundo ele, deveria ser “bem organizado e com as pessoas unidas”.

Quando os assentados foram ocupar seus lotes no PA, fizeram isso sem o assentamento ter sido melhor estruturado. O INCRA não havia aberto as vicinais e nem os ramais. Os lotes estavam demarcados, mas tudo ainda estava dentro do mato. De acordo com Antônio, caso eles não “tivessem insistido, metido a cara”, as coisas teriam demorado muito. Para uma parcela da população que vivia no que “é dos outros” como é o caso da maioria dos assentados do Paciá, mudar-se era urgente, enquanto no tempo do governo as coisas caminhavam mais lentamente, os sem-terra do Purus tinham pressa, seu tempo era outro.

As coisas não estavam fáceis para eles, Antônio havia adoecido em 2015 e ainda não estava totalmente recuperado. Por conta das chuvas e das condições da estrada, eles não conseguiam vender sua produção para a cidade. Para Maria, o que ainda “estava aguentando” era a Bolsa Família que recebiam por conta da neta que mora com eles. É com o Bolsa Família que ela compra o rancho do mês. Outra saída estava sendo enviar a produção a um parente em Manaus. Este paga a eles o valor do saco de farinha em forma de rancho, “porque em Manaus a cesta básica é mais barata que na cidade de Lábrea”, acreditam. O casal auxiliava financeiramente a única filha, que desempregada.

O assentamento não era mais como antes, avaliam. Está mais violento e com fluxo de pessoas que não possuem nenhuma relação com o local. Houve um aumento nos casos de alcoolismo entre os jovens, pelo que percebiam, e no número de pessoas estranhas que chegam no assentamento e ficam perambulando pelas vicinais: “não se sabem onde dormem, como se alimentam”. O último caso havia sido de um homem, que preocupou praticamente a todos. Andava vagando, não se sabia onde pernoitava. Quando tentavam conversar, dizia coisas desconexas e ainda ameaçava a integridade das crianças. Por conta do estranho homem, Maria deixava e buscava Gabriela na escola (até o ano de 2016 não havia ônibus escolar no PA): “parece que como surgiu, este desconhecido também desapareceu”.

As casas do assentamento, de acordo com Antônio, foram construídas em 2002 (Figura 27). O padrão foi o mesmo para todos os assentados: dois quartos, sala, cozinha. Nenhuma foi construída com banheiro, seja interno ou externo. Na segunda etapa (reforma) não foi liberado recurso para todos os assentados, mas os que receberam aumentaram os cômodos e fizeram banheiros internos, assim como Maria e Antônio.

Figura 27 - Foto de casas típicas do assentamento no PA Pacιά



Fonte: NOGUEIRA, 2013/2016.

O INCRA não ter cumprido metade do que foi prometido quando o assentamento foi criado é uma queixa constante em suas falas, e a dificuldade de mobilidade durante o período de chuva é um dos exemplos. O sonho era ter um pedaço de terra no seu próprio nome, “pois quem não possui uma terra para chamar de sua, nada possui nada”. No entanto, avaliam que até hoje “vivem na peia, não tem ajuda de governo nenhum”.

Quando lembram que tudo aquilo era uma mata bruta, que com as próprias mãos abriram caminho, que carregaram maniva⁷⁸ nas costas a pé por cerca de oito quilômetros para começar a primeira roça, reconhecem que algumas coisas melhoraram. Mas eles não desistem: “enquanto o corpo aguentar o trabalho será diário”. Parece que somente a morte define o fim da luta para Maria e Antônio. “Levar no bom humor e não ficar triste”, esta é a receita de Antônio para viver o dia a dia das dificuldades. Em sua opinião, lamentar não é a saída. É preciso correr atrás, se organizar. Afinal, foram anos vivendo e trabalhando para outras pessoas, vendo tudo que era produzido sendo entregue aos donos dos seringais.

5.2 AUSÊNCIA DO ESTADO E SUA COMPLEXIDADE

A experimentação do Estado no cotidiano (DAS, 2008, 2011) dos assentamentos rurais na Amazônia produz efeitos em seus corpos e em suas lutas, que podem ser compreendidos como estados e condições de abandono forjadas no limite do dentro e do fora da nação. A escuta das histórias que apresentam o “*cotidiano cru*” como parte da vida traz à superfície as humanidades eclipsadas pelas ausências, o desprezo, a não valorização da vida vivida – vida nua (AGAMBEN, 2010) – que cotidianamente tentam curar as feridas.

O que esta experimentação produz nestes espaços de abandono são as batalhas diárias pela permanência na terra e para não retornar à situação anterior ao assentamento. Observamos que a contradição de viver nos assentamentos reside na marca profunda da existência anterior, uma espécie de questão ressoa: “*O que seria pior que isto? Eu sei o que seria*”. Desta forma, a complexidade da vida posta à margem do e pelo Estado, não pode ser problematizada sem compreender o itinerário da falta que compõe a trajetória da maioria da população residente em áreas de assentamento na região.

O conjunto de vidas que formam os assentamentos São Francisco, Pacia e Botos é originário de um sistema de produção da vida estruturado na Amazônia por meio das relações de servidão (GALVÃO, 1979; OLIVEIRA, 1990; NIMUENDAJÚ,

⁷⁸Rama da mandioca ou parte da rama destinada ao plantio. Fonte: [https://www.dicio.com.br /maniva/](https://www.dicio.com.br/maniva/).

1982; TEIXEIRA, 2009), que se consolidam nos ciclos da borracha com o “aperfeiçoamento” do sistema de aviamento e as figuras do freguês e do patrão⁷⁹; e por meio dos itinerários da falta que mobilizaram os ciclos migratórios incentivados para a região.

Estes sistemas de produção construíram relações de poder estruturantes no interior de toda a Amazônia, alcançando as populações originárias, os migrantes nordestinos, e as populações nativas formadas pela miscigenação. O que parece estar em jogo, portanto, é como as ancestralidades destituídas e caracterizadas como cidadãos/pessoas/indivíduos/humanos de segunda classe (ARENDR, 1989) não foram transformadas pelas gerações posteriores. E aqui compreende-se como ancestralidades destituídas a ideia de que há uma manutenção da subordinação do direito a existir, que foi marcada na vida dos antepassados de quem hoje é identificado pelo Estado como assentado. Esta ancestralidade não está distante da proposta de sociedades esvaziadas de Césarie (1978, p. 25), onde vítimas das relações de dominação encontram-se intimidadas, oprimidas, com suas “extraordinárias possibilidades suprimidas”.

As ancestralidades não emergem de maneira fluída na memória dos assentados, sendo preciso delicada atenção a traços que puderam permitir acessá-las, fossem os hábitos alimentares, a manipulação de ervas, ou as formas de produção. Esta marca pode ser problematizada ao relacionarmos que a memória de classe reduziu as estruturas de poder (QUIJAO, 2010), não permitindo a visualização de um mosaico de diversidades que expresse as relações de poder nas estratégias de domínio e exploração. Desta forma, há no corpo a marca da posição ocupada na história, como afirma Segato (2010), que imbricam um conjunto de realidades que constroem as multiplicidades no interior dos assentamentos amazônicos.

Refletindo sobre um itinerário inter e intra amazônico, e reconhecendo que os fluxos migratórios que conformaram a região desaguam em pessoas cujas trajetórias parecem ser marcadas pela desterritorialização, não seriam, portanto, todos migrantes, no sentido daqueles que vão “principalmente de um ponto a outro, ainda

⁷⁹Ver o exemplo de famílias no alto e médio Rio Negro que viviam e ainda vivem a condição de exploração pelo patrão do extrativismo da piaçaba (<http://reporterbrasil.org.br/servidao-por-divida/>), assunto também estudado por Márcio Meira em *O Tempo dos patrões: extrativismo da piaçaba entre os índios do rio Xié*. (alto rio Negro), Campinas, UNICAMP, Dissertação de mestrado, 1993.

que este outro seja incerto, imprevisto ou mal localizado”? (DELEUZE; GUATARRI, 1997, p. 47). A necessidade e o sonho que impulsionam a busca pela terra é um contínuo deslocamento, de estrada a estrada, de rio a rio, sempre em busca de “um pedacinho de terra para trabalhar” (Antônio Sampaio, PA Pacιά) para sair do que é “dos outros”, para tê-la em seu próprio nome.

A destituição ou marca de uma gente sem a nobreza da branquitude parece se impor aos assentados rurais amazônicos como a parte que lhes coube da desterritorialização de suas ancestralidades, o que é recorrentemente expressado quando, ao contar sobre suas experiências de vidas, eles concluem que “assistindo um filme aqui, tinha um pessoal invisível. O pessoal invisível é o agricultor, o pedreiro, o carpinteiro. Esse tipo de gente que ninguém vê” (Assentado, 001), ou que “o pobre a senhora sabe, o pobre nunca tem vez. A vez do pobre é debaixo do pé mesmo e não tem jeito” (Assentado 002).

Mas o assentamento também pode ser compreendido como o lugar da reterritorialização, mesmo que nem todos nele permaneçam – há um contínuo nestes espaços – demonstrando um percentual que se resigna e escolhe ficar, mesmo diante das dificuldades que levam outros a partirem. E é a possibilidade, a promessa do lugar para construir um lar que faz com que outros cheguem.

Nesta ordem, o itinerário da falta comporta um conjunto de ausências que não passam a existir na certidão de nascimento, pelo contrário, estão marcadas na constituição da vida dos pobres que vivem na região. Os dados quantitativos apresentados nesta pesquisa revelam que mais de 50% dos setenta e cinco questionários consultados, eram de pessoas analfabetas ou analfabetas funcionais, o que caracteriza homens e mulheres com mais de vinte e cinco anos de idade com a marca da negligência social, da falta.

Em grande medida, a exclusão do acesso à escola, por exemplo, se estende aos filhos dos assentados porque mesmo não existindo mais o MOBREAL, a dinâmica da oferta de educação formal às populações rurais ainda se baseia em modelos compensatórios, onde as salas multisseriadas são formas de dispor no mesmo espaço de um único professor, crianças e adolescentes em diferentes fases escolares: “você já pensou botar criança de sete, oito, até quinze anos numa hora só? Será que não vai aprender? Não vai aprender! É mais para desarmar. Que futuro uma criança dessa vai ter na comunidade?” (Assentado 005, Lábrea).

Este “*Desarmar*” pode ser interpretado como desmobilizar, porque é a oferta mínima de serviços que garante o discurso de que os assentados são atendidos em suas reivindicações. É o Estado presente nas ausências que mantém a precariedade dos serviços. Um Estado que não se mostra realmente, mas que não se pode afirmar que não está no assentamento, mesmo que sua presença seja somente espectral. Desta forma é “justificado” o discurso do poder municipal quando informa que são estes os serviços que podem oferecer, afinal foi o “Governo Federal” que criou os assentamentos.

São nas estratégias de não assumir determinadas populações que se formam os marginalizados, que se reforçam os espaços de abandono onde os assentados seguem a viver como seus avós e pais que buscaram a vida inteira uma terra para chamar de sua ao fugir dos regimes de servidão dos seringais ao longo do rio Purus, como é o caso dos assentados do Pacιά; ao fugir dos patrões para ter sua condição fundiária regularizada, como é o caso dos assentados do Botos; ou fugir e buscar uma possibilidade de vida, onde a terra própria se tornasse um sonho possível, como é o caso dos migrantes do Nordeste e do Centro-Oeste moradores do São Francisco.

Mas como este outro afeta e importa ao Estado e de que maneira este é reconstruído cotidianamente a partir de um regime de ausências? Como vimos dito até aqui, estes assentamentos são ordenamentos criados por meio de políticas públicas a fim de minimizar os “problemas de concentração de terra” no Brasil. São punhados de homens e mulheres já constituídos como margem, oriundos ou não de áreas rurais, acampados ou não, que passam a corporificar estes lugares. As condições dos assentamentos no Brasil, em especial na Amazônia, reforçam as condições históricas da falta, se materializando como espaços de abandono, o que reforça a tese de que:

A estratificação social gerada historicamente tem também como característica a racionalidade resultante de sua montagem como negócio que a uns privilegia e enobrece, fazendo-os donos da vida, e aos demais subjuga e degrada, como objeto de enriquecimento alheio. Esse caráter intencional do empreendimento faz do Brasil, ainda hoje, menos uma sociedade do que uma feitoria, porque não estrutura a população para o preenchimento de suas condições de sobrevivência e de progresso, mas para enriquecer uma camada senhorial voltada para atender às solicitações exógenas. (RIBEIRO, 1995, p. 212).

A suportabilidade da ausência do Estado em área de assentamento apresenta uma lógica perversa – “um sobreviver com a ajuda do Estado” (Alberto, PA Pacιά) e o

“pobre não tem vez” (Alberto, PA Pacιά) – que transparece numa condição corporal limítrofe do direito à vida. O que está em jogo é que estes espaços são afetados cotidianamente pela falta de assistência governamental, uma vez que esta experiência parece reproduzir uma relação de dependência alicerçada naquilo que não se tem, mas que está sempre buscando-se, desejando-se, necessitando-se: estradas pavimentadas, o posto de saúde, a escola: “políticas públicas que não se veem, mas que estão passando” (Roberta, PA São Francisco).

O sujeito rural assentado na Amazônia, sentido nas histórias narradas, é sempre deslocado de sua qualidade de cidadão de direito e caracterizado como o que vive sua condição de subsistência sem grandes desejos ou aspirações. Essa estatização da vida, essa dependência fisiológica do Estado não se afasta do debate sobre uma autoridade colonial que marca as diferenças étnicas, sociais e culturais que não foram rompidas pelas redes de poder dominante.

A intervenção do Estado “requer a produção de diferenciações, individuações, efeitos de identidade” (BHABHA, 1991, p. 161), assim não parece que a condição do assentado na Amazônia esteja longe da condição de sujeito colonial. Sua origem, sua etnicidade constroem a justificação do abandono, ou como problematiza Fassin (2005), “no cabe duda de que, para los pobres, como para los inmigrantes, la línea divisoria de la legitimidad social pasa entre los que tienen mérito y los que no lo tienen” (p. 212).

As tragédias de morte que vitimaram Wilson e Maria do Socorro fornecem elementos importantes para a compreensão da rede de relações que podem ser reconhecidas como eventos únicos ou uma cadeia de acontecimentos que estão relacionados à forma como o Estado não se faz presente – o evento tornar-se tragédia à medida que a racionalização lembra a todo momento a condição de esquecido. No caso de Wilson, a Lei 8629/1993 garante, no artigo 18, § 10, que na ocorrência do falecimento do beneficiário da reforma agrária deve-se garantir aos herdeiros o título definitivo ou CDRU do lote. A negligência sistêmica se estende a Maria do Socorro que tentou assassinar seu companheiro e cometeu suicídio, não porque o avanço na medicina psiquiátrica não é capaz de tratar estados de depressão, mas porque o lugar de vida é ressignificado como de morte, uma vez que não existe assistência à saúde nem de forma permanente, nem em regime de mutirão.

O isolamento provocado pelos quilômetros de distância de um centro urbano que caracteriza grande parte dos assentamentos na Amazônia desnuda o deixar

morrer (FOUCAULT, 2008). No caso do PA São Francisco, que se localiza na fronteira entre dois Estados (Amazonas e Rondônia) – mas longe da sede do município a que pertence (Canutama/AM), e próximo a cidade de Porto Velho/RO – sua população é performaticamente enredada num jogo de “empurra-empurra” entre unidades federativas que formam um mesmo país. A vida nua “*é incluída somente através da exclusão*” (AGAMBEN, 2010, p.18), que nas histórias narradas se demonstra na demora da presença do Instituto Médico Legal e da Polícia Militar para buscar os corpos, revelando a experimentação cotidiana da desproteção do Estado.

Tanto o corpo de Wilson como o de Maria do Socorro experimentaram mais de doze horas de espera até que fossem tratados com a dignidade⁸⁰ prevista no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal (BRASIL, 2013). Nesta ordem, o discurso que o Estado possui sobre assentamentos é desconstruído na vida cotidiana quando não há respostas sobre quem senta no banco dos réus ou de quem é a responsabilidade nas tragédias vividas nestes espaços. O lugar da morte – à margem de um ramal, uma cisterna vazia, uma área de castanhal – se apresenta com o lugar do velório e do choro.

O desenho de um Estado “fantasmagórico”, que pode ser compreendido a partir de assentamentos rurais, cuja base se assenta na iniquidade da garantia dos direitos, demonstra a complexidade das dimensões do abandono das vidas que não merecem viver, ou que no limite são matáveis, como problematiza Agamben (Ibid) “o que foi posto em bando é remetido à própria separação e, juntamente, entregue à mercê de quem o abandona, ao mesmo tempo excluído e incluído, dispensado, e simultaneamente, capturado” (p. 109). Este limiar da soberania do homem sobre sua vida é descontinuado “quando a vida cessa de ter valor jurídico e pode, portanto, ser morta sem que se cometa homicídio” (Ibid, p. 135).

Os dispositivos que regulam a condição de subalternidade são materializados nas experiências concretas da luta constante de se manter no assentamento mesmo que este não possua a estrutura necessária a uma sobrevivência digna; ou que os

⁸⁰Trata-se aqui da dignidade da pessoa humana garantida na Constituição Federal de 1988 e que segundo Piovesan, “*está erigida como princípio matriz da Constituição, imprimindo-lhe unidade de sentido, condicionando a interpretação das suas normas e revelando-se, ao lado dos Direitos e Garantias Fundamentais, como cânone constitucional que incorpora “as exigências de justiça e dos valores éticos, conferindo suporte axiológico a todo o sistema jurídico brasileiro”*”. PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 4ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

assentados sejam lembrado somente em anos eleitorais: “a gente corre atrás, mas não consegue. Já trouxe a EMBRAPA aqui, a EMATER. Faz aquele “forofoto” do inferno, mas cadê? E aí, o que você vai fazer? Comer o que ganhou!” (Nilo, Canutama).

Em que pese a criação de assentamentos rurais, o Estado tem promovido a manutenção de uma relação de poder baseada em uma ordem hierárquica que submete os sujeitos rurais à impossibilidade emancipatória, não fixa, mas latente. O que irrompe nas histórias é que os assentamentos parecem estar em suspensão, distribuir a terra não foi o suficiente, e os assentados – como homo sacer – estão encruzilhados “entre uma matabilidade e uma insacricabilidade” (Ibid, p. 76), ou seja, fora das garantias de um Estado de direito, pois o que vivem “é cada agricultor por si, e Deus protegendo todo mundo” (Roberta, PA São Francisco).

Tendo a terra como seu valor mais essencial (FANON, 1968) – pois esta lhe garante matar sua fome – vive o assentado sujeitado a uma “política de migalhas” que fornece aos poucos algum ou outro serviço. Desta forma a saída dos seringais – aqui representando relações de opressão – pode ter significado a fuga da servidão, mas não o alcance da soberania e do Estado de direito.

Os direitos entram num plano inacessível, eles passam ao longe, o alcance de sua realidade acontece nas telenovelas, ainda que restrito a uma elite racialmente diferenciada. E não muito improvável, os incontáveis parecem viver a mercê de que um “belo dia, uma humanidade altamente organizada e mecanizada chegue, de maneira democrática — isto é, por decisão da maioria — à conclusão de que, para a humanidade como um todo, convém liquidar certas partes de si mesma” (ARENDRT, 1989, p. 332).

Sendo o Estado uma autoridade colonial e os assentamentos espaços de abandono criados a partir de uma condição de suspensão, onde as linhas de força (FANON, 1968) que movimentam e reforçam a subalternidade dos assentados mantêm a compartimentalização do direito à vida digna, a primeira história ouvida em campo sobre o PA Pacia ilustra alguns enfoques e arranjos mobilizados na manutenção do lugar das margens. O primeiro grande projeto disponibilizado pelo órgão local de ATER para o assentamento consistia na distribuição de mudas de açaí para o plantio. Durante a apresentação os assentados argumentavam com os técnicos que não possuíam interesse em plantar açaí, mas estes insistiam ser o plantio do açaí o único projeto com recurso financeiro disponível.

A resistência dos assentados consistia em saberem que eram eles que deveriam preparar a terra para a implantação da unidade demonstrativa e que, devido a problemas de acesso a água, o cultivo do açaí não seria uma escolha acertada em virtude de demandar áreas bem irrigadas; o que é uma das limitações do assentamento. Mesmo com todas as contestações, a área foi implantada. Quando perguntado o porquê de terem concordado com os extensionistas, foi respondido que não adiantava mais contra argumentar, uma vez que a “solução” era inegociável, então a melhor saída era plantar o açaí e demonstrar na prática seu fracasso, o que ocorreu.

Histórias como esta revelam que os espaços de abandono situados dentro da mesma nação que possui shopping, universidades, centros de pesquisa, hospitais de alta complexidade são linhas de fronteira entre o que o Estado constrói a partir de relações de exploração em nome de um modelo de desenvolvimento, e o que realmente é a vida dos que vivem às margens da “modernidade”, sujeitos a uma estrutura interna colonial de domínio e exploração (CASANOVA, 2006b).

Nos projetos de assentamento é possível evidenciarmos as contradições sociais e econômicas que caracterizam o Brasil e sua dimensão continental. Este microcosmo demonstra como os sujeitos rurais na condição de assentados são situados na nação. A ordem colonizadora pauta a história dos assentamentos amazônicos onde a Reforma Agrária, por sua condição de contrarreforma (GARCIA, 1973), e a política fundiária não romperam, apesar da abertura democrática, com as ações de colonização camufladas nas narrativas de vazio demográfico, assim:

Do século XVI ao século XX, a realidade amazônica enfrentou uma disputa de sentidos nos seus processos de ocupação. Narrativas e discursos passaram a lançar mão de uma inventividade que dava conta de legitimar as práticas colonizatórias, negando ou escondendo a vida dos povos originários, a posse permanente das terras e o reconhecimento de seus direitos. Cria-se, portanto o mito do vazio demográfico e do determinismo ambiental. (CHAGAS, 2012, p. 76).

As dimensões do abandono em áreas de assentamento parecem estar ligadas diretamente com este passado de colonização e ocupação. As tragédias, os eventos trágicos dizem respeito às mortes violentas, às ameaças de morte, às dificuldades do direito de ir e vir, à ausência do título da terra. São acontecimentos diários, cada um com sua carga de subjetividade que influencia diretamente na extensão mensurável deste abandono que é materializado nos números da evasão, na desconfiança e

conflitos com os novos moradores, na desmobilização social no interior das associações, na relação com o INCRA, no fortalecimento das relações servis com os grupos que detém o poder político local.

Realizar uma interpretação sobre a vida cotidiana de assentados na Amazônia, evidenciando seus estados de abandono, constitui-se em plagiar o que já aparece em cada uma das narrativas apresentadas. Enumerá-las esboçando uma análise à luz das teorias disponíveis, mesmo com todo o esforço, não fará jus ao que de fato toda luta pela terra e para manter-se nela representa, porque a potência que suas histórias trazem já deveriam se configurar para nós um estatuto de verdades em si:

A gente é órfã de pai e mãe aqui. É triste hoje, porque a gente não tem um título, a gente não é proprietário de nada aqui, só do que a gente faz. Da terra mesmo a gente não tem um documento definitivo, porque quem mora na terra deve ter. Eu esperava melhoria no sistema de estrada, comunicação, no sistema da terra. A melhoria a gente não vê. A gente não sabe o porquê. O que a gente vê é o disfuncionalismo desse povo. (Sebastião, Canutama).

“Pegar aquele terreno para ter de onde sobreviver” demonstra em si que o assentamento era a última gota de esperança possível para saciar a necessidade física e emocional de ter seu próprio pedaço de chão. Afinal, o antes era ter de ficar “sujeitado ao patrão para no outro ano trabalhar novamente, porque com o patrão nós nunca tirávamos saldo, ninguém nunca via dinheiro”. Mas quem é o novo patrão? O que não deu certo em toda essa trajetória, que ainda os oprime e os sujeita a continuar lutando arduamente contra a polícia, contra os invasores, contra as instituições que deveriam protegê-los, tendo sempre que repetir: “Não estou roubando nada, é da natureza, estou em cima do que é meu”, “Quem quer perder a vida? Ninguém quer perder a vida”.

Este novo patrão ainda os deixa morrer, porque seus corpos somente possuem valor quando as eleições se aproximam e suas vidas voltam a ser computadas, mas antes disso é como “se não existissem”. Porque este novo patrão não os quer bem “como se quer bem a uma pessoa que é próxima, a mãe, ao filho”. Quando exercitamos o escutar, percebemos que entre muitas coisas, estes sujeitos marginalizados desejam que suas histórias façam “sentindo para alguém”.

Se até meados do século XIX, no conjunto formado pela Igreja, Estado e colonos não havia “inocentes na colonização da Amazônia” (SILVA, 2012, p. 42), observa-se que a partir do século XX torna-se mais marcada a estratégia do Estado

em dar continuidade ao colonialismo e seus dispositivos de poder marcadamente exploratórios. Robustece-se, assim, a diferença colonial sobre a região e a solidificação de um distanciamento étnico-social da sociedade brasileira que transpassa o tempo e o espaço, criando territórios racializados onde verificamos a questão racial não na simplificação biológica ou sociológica, mas em uma “lectura historicamente informada de una multiplicidad de signos, en parte biológicos, en parte derivados del arraigo de los sujetos en paisajes atravesados por una historia” (SEGATO, 2010, p. 32).

5.3 O QUE CONSIDERAR ÀS MARGENS DE UMA NAÇÃO? RESISTÊNCIAS E PRODUÇÃO DE VIDAS: QUAIS SÃO SEUS ESFORÇOS?

A diferença colonial (MIGNOLO, 1999, 2003) na Amazônia parece ser apresentada como fluída e contínua, pois a ruptura necessária à descolonização de “*sua gente*” e diversidade natural não ocorreu, estando sempre margeada por relações de poder de fora para dentro – elites nacionais e pressões internacionais – e a partir de dentro na dinâmica econômica e política que as elites locais impõem para o fortalecimento de seu domínio interno e da racialização dos subalternizados. Neste viés, a Amazônia Brasileira é para o Brasil sempre o “Outro”, em que as construções exteriorizadas (DUSSEL, 1973, 1994) apontam “caminhos” (projetos de desenvolvimento), mantendo uma relação administrativa ou geoadministrável, em corpos, territórios, produção, saber, que são atravessados por dinâmicas disciplinares reforçando seu lugar no mundo, seja por meio das ações do Estado (top down), ou por meio da manutenção dos grupos locais de poder político.

No emaranhado que compõe o tecido social amazônico, a partir de uma leitura subalterna, negros, brancos, indígenas e pardos travam lutas e resistências que os mantêm vivos e de pé a cada amanhecer. Nos assentamentos rurais verifica-se que as estratégias são múltiplas e diversas, revelando as lutas constantes pelo direito de permanecer na terra e viver dela. O que está em jogo, portanto, é ter sido forjado como beneficiário de políticas de distribuição de terra, viver num ordenamento territorial criado pelo Estado, mas contraditoriamente, estar fora do projeto de nação, tendo sua capacidade de rompimento com as condições da falta ruída pelas ausências

estruturais. No entanto, as estratégias a estas faltas se fazem presente nos enfrentamentos políticos, ou no trabalho diário em busca de condições dignas de existir, porque não há tempo para ficar esperando, é urgente ter um teto sobre suas cabeças, ter comida na mesa:

Você acha que eu vou morar debaixo de uma lona e se ela faz um buraco eu não tenho que conserta esse buraco? Porque se eu não consertar vou ficar na chuva. Então quando cai uma tábuia, eu mando serrar duas, três tábuas e coloco. Se chegar a se estragar uma folha de alumínio, como estragou bem umas duas aí, eu compro as folhas e coloco. Porque num vou esperar pelo INCRA, pela reforma do INCRA (**reforma das casas**), sei lá quando ia chegar. Porque promessa a gente tem muita, agora pra acontecer, é que é difícil (Assentado(a) 016, grifo nosso).

O Incra garantiu as casas e até hoje não saiu as casas. Então, pra fazer essa casa, a gente vai fazer com nosso recurso, com o suor da gente, a gente vai construir (Assentado(a) 034).

Aqui se você quer plantar uma planta, você tem que se virar. Porque você num tem uma muda, né?! Cada quadra que você tem que plantar, você tem que se virar pra você plantar como você pode, como você sabe. A produção daqui a gente faz com a dificuldade que a gente tem que enfrentar mesmo. Porque se a gente for baixar a cabeça, a gente num vai produzir nada, a gente vai passar necessidade (Assentado(a) 003).

Se eu abrir a boca e disser que nós temos aqui alguma coisa dada pelos outros, eu sou um mentiroso. Porque o que tem aqui tudo é nosso. Eu tenho, como diz o ditado, porco, tem galinha, tem uma criação aí, tenho seis cabeças de gado ali, mas tudo foi com nosso suor (Assentado(a) 042).

O estado de ausências faz com que a vida seja delineada no seu imediatismo, pois não há tempo para planejamentos, se quer a médio prazo, uma vez que as emergências cotidianas são problemas do hoje: ter o que comer, tratar um enfermo, colocar os filhos na escola e ter como levá-los, conseguir locomover-se dentro e fora, criar estratégias para diminuir o sapê ou para cuidar das plantações no verão amazônico. Estes problemas do cotidiano são um constante, e funcionam como mecanismo disciplinares da vida. Portanto, ao mobilizar a condição de subalternidade podemos reconhecer as sombras escondidas na marginalização de determinados grupos sociais e novos pontos de partida na compreensão da relação domínio-exploração para a região.

A “terra sem homens, para homens sem terra” é hoje a “terra com homens sem terra, para homens sem-terra”. Isto implica dizer que dispositivos de poder operam por meio de relações contratuais unilaterais (como o cadastro no INCRA) que dificultam

as estratégias de se manter nos assentamentos, uma vez que, enquanto beneficiário direto, há sempre um “pertencimento no limite” onde forças externas ao assentamento imprimem ritmos de vida. Este tácito contrato estabelece as regras coloniais metamorfoseadas de condicionantes como comprometer-se em “morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar”, onde “até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao INCRA”⁸¹. No entanto, os créditos, a infraestrutura, o serviço de ATER e o acesso a políticas públicas que possibilitarão as condições à emancipação territorial dos assentamentos, são neste contrato cláusulas não cumpridas:

Como é que o INCRA vai poder tirar as pessoas daqui que tão irregular se ele mesmo que não fez o trabalho dele? Passa de quatro anos sem vim, aí vai cobrar do produtor que está aqui dentro querendo sobreviver. Ele não tem que cobrar nada, ele tem que fazer né?! Tudo o que nós comemos hoje vem do campo, se a gente não valorizar essas pessoas daqui um tempo, não vai ter mais agricultura familiar, porque os nossos filhos jamais vão voltar pra cá. É por isso que eu digo, as pessoas aqui não são preguiçosas, são guerreiras, porque qual é o cabra que tem condição pra vim para um lugar desse? De jeito nenhum. E mesmo assim os caras as vezes brigam pra ficar aqui dentro. **A reforma agrária não é só dar terra, é dar condições de vida.** (Assentado(a) 005, grifo nosso).

A margem ou a marginalização desta categoria social – assentado – assim como é reforçada, também se processa em campos de resistências que são dinamizados pelas lutas concretas e se transparecem em resistências que poderiam ser acionadas analiticamente pelos de fora não como luta, mas acomodação a um estado de anestesiamento frente ao sofrimento. No entanto, estas lutas silenciosas revelam a consciência de sua situação e de que não abandonar o tudo que possuem é uma resposta às relações de poder que os pressionam a sucumbir e voltar ao antigo ciclo da luta pela terra, porque agora a luta é na terra. Com a contribuição de autoras como Rivera Cusicanqui (1986, 2010) e Das (2008, 2011) percebe-se que a vulnerabilidade dos sujeitos subalternizados não é o suficiente para reduzi-los a vítimas; neste ponto, as formas concretas ou subjetivas de violência diária os tornam testemunhas e sujeitos ativos que ressignificam seu território e sua vida continuamente.

⁸¹Fonte: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>.

A potência da vida expressada no cotidiano envolve dimensões de existência fora do alcance do disciplinamento esperado pelas políticas públicas, as mesmas que impõem regras e contratos. Estes últimos, em dinâmicas e cadeias históricas diversas, relacionadas diretamente com a trajetória pessoal e ancestral. É importante ressaltar que a falta relacionada à vida nos assentamentos não deve ser analisada pela simplificação da sua condição presente, nesta ordem as estratégias, invisíveis ou não, possuem ligação direta com a herança colonial de cada ancestralidade que forma um conjunto de pessoas despossuídas.

Os contratos já foram, portanto, estabelecidos com os donos dos seringais e castanhais; com o Estado por meio de incentivo à colonização e ocupação com uso de mão-de-obra barata e farta; e novamente pelo Estado, através do INCRA, enquanto beneficiários de políticas de distribuição de terras. Mas as racionalidades dos assentados dão conta de apresentar novos regimes de verdades que desconstruem os contratos, desta forma, “[...] pensar a partir de experiências subalternas deve contribuir tanto para a autocompreensão quanto para as políticas públicas, que criam condições para transformar (e estigmatizar) as relações de subalternidade” (MIGNOLO, 2003, p. 160).

Assim, o que eclode nos assentamentos são vozes que mesmo silenciadas não são agentes passivos, pois sua permanência e ocupação dos lotes, participação em atividades além de suas fronteiras, organização por meio de associações, estabelecimentos de parcerias, produção econômica, informam estratégias não somente de sobrevivência, mas de garantir a si e seus filhos uma vida menos sofrida:

Eu num vou abandonar não (Entrevista 001). O pessoal aqui trabalha muito para sobreviver (Entrevista 002). Eu nunca desisti e nem desisto, só quando eu morrer (Entrevista 008). No sofrimento você não pode olhar pra trás, você tem sempre que olhar pra frente. Porque se você olhar pra trás é pior. Então a gente tenta seguir em frente. Cada tropeçada você tem que se levantar e erguer a cabeça e correr pra frente, porque se você for olhar pra trás você se desespera mesmo (Entrevista 009). Nós num estamos trabalhando? A área num é federal? Vamos ficar, vamos esperar o que tem que vim pra gente. Vamos ver quem é o melhor. Porque se é assentamento pro povo trabalhar, vamos trabalhar (Entrevista 034).

Estas vozes uníssonas dos assentados no interior do Sul do Amazonas não diferem da realidade de toda a região, como fica evidente na Carta Aberta à população de Marabá escrita em 2011 em decorrência de mobilizações de acampados e

assentados do Sul e Sudeste do Pará, que alojados no INCRA, reivindicavam melhores condições de vida: “Queremos continuar no campo e produzir ainda mais, mas, para isso necessitamos de estradas para escoar a produção, de créditos para os projetos produtivos, de assessoria técnica para orientar o processo produtivo, de energia elétrica” (Carta Aberta, 2011⁸²); no 3º. Chamado da Floresta⁸³ em 2015, na cidade de Santarém/PA, que reuniu extrativistas de toda a Amazônia, tendo como principal pauta o direito a reforma agrária: “Vivemos numa comunidade bastante extensa. Aproximadamente temos em nosso assentamento mil e oitocentos habitantes. Existem famílias que nem têm moradia [...] Estamos aqui para chamar a atenção do governo para a valorização do pequeno produtor” (Elivaldo Rodrigues Rosa, projeto de assentamento Maracá/AP); ou em audiências públicas, como a realizada em 2015 na Assembleia Legislativa do Amazonas⁸⁴, onde assentados queriam a garantia da posse da terra e reforma de estradas para o escoamento agrícola. Os espaços se multiplicam, mas a consciência do que são, de onde estão e quais são seus direitos está sempre presente:

Eu estou pagando os meus direitos, eu quero bem arrumadinho aqui, bonitinho e tal. Um poste aí bacana. Mas a gente mete a cara, se nós num fizer eles num fazem. Se tudo faz na linha reta, todo mundo hoje estava feliz, todo mundo estava (Assentado(a) 018).

Eu não entendo por que dentro de uma área de assentamento, que é uma área federal que a gente sabe, a polícia militar entra. Porque a polícia num pode entrar sem o mandado de um juiz, e eu num sei como eles conseguem isso. Pra vim polícia militar dentro da área de um assentamento só se for caso de morte ou então autorizado pelo INCRA (Assentado(a) 043).

Rapaz na lei da gente, ninguém tem medo de falar nada não. A justiça também tem que entender que a gente tem nossos direitos. Num é o cara dizer assim: abaixa a cabeça aí. E depois dá um pisão no teu cangote, cara. Não é bem assim, vamos ter respeito e respeitar as pessoas também (Assentado(a) 018).

⁸² <https://mineracaosudesteparense.wordpress.com/2011/06/17/carta-a-populacao-de-maraba/>

⁸³ O Chamado da Floresta é um evento realizado a cada dois anos em comunidades extrativistas da Amazônia Brasileira, com a presença de representantes do governo federal para mostrar aos governantes a realidade no “próprio local do problema”. O evento é realizado desde 2011. Fonte: <http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2015/10/no-pa-extrativistas-da-amazonia-se-unem-no-3-chamado-da-floresta.html>.

⁸⁴ Fonte: <http://www.dpu.def.br/noticias-defensoria-publica-da-uniao/25548-moradores-de-assentamentos-apresentam-reivindicacoes-durante-debate-2>.

Se de uma maneira concreta, os ordenamentos territoriais criados pelo Estado para reunir trabalhadores e trabalhadoras sem-terra em um mesmo território podem ser identificados como um tipo de tecnologia de objetificação, sua legitimidade estaria embasada nas condições materiais que promovem sua sub-existência. Mas, enquanto sujeitos históricos não é possível aos assentados, a não ser pelo uso extremo da violência contra eles, manter-se o tempo todo submetidos às normas impostas, sem sentir sua capacidade de subjetivação reprimida. Mesmo nas ações menos visíveis, sua busca sempre é romper com os disciplinamentos que os conformam como sujeitos da falta, produzindo em seus esforços todas as formas de resistência necessárias:

Quando você começa a cobrar as coisas, geralmente você passa a ser espinha da garganta de alguém. Porque nem o chefe de instituição quer ser criticado, ele quer ser elogiado, e pra ser elogiado tem que ter um trabalho e muitas vezes não é com qualidade né? Aí complica as comunidades (Entrevista 005).

Eu num estou vagabundando não! Eu estou é trabalhando. Eu vou do jeito que eu estou. Se for pra ir pra cidade, eu vô do jeito que eu estou. Pra saber que eu estou trabalhando, num estou de vagabundagem não. Nem estou roubando nada de ninguém. Porque o que tem é nosso. O que tem é nosso (Assentado(a) 034).

O povo aqui são um povo ordeiro né. Nunca usaram de violência, até por que muita gente reconhece que se fosse em outros cantos já tinha acontecido isso. Mas aqui nunca a gente sempre espera que o INCRA faça justiça pra ninguém fazer justiça com a própria mão né. Mas vai chegar um certo tempo que não vai dar mais pra aguentar né (Assentado(a) 043).

Longe das casas simples (em sua maioria), das estradas de barro e dos igarapés, há construções inventadas sobre o que as pessoas que moram nos rincões amazônicos devem ser e ter. Este processo taxonômico está diretamente ligado aos objetivos da colonialidade, que imprime por meio das ações do Estado as diferenças sociais e raciais que reforçam a condição de subalternidade. O afetamento pelas dores e tragédias de seus moradores é sempre tardio e com piedade ou em uma perspectiva ambiental disfuncional.

Em uma enquete com o título “Qual imagem vem à sua cabeça quando você pensa em Amazônia”⁸⁵ foram disponibilizadas trinta e oito imagens, nenhuma era relacionada aos homens e mulheres que habitam seus mais diversos espaços. Dos

⁸⁵Fonte: <https://noticias.uol.com.br/enquetes/2012/09/04/qual-imagem-vem-a-sua-cabeca-quando-voce-pensa-em-amazonia.htm>

2.728 votos, o primeiro lugar dizia respeito a uma imagem com um jacaré. Não havia no site nenhum comentário sobre a ausência de humanidades. Este imaginário robustece a percepção de que os que estão a margem de um “projeto de nação” pouco são importantes para o “resto” do país, fortalecendo o caráter de normatização da vida.

As críticas feitas por Guha (2002) à imposição de uma historiografia indiana oficial, que fora estatizada na forma de institucionalização da vida, podem ser articuladas e reinterpretadas como parâmetros para problematizar os diversos grupos inseridos na Amazônia rural, agrícola, extrativista. Não a partir de uma estatização que impeça a interlocução dos grupos subalternizados com seu passado (sua ancestralidade), mas sim na estatização da vida como mecanismo de destituição deste passado. Nesta perspectiva, o objeto seria a interdição que promove o não rompimento com as condições materiais do passado, com a falta. Seguindo assim, as miríades de vozes permaneceriam continuamente sendo silenciadas pelo interesse de mantê-las submergidas pelos sons das grandes obras, dos megaprojetos econômicos, das políticas compensatórias.

A inventividade do outro como forma de “criar perfis de subjetividade estatalmente coordenados” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 88) pode ser reconhecida em histórias como a de Maria Paulínia. Viúva de um trabalhador-soldado da borracha. Quinze anos após a morte do marido não conseguia provar que seguia casada com ele no período do óbito⁸⁶. Trabalhadora dos seringais do Purus desde a infância, não conseguiu se aposentar como trabalhadora rural. O único benefício “concedido” a ela muitos anos depois foi o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social-BPC/LOAS, porque havia passado dos sessenta anos. Ao termos acesso a toda documentação que ela guardava em sacos plásticos dentro de uma pasta verde de papel, não conseguíamos entender por que um direito legítimo lhe havia sido negado. Uma explicação possível pode vir dos depoimentos de idosos do assentamento, que contavam que durante muito tempo não havia agência da Previdência Social na cidade de Lábrea, e grande parte dos benefícios concedidos eram pagos no final do processo. Maria Paulínia, semianalfabeta, pouco compreendia toda aquela negação de direitos.

⁸⁶Como nos casais mais velhos, todos os comprovantes de residência eram no nome do esposo.

Mas essa Maria que o Brasil não sabe que existe acorda todos os dias às cinco da manhã para o trabalho na lida, preparando óleo de andiroba e vinho de açai, traçando palha para fazer paneiro, e levar seus produtos para a feira na cidade, onde tem seus fregueses certos. Isto quando não ajuda a família no roçado e na casa de farinha e mel. Esta mulher, pequena, franzina, com a pele manchada pelo sol, chega a caminhar no inverno amazônico oito quilômetros da rodovia Transamazônica até sua residência no assentamento e a “pegar” carona, “pendurada” em caminhões até a cidade.

Nos mais de setenta anos de vida, ressignifica sua existência sobrevivendo a espaços de abandono que não a vencem, a torna mais forte. Quem sabe, diante de todo o saber carregado no corpo de Maria, não vislumbremos a possibilidade de novos estatutos e políticas de dentro para fora que *“emergindo de experiências subalternas, não apenas terão um impacto sobre a filosofia e o pensamento social, mas também sobre a reorganização da sociedade”* (MIGNOLO, 2003, p. 160).

O avanço à emancipação de trabalhadores e trabalhadoras rurais assentados na Amazônia é um processo e não um fim em si mesmo, que necessita do conjunto das vozes subalternizadas porque quando elas eclodem em uníssono, as estruturas estremecem. É preciso, assim, estarmos sempre atentos, que a luta contra a invisibilidade impingida aos sujeitos do campo, água e floresta eclode por meio de várias dimensões que podem ser reconhecidas na fé, na ocupação, no sentimento de pertencimento, na corporalidade, nas negociações:

Eu tenho grande fé que nós vamos vencer as barreiras. Existe um Deus no céu e entre tudo. Fazer que nem o ditado: é o melhor de todos os advogados. Então, nós entregamos pra ele. Nós vamos vencer. Nós vamos vencer essa barreira pesada, porque ele que foi ele, que num tinha pecado, passou o que passou. Então, nós vamos vencer essa barreira com o poder de Deus, com a ajuda dos amigos, e das parceragens (Assentado(a) 034). Ninguém tem ajuda de nada, de ninguém só de Deus mesmo. E estamos pelejando na vida (Assentado(a) 011).

No tempo que eu trabalhava na seringa, cortava seringa, e nunca, nunca possuía nada. Só trabalhava pro patrão. Agora depois que eu me passei pra cá, trabalhando no assentamento, graças a Deus melhorou muito pra mim. A situação melhorou, eu trabalho no plantio, eu trabalho por minha conta mesmo, sem ter compromisso com o patrão. O que eu tiro, eu vendo pra quem eu quero (Assentado(a) 041).

A ordem vigente, portanto, poderia ser reescrever a história, buscando no passado a força de resistência que garantiu que não sucumbissem no presente.

Mesmo longo, o processo é contínuo, os grandes desafios parecem consistir em romper com a hierarquização que privilegia os grupos dominantes; em forjar-se como grupo político que exige seu lugar na nação, deslocando o discurso político. Mas, seria muita pretensão, e um caminho epistemológico errado, acreditar que nesta tese o subalterno está falando, como tão bem problematiza Spivak (2008, 2010), este é na verdade o grande desafio que precisamos assumir em nossas produções acadêmicas.

6. CONSIDERAÇÕES

A problematização desta tese esteve ancorada na duplicidade do discurso do Estado enquanto um ente dividido em dois países, mesmo que o “projeto de nação” pareça ser somente um, tomando-se como objeto a lógica contraditória da manutenção de um discurso colonial, e o reconhecimento da condição de subalternidade das populações rurais assentadas na Amazônia. Defendeu-se, portanto, o assentado rural da reforma agrária como um sujeito colonial e que o Estado representa a autoridade colonial, como questiona Bhabha (1998): “Qual é a imagem da autoridade se ela é o suplemento da civilidade e o duplo despótico da democracia?” (1998, p. 143).

O colonialismo de Estado conduz a uma condição de exclusão e invisibilidade, sendo esta orquestrada por uma elite econômica que não desistiu do seu “projeto civilizatório” ancorado na manutenção das relações de domínio de grupos sobre outros, comuns às autoridades coloniais. Mesmo com os avanços econômicos internacionais do Brasil, este ainda é desigual e excludente internamente, e a Amazônia pode ser pensada como um mundo colonial reconstruído/regenerado, que revela toda a incongruência das narrativas de “crescimento” e “sustentabilidade” que são vendidas para dentro e para fora do país.

Nesta ordem, o quadro analítico mobilizado intentou problematizar a hipótese da autoridade colonial do Estado, reconhecendo no processo histórico dos assentamentos rurais na Amazônia categorias que possibilitaram não somente a comprovação de uma proposição, mas também a possibilidade explorar indicadores que apresentam como a vida nestes assentamentos evidencia tal autoridade, e quais são as formas objetivas encontradas pelos assentados em fazer parte da nação:

O sujeito é construído dentro de um aparato de poder que contém, em ambos os sentidos da palavra, um “outro” conhecimento, que é incompleto e fetichista e circula dentro do discurso colonial como a forma limitada da alteridade, como a forma fixa da diferença: o estereótipo. (Idem, 1991, p. 196).

Não se tratou apenas de reconhecer no Estado brasileiro a ambivalência da autoridade colonial, mas identificar, por exemplo, nas “políticas e programas” para as populações rurais, traços de uma relação de subalternidade. Neste caso, o que faz um assentado ser um sujeito constitutivo de direitos, capaz de se organizar

coletivamente? E o que está por trás do que se convencionou chamar de desmobilização e desarticulação deste mesmo sujeito? Por que pensar uma única política de reforma agrária se a demanda por distribuição de terra e as formas de fazê-la possuem peculiaridades próprias?

A produção cotidiana da vida dos sujeitos assentados amazônicos sendo evidenciada demonstra as contradições sociais e econômicas que caracterizam o Brasil e sua dimensão continental. Com isso, é possível verificar como os sujeitos rurais na condição de assentados da reforma agrária são situados na nação e de que maneira criam estratégias de sobrevivência, possibilitando evidenciar as produções subjetivas e a constatação da construção de vidas, em um novo significado dialético do que é estar dentro da nação.

Intelectuais como Gayatri Chakravorty Spivak (2008, 2010), Silvia Rivera Cusicanqui (1986, 2010), Ranajit Guha (2002), Walter Dignolo (2003), Franz Fanon (1968), Anibal Quijano (1998, 2005, 2014), Santiago Castro-Gomez (2005), Enrique Dussel (1973), Veena Das (1989, 1995), Pablo González Casanova (1967, 1995, 2015), Antonio Garcia (1973), Roberto Santos (1980), Marilena Corrêa Silva (2000, 2012), Otavio Ianni (1978, 1979), Oliveira (1988, 1990), dentre outros, disponibilizaram importantes ferramentas conceituais e metodológicas para ajudar a pensar exatamente o espaço da falta ou da margem, como lugares de produção de sentido, onde a condição de subalternidade é ordinariamente reconfigurada. Como defende Das (2011, p. 16), “ser vulnerável não é o mesmo que ser vítima”.

Implementar projetos de assentamentos, “favorecer” e “incentivar” a agricultores familiares e populações extrativistas sem proporcionar condições de vida digna nos assentamentos ocasiona despesas homéricas e faz com que homens e mulheres continuem à margem, impossibilitando a construção de autonomias. O que se verifica na Amazônia são projetos de assentamentos que não avançam em seu processo de consolidação, já que somente aproximadamente 20% do total de assentamentos criados desde a década de 1970 estão em fase de consolidação ou consolidados, ou seja, não possuem Plano de Utilização e Plano de Desenvolvimento, contradizendo a narrativa oficial presente no II PNRA, que estabelece:

colocar à disposição das famílias assentadas e das demais beneficiárias do Plano os meios indispensáveis à exploração econômica da terra e para que obtenham renda suficiente para viver com dignidade, tais como: crédito; assistência técnica; apoio à

comercialização e à agregação de valor; construção de infra-estrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, energia, via de escoamento da produção; além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso a direitos fundamentais. (BRASIL, 2005, p.15).

A ausência das ações que são preconizadas nos documentos oficiais do Estado, como o PNRA, tem potencializado um cenário de forte estagnação econômica e social, contribuindo para a manutenção da miséria no campo e a visão ultrapassada de que as melhores condições de vida são encontradas nos centros urbanos, e que não é possível buscar qualidade de vida, saúde, educação, morando na zona rural, morando no interior da Amazônia.

Qualquer perspectiva de reforma agrária para a Amazônia deveria ser pensada a partir de sua complexa diversidade, levando em consideração as identidades locais, os movimentos de reconstrução destas identidades – que são impostas por processos de globalização -, as definições de lugar e os elementos que levam às redefinições destes lugares, como os assentamentos rurais, que integram o espaço Amazônico.

Para alguns, as histórias tornadas públicas neste texto, talvez não sejam “grandes” histórias de enfrentamento. Mas grandes são as lutas contra as relações de domínio e exploração que tentam expulsar cada homem e mulher dos assentamentos desta pesquisa, vistos e ouvidos. Há muitas lutas contra os antigos padrões que insistem em coletar castanha; luta contra a ausência de água potável e estradas; contra a insegurança no PA Pacιά, São Francisco e PAE Botos. O que não existe é falta de coragem de se colocar no mundo, mesmo que este insista em abandoná-los, sendo atravessados pela esperança e certeza de que vale a pena lutar pelo que é seu.

Muito provavelmente meu lugar de fala – amazônica, professora em um campus no interior do Amazonas – tenha me concedido o privilégio de pôr em pauta algumas questões sobre a realidade de um grupo desta Amazônia rural. Todavia, isto não me autoriza a falar por eles e nem apropriar-me de suas experiências, dores e lutas. Mas talvez, possamos propor que se coloque seriamente em jogo a necessidade urgente de deslocamentos teóricos e empíricos por parte da academia situada na Amazônia. Deslocamentos que promovam o olhar a partir de dentro em comunhão com a realidade da região, não mais na perspectiva do sujeito-objeto, mas sujeito-sujeito, imbricados politicamente.

Na oportunidade de minha qualificação, conclui ser relevante apresentar que as motivações na realização desta pesquisa estavam separadas em duas dimensões, onde na profissional acreditava poder contribuir com a produção do conhecimento sobre assentamentos rurais na Amazônia, ampliando o debate pós-colonial na discussão da constituição dos sujeitos rurais, fornecendo informações que pudessem subsidiar o debate político sobre a reforma agrária e seus verdadeiros atores. E na dimensão política pretendia destacar as condições de vida em assentamentos rurais na região sob o prisma dos próprios assentados, pondo em evidência suas produções de vida e perspectivas sobre o Estado a partir das margens. Quanta ambição cabe em nossas vaidades.

Hoje acredito que, em primeiro lugar, precisamos romper com o ideário da impessoalidade que nos faz seguir ritos científicos onde substituímos nomes por números, sem exercitarmos a crítica de que são comunidades humanas o que nominamos como objetos, e que depois criamos indicadores sem alma que não representam a realidade que experienciamos em “nossos campos” de pesquisa.

Em segundo lugar, acredito que não precisa haver duas dimensões separadas entre o eu-pessoa e o eu-institucional, o que precisamos é de comprometimento com os sujeitos históricos que trabalham conosco, assentando tijolos em projetos que na maioria das vezes não são seus. No entanto, como partir para construções coletivas que contribuam com a constituição política de uma existência real, que possa ser apropriada, manipulada, mobilizada por todos os sujeitos envolvidos? Precisamos decolonizar nossa prática, nosso saber, nosso ser. Não pode ser somente ciência, é preciso ativismo, envolvimento, afetamento.

A construção de um problema sociológico não é unicamente pragmática, ao partir de uma realidade concreta ela precisa ser humanizada, ou corremos o risco de reforçar a condição de subalternidade, a marginalidade das populações com as quais trabalhamos, a sermos instrumentos do Estado na manutenção da diferença colonial. Temos um dever moral com as pessoas e suas vidas e, por mais que ancestralidades me aproximem delas, eu não sou uma assentada no interior da Amazônia e todo meu esforço não será suficiente para que eu saiba como sua trajetória da falta é impressa em seus corpos.

Se depois de toda esta pesquisa seus resultados não promoverem algum tipo de deslocamento, sentirei que falhei na tarefa de tornar de alguma maneira públicas as histórias dos que seguiram conosco no caminho, e de como elas foram construídas

a partir de uma relação de exploração e domínio. Porque durante os quatro anos de realização desta tese, em vários momentos os protagonistas desta pesquisa entraram em contato para perguntar como eu estava, para saber quando retornaria. Esperamos sinceramente que todos os esforços que eles empreenderam ao nos dar condições para a realização deste trabalho não se limite esta a ser só mais uma tese defendida.

Sei que não fiz jus ao que realmente eles representam, que me concentrei em apresentar seu estado de abandono, espero não ter reforçado sua condição subalterna. Mas seguimos confiando que de alguma maneira continuaremos na luta, e que ela contribua para a elaboração e implementação de políticas a partir de dentro da Amazônia, onde seus sujeitos possam verdadeiramente ser parte de uma agenda regional que fortaleça sua emancipação.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- ALBUQUERQUE, M. B. et al. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 3, 1997.
- ARAÚJO, A. V. **Introdução à Sociologia na Amazônia Brasileira**. 2. ed. Manaus: Valer, 2003. p. 608.
- ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- AZEVEDO, G.; SERIACOPI, R. **História Série Brasil**. São Paulo: Ática, 2005.
- BANDEIRA, L. A. M. O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, C. N. (Org.). **1964: visões críticas do golpe militar: democracia e reformas populistas**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2014.
- BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos).
- BERGAMASCO, S. M. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 31, p. 37-49, dez. 1997.
- BHABHA, H. K. A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLLANDA, H. B. **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- BIHEL, J. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. **Revista de Antropologia**, v. 51, n. 2, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010. Brasília: Senado Federal, 2013.
- BRASIL. **Discurso sobre a valorização da Amazônia Brasileira proferido pelo Presidente Humberto Alencar Castelo Branco, na cidade Belém/PA**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1965.
- BRASIL. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 out. 1985. Disponível em: <<http://dou.vlex.com.br/vid/plano-nacional-reforma-agraria-pnra-34277921>>. Acesso em: 20 jun. 2017. (I Plano Nacional de Reforma Agrária).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Edição Especial para o Fórum Social Mundial 2005). Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. **Anais do Senado**. Livro 1. Senado Imperial. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1847.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação: período da criação do projeto: 01/01/1900 à 02/10/2017**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2017.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia brasileira: expansão do capitalismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CARVALHO, H. M. Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária. **Revista Nera**, v. 7, n. 5, ago./dez. 2004.

CARVALHO, J. J. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. **Revista Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001.

CARVALHO, L. H. **A trajetória de vida dos assentamentos de Primavera e Belo Monte**. 2008. 170 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual de São Paulo, Franca, 2008.

CASANOVA, P. G. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

CASANOVA, P. G. Colonialismo interno: una redefinición. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.). **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006a.

CASANOVA, P. G. El colonialismo Interno. In: _____. **Sociología de la explotación**. Buenos Aires: CLACSO, 2006b.

CASANOVA, P. G. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASANOVA, P. G. **O colonialismo global e a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

CASANOVA, P. G. **A democracia no México**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

CASTRO, E.; CAMPOS, I. Formação socioeconômica e desenvolvimento regional na Amazônia brasileira. In: _____. **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. (Coleção Formação Regional da Amazônia Brasileira, v. 2).

CASTRO-GOMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro'. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CELENTANO, D. (Org.). **A Amazônia brasileira e os objetivos do milênio 2010**. Belém: IMAZON, 2010.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS (CEM). **O peregrinar de um povo sem terra**. São Paulo: Paulínia, 1986.

CÉSARIE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CHAGAS, A. M. **Emergência dos direitos territoriais frente ao direito de propriedade fundiária: do colonialismo jurídico à pluralidade de direitos**. 2012. 229 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

CHAVES, M. S.; PENA, H. W. A. O processo de ocupação política e econômica da Amazônia Brasileira brasileira no período colonial. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 192, 2013. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/13/economia-amazonia.html>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CUSICANQUI, S. R. **Violencias (re) encubiertas en Bolivia**. Bolívia: Piedra Rota, 2010.

CUSICANQUI, S. R. **Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y qhechwa 1900-1980**. 3. ed. Ginebra: La Mirada Salvaje, 1986.

DAS, V. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, n. 37, jul./dez. 2011.

DAS, V. Trauma and testimony: Implications for political community. **Anthropological Theory**, v. 3, n. 3, p. 293-307, 2003.

DAS, V. **Critical events: an anthropological perspective on contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DAS, V. Subaltern as perspective. In: GUHA, R. (Org.). **Subaltern studies: Writings on South Asian History and Society**. New Delhi: Oxford University Press, 1989. v. 4

DAS, V.; POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, n. 8, jun. 2008.

DAVID, M. A.; WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 31, p. 51-68, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5.

DUSSEL, E. D. **1492: el encubrimiento del outro: hacia el origen del mito de la modernidade**. La Paz: Plural, 1994.

DUSSEL, E. D. **Caminos de la liberación latino-americana**. Buenos Aires: Latinoamérica Libros, 1973.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FASSIN, D. Another politics of life is possible. **Theory, Culture and Society**, v. 26, n. 5, p. 44-60, 2009.

FASSIN, D. Governar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los migrantes. **Revista Educação**, v. 28, n. 2, p. 201-226, 2005.

FERNANDES, F. **Dominación y desigualdad: el dilema social latino-americano**. Bogotá: CLACSO, 2008.

FIGUEIREDO, S. L. **Viagens e viajantes**. São Paulo: Annablume, 2010.

FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos e escritos, n. 4).

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios etnografia de um campesinato das águas**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

FERREIRA, A. G. C. [et al.]. **Orientações para elaboração de trabalhos acadêmicos: dissertações, teses, TCG de Pedagogia, TCE de Especialização**. Porto Alegre: UFRGS/FACED/BSE, 2014.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000.

GALVÃO, E. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GARCIA, A. **Sociologia de la reforma agrária em América Latina**. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

GENERAL Afonso Augusto de Albuquerque Lima garante Amazônia Brasileira para os brasileiros. **Jornal Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1968. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx? bib=089842_07 &pagfis=91425&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=91425&url=http://memoria.bn.br/docreader#)>. Acesso em: 20 jun. 2017.

GÓES, C. Repensando a subalternidade: de Antonio Gramsci à teoria pós-colonial. **Revista Outubro**, n. 26, jul. 2016.

GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, v. 46, n. 2, 2003.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia brasileira**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAMSCI, A. **Cuadernos de la Cárcel**. Cidade do México: Era, 2000. v. 6.

GUHA, R. **Las vocês de la historia y outros estúdios subalternos**. Cano. Barcelona: Critica, 2002.

IANNI, O. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

IANNI, O. Apresentação. In: **O paiz do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2004.

INSTITUTO DE REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Manual de obtenção de terras e perícia judicial manual de obtenção de terras e perícia judicial**. Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT n. 52, de 25 de outubro de 2006. Brasília: INCRA, 2007.

LARANJEIRA, R. **Colonização e reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Unesp, 2004.

LEITE, S. P.; AVILA, R. V. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 3, p. 777-805, 2007.

LIBERATO, G. P. A. **Reforma agrária**: direito humano fundamental. Curitiba: Juruá, 2008.

LOUREIRO, A. J. S. **A Grande crise**. Manaus: T. Loureiro & Cia, 1985.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia Brasileira. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005.

MARTINELLO, P. **A batalha da borracha na II guerra mundial e suas consequências para o vale amazônico**. 1985. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

MARTINS, J. S. et al. **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MARTINS, J. S. **O sujeito oculto e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MARTINS, J. S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **Assentamentos rurais**: Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MEIRA, M. O tempo dos padrões extrativismo, comerciantes e história indígena no noroeste da Amazônia Brasileira. **Lusotopie**, n. 3, p. 173-187, 1996.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. D. Colonialidad del poder y diferencia colonial. **Anuario Mariateguiano**, v. 11, n. 10, 1999.

MIRANDA, M. Colonização e reforma agrária. **Boletim de Geografia**, v. 5, n. 1, 1987.

MISSE, M. et al. Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos - entrevista com Veena Das. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n. 2, p. 335-356, 2012.

MONTERO, B. H. Estudios subalternos en América Latina. **Diálogos: Revista Electrónica de Historia**, v. 10, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/dialogos/article/view/6136>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

MOREIRA, V. M. L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 35, p. 329-360, 1998.

NIMUENDAJÚ, C. Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés. In: _____. **Textos indigenistas**. São Paulo: Loyola, 1982.

NUNES, F. A. A lei de terras e a política de colonização estrangeira na província do Pará. **Revista Tempos Históricos**, v. 16, p. 99-126, 2012.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia Brasileira**: monopólio, expropriação e conflitos. 3. ed. Campinas: Papirus, 1990.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia brasileira. Campinas: Papirus, 1988.

ORTEGA, F. A.; DAS, V. **Sujetos del dolor, agentes de dignidad**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2008.

PAULA, E. A. A conquista da terra nas florestas do Acre. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

PENNA, C.; ROSA, M. C. Estado, movimentos e reforma agrária no Brasil: reflexões a partir do Incra. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 95, p. 57-86, 2015.

PINTO, R. F. **Viagem ao mundo das idéias**. Manaus: Valer, 2006.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder y clasificacion social**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUIJANO, A. **“Bien vivir”**: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. **Viento Sur**, n. 122/, mayo 2010.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Anuario Mariateguiano**, v. 9, n. 9, p. 113-122, 1998.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad-racionalidade. **Revista del Instituto Indigenista Peruano**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAMPAIO, P. A. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. **MST**, 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SAMPAIO, P. M. Escravidão e Liberdade na Amazônia Brasileira: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 3., 2007. **Caderno de Resumos...** São Leopoldo: [s.n.], 2007.

SANTOS, J. V. T. **Matuchos**: exclusão e luta: do sul para a Amazônia brasileira ocidental. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, M. S. Eurocentrismo e identidade. In: SILVA, J. P. (Org.). **Por uma Sociologia do século XX**. São Paulo: Annablume, 2007.

SANTOS, R. **Formação econômica na Amazônia brasileira**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCOTT, J. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 217-243, 2011.

SCOTT, J. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 21, n. 1, 2002.

SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N.C.; ROSA, S. L. C. (Org.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: UnB, 1998.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia Brasileira**. Belém: UFPA, 2012.

SEGATO, R. L. Los cauces profundos de la raza latinoamericana: una relectura del mestizaje. **Crítica y Emancipación**, v. 2, nº 3, 2010.

SERAFICO, J. Teatro Amazonas: símbolo de quê? **Ciência & Cultura**, v. 61, n. 3, p. 37-40, 2009.

SILVA, G. C. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, M. C. **O paiz do Amazonas**. 3. ed. Manaus: Valer, 2012.

SILVA, M. C. **As metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Edua, 2000.

SIMIONATTO, I. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálisis**, v. 12, n. 1, jan./jun. 2009.

SPAVOREK, G. (Org.). **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SPIVAK, G. C. Estudios de subalternidad: deconstruyendo la historiografía. In: MEZZADRA, S. (Org.). **Estudios postcoloniales**: ensayos fundamentales. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

STAVENHAGEN, R. Sete teses equivocadas sobre a América Latina. In: FERREIRA, L. P. (Org.). **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

TEIXEIRA, C. C. **Servidão humana na selva**: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia Brasileira. Manaus: Valer, 2009.

TOBAR, F.; YALOUR, M. R. **Como fazer teses em saúde pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

TOCANTINS, L. **Amazônia brasileira**: natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TOURNEAU, F. M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia Brasileira: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 1, jan./jun. 2010.

VARGAS, G. Discurso do rio Amazonas. **Revista Brasileira de Geografia**, abr./jun. 1942.

Apêndice A - Modelo do Termo de Consentimento livre esclarecido aos moradores do assentamento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos convidando o (a) senhor (as) para participar da pesquisa intitulada “A subalternidade dos sujeitos rurais no Brasil: a condição colonial dos assentamentos rurais no interior da Amazônia”. Este trabalho é orientado pelo pesquisador José Carlos Gomes dos Anjos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e realizada pela doutoranda Ana Cláudia Fernandes Nogueira e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas e ao Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente do Vale do Madeira, Universidade Federal do Amazonas. Para entender este processo o pesquisador vai fazer algumas perguntas, se o (a) senhor (a) concordar em responder às perguntas do questionário, saiba que sua resposta vai ajudar bastante nesta pesquisa porque o (a) senhor (a) já mora aqui há muito anos e sua experiência é muito importante pra nós. Mas se não souber responder ou se eu não quiser responder a uma pergunta, não vai ter problema. Também, se o (a) senhor (a) começar a responder às perguntas, e não quiser mais continuar não tem problema, pode para de responder. O (a) senhor (a) pode levar este documento para ler em casa e mostrar para alguém da família ou amigo, e trazer depois para assinar se achar melhor. Se alguma parte não tiver clara pode perguntar que nós responderemos. O (a) senhor (a) pode ter certeza que para nos ajudar neste trabalho, o (a) senhor (a) não terá despesa de nada, porque não vai precisar gastar com nada. O (a) senhor (a) não vai receber nada por esta ajuda, mas sua participação nos ajudará muito no entendimento de como funciona o assentamento, como vocês vivem aqui, quais são os principais problemas, porquê as pessoas brigam por causa da terra, e isso é muito importante. Nós vamos entrevistar vários moradores aqui do assentamento, mas o (a) senhor (a) pode ter certeza que as coisas que a gente conversar ficará só entre nós, elas não serão compartilhadas, seu nome vai ficar sigiloso. Qualquer informação que o (a) senhor (a) der terá um número ao invés do seu nome. Tudo o que o (a) senhor (a) falar vai ser utilizado somente para essa pesquisa e suas possíveis publicações, e no final da pesquisa nós vamos apresentar os resultados a sua comunidade antes de disponibilizarmos ao público. O (a) senhor

(a) pode telefonar para a pesquisadora para perguntar ou dizer alguma coisa no número 97-33731180. Esta pesquisa foi revisada e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Amazonas, que tem a função de ter certeza que aqueles que participaram estão protegidos de qualquer dano.

....., de de 20__

Assinatura do pesquisador



Impressão digital da pessoa que vai
responder às perguntas

Assinatura da pessoa que vai responder às
perguntas, ou do seu legal representante

Apêndice B - Termo de Anuência PAE Botos, Humaitá/AM



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 SUPERINTENDENCIA REGIONAL SR(15) – UNIDADE AVANÇADA DE HUMAITÁ

OFÍCIO/INCRA/SR15/UAH/Nº03/2016

28 de janeiro de 2016

Assunto: TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução dos Projeto de Doutorado “A subalternidade dos sujeitos rurais no Brasil: a condição colonial dos assentamentos rurais no interior da Amazônia”, a ser realizado no assentamento Botos, no município de Humaitá-AM, sob a responsabilidade da doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Ana Cláudia Nogueira e orientação do professor doutor José Carlos Gomes do Anjos. Concordamos também que sejam publicadas as informações coletadas pelo projeto. Informamos ainda que a Unidade Avançada do INCRA no município de Humaitá-AM, está disposição desta UFAM para quais quer demandas necessárias,

Atenciosamente,

Lucas Eduardo Romitti
 Chefe da UAH – INCRA SR15
 Portaria 239 de 01 de Junho de 2015

Ministério do
 Desenvolvimento Agrário



Instituto Nacional de Colonização e
 Reforma Agrária

Apêndice C – Termo de Anuência PA São Francisco, Canutama/AM



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SR(15) – UNIDADE AVANÇADA DE HUMAITÁ

OFÍCIO/INCRA/SR15/UAH/Nº4/2016

28 de janeiro de 2016

Assunto: TERMO DE ANUÊNCIA

Declinamos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução dos Projeto de Doutorado "A subalteridade dos sujeitos rurais no Brasil: a condição colonial dos assentamentos rurais no Interior da Amazônia", a ser realizado no assentamento São Francisco, no município de Canutama-AM, sob a responsabilidade da doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Ana Cláudia Nogueira e orientação do professor doutor José Carlos Gomes do Anjos. Concordamos também que sejam publicadas as informações coletadas pelo projeto. Informamos ainda que a Unidade Avançada do INCRA no município de Humaitá-AM, está disposição desta UFAM para quais quer demandas necessárias.

Atenciosamente,

Lucas Eduardo Romini
 Chefe da UAH – INCRA SR15
 Portaria 239 de 01 de Junho de 2015

Apêndice D - Termo de Anuência PA Pacιά, Lábrea/AM

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDENCIA REGIONAL SR(15) - UNIDADE AVANÇADA DE HUMAITÁ

OFÍCIO/INCRA/SR15/UAH/Nº02/2016

28 de janeiro de 2016

Assunto: TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução dos Projeto de Doutorado "A subalternidade dos sujeitos rurais no Brasil: a condição colonial dos assentamentos rurais no interior da Amazônia", a ser realizado no assentamento Pacιά, na cidade de Lábrea-AM, sob a responsabilidade da doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Ana Cláudia Nogueira e orientação do professor doutor José Carlos Gomes do Anjos. Concordamos também que sejam publicadas as informações coletadas pelo projeto. Informamos ainda que a Unidade Avançada do INCRA no município de Humaitá-AM, está disposição desta UFAM para quais quer demandas necessárias.

Atenciosamente,

Lucas Eduardo Romitti
Chefe da UAH - INCRA SR15
Portaria 239 de 01 de Junho de 2015